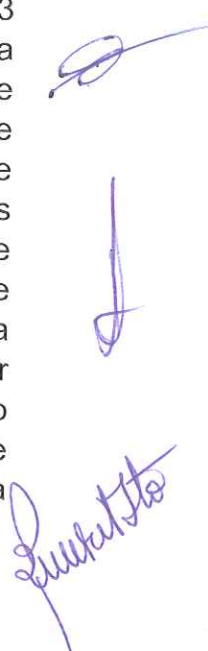


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, SOBRE AS ALTERAÇÕES DO PLANO DIRETOR

Às 17h (dezessete horas) e 45 min (quarenta e cinco minutos minutos) do dia 29 (vinte e nove) de junho de 2022 (dois mil e vinte e dois) foi iniciada Audiência Pública no Auditório da Escola Básica Municipal Futuro Tapera, sito Rodovia Açoriana, 1254 – Bairro Tapera da Base, Florianópolis – SC, Cep. 88049-100, sob a presidência do Sr. Carlos Leonardo Costa Alvarenga, Coordenador Geral da Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor – CRMPD e Superintendente do IPUF e com a participação das pessoas indicadas na lista de presença anexa. **O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga (Superintendente do IPUF e Presidente da mesa diretora)** convida todas as pessoas presentes para iniciar os procedimentos da Audiência Pública do Distrito do Ribeirão da Ilha referente a Revisão e Adequação do Plano Diretor do Município de Florianópolis. Na sequência, convida o Prefeito para emitir suas palavras. **Sr. Topázio Silveira Neto (Prefeito de Florianópolis)** cumprimenta os presentes e agradece a Secretaria Municipal de Educação por ter cedido o espaço para a realização da referida Audiência. Espaço da comunidade, Escola do Futuro da Tapera, que tanto proporciona orgulho por ser um espaço de educação diferenciada. E assim serão, todos os espaços em que serão realizadas as Audiências Públicas. Nós, temos hoje aqui na audiência, um número grande de lideranças comunitárias, a população em geral e os nossos vereadores. Nós conseguimos constituir uma estrutura para atender a todos com conforto, inclusive a mesa de trabalho. A Audiência será gravada e disponibilizada no Youtube. Apresentaremos a seguir todas as regras. Teremos 4 (quatro horas), podendo ser prorrogada por mais 2 (duas) horas. Portanto, terá condições de todos se manifestarem. E, o que eu gostaria de dizer como Prefeito é que fico muito satisfeito. Este é um trabalho que vem sendo organizado há muito tempo. Todos os detalhes foram pensados. Nós temos o acompanhamento constante do Ministério Público que tem nos ajudado a cumprir, na integralidade, o Termo de Ajuste Judicial que foi firmado com o Ministério Público. Nós estamos bastante confortáveis com o processo que dará toda a forma de participação comunitária, serão realizados todos os registros de todas as sugestões no Plano Diretor. Nós teremos 13 (treze) Audiências, mais 1 (uma), a 14 (décima quarta), além de uma consulta pública aberta na internet para quem quiser se manifestar. Será a oportunidade que, nós, os florianopolitanos teremos de desenhar a cidade que nós que queremos para o futuro. Uma cidade mais inclusiva, uma cidade mais fácil de se viver, mais fácil de se fazer negócios, de construir, a cidade que queremos para nossos filhos e nossos netos. Então, desejo muito sucesso a mesa que vai conduzir os trabalhos, além de agradecer de pronto a todas as pessoas que atenderam o chamamento da Prefeitura para participar, hoje, dessa Audiência Pública. Desejo que tudo corra bem, e que a gente possa ao final, comemorar o trabalho bem feito. Muito Obrigado, boa noite e passo a condução para ao Presidente da Mesa. **O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga** agradece as palavras do Prefeito, agradece a presença de todos, ressaltando que a



presença é essencial para o processo democrático e participativo da sociedade, além de contar com a participação de todos, dentro das regras que iremos explicar, as quais daremos publicidade antes da convocação. Inicialmente quero fazer a apresentação dos membros da mesa, a qual está composta pelas seguintes autoridades: Sr. Topázio Silveira Neto (Prefeito do Município), o Sr. Michel de Andrade Mittmann (Secretário de Mobilidade e Planejamento Urbano), Sr. Alexandre Felix – Secretário Executivo Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor – CRMPD e Geógrafo IPUF), Sr. Maurício Fernandes Pereira (Secretário Municipal de Educação - Membro Executivo da Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor – CRMPD), além da minha pessoa, como coordenador do processo. **Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga** inicia suas palavras, dizendo: antes de cumprimentar a todos, gostaria de fazer um cumprimento especial e agradecer a presença do Professor Nereu do Valle Pereira, que foi Vereador em 1955 de Florianópolis e participou da implementação do Primeiro Plano Diretor de Florianópolis. Obrigado pela sua nobre presença. Gostaria de estender os agradecimentos aos Vereadores e Carla Ayres e Renato Geske e aos demais vereadores presentes. Queria cumprimentar aos servidores públicos presentes, é importante a presença de vocês. Gostaríamos de dar continuidade no desenvolvimento pleno deste ato de cidadania, juntos. Sem dúvida nenhuma, discutiremos os rumos que entendemos ser pertinentes e importantes ao desenvolvimento urbano, e conseqüentemente, ao futuro de nossa cidade. Faço o agradecimento especial as autoridades aqui presentes, todas elas, que dignificam e legitimam esse exercício coletivo em prol de uma cidade mais justa e equilibrada. Dando seqüência a Audiência Pública gostaria de solicitar os presentes que tomem acento para iniciarmos as apresentações. Igualmente solicito que possamos respeitar as falas dos participantes, observando sua oportunidade e o silêncio diante da fala dos demais, ao longo da presente audiência. Informo desde já, conforme previsto em nosso Regimento Interno que as inscrições para manifestação já estão abertas, podendo qualquer pessoa proceder a inscrição para a fala, assim como, está disponível a lista de presença. Para solicitação do registro basta estabelecer o contato com nossos representantes da Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, que estão conduzindo o cerimonial desse evento. Eles estão de roupa escura e plenamente identificados com o nome da FEPESE na roupa. E agora, nós iremos antes dar continuidade a audiência, passaremos um vídeo no telão institucional, onde nós vamos reforçar e explicar as regras da audiência, para que todos que estão presentes participem da maneira mais assertiva possível. Sendo assim eu peço a atenção de todos para que evitem dúvidas posteriores, já que serão esclarecidas neste **vídeo. AUDIOVISUAL que apresenta as REGRA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.** A seguir segue o conteúdo que foi transcrito na íntegra: *“A sua contribuição é essencial para construir um plano diretor que converse com as necessidades de Florianópolis e você pode participar da revisão do plano de diferentes formas, seja por consulta pública, audiências de trás e geral. Mas você sabe como elas irão funcionar? As audiências públicas são uma ferramenta democrática importante*



na hora de participar da revisão do Plano Diretor. Elas são de caráter consultivo, com o objetivo de informar, colher dados e informações e críticas da população serão realizadas 13 (treze) audiências distritais e uma audiência geral final. Todas terão início às 17 (dezesete) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos e serão feitas em dias alternados, mas, para participar e realizar a sua manifestação, é importante que as regras presentes no Regimento Interno das audiências sejam respeitadas para se manifestar, deverá ser respeitada de inscrição prévia e para se inscrever é preciso solicitar a ficha de inscrição. O prazo de inscrição inicia 15 (quinze) minutos antes da audiência e se encerra 3 (três) horas após o início das mesmas. **REGRAS DA AUDIÊNCIAS** As audiências públicas serão gravadas e disponibilizadas no canal do youtube da Prefeitura Municipal de Florianópolis; As audiências públicas terão a duração de no mínimo 4h (quatro horas), podendo ser prorrogado por iniciativa do Presidente da audiência para conclusão das manifestações previamente inscritas; Todos deverão assinar lista de presença para registro da audiência; O uso da palavra será por ordem de inscrição e não serão permitidas interrupções da ordem, sobre qualquer aspecto ressalvada as prioridades legais. Manifestações por escrito deverão ser entregues na forma de consulta pública; Todos os cidadãos terão direito a palavra apenas uma vez e na sua ordem de inscrição tendo 2 (dois) minutos para manifestação podendo ser prorrogado por 30 (trinta) segundos apenas para encerramento do raciocínio e após o tempo acabar a fala será encerrada. Com exceção os presidentes ou representante das associações representativas dos vários seguimentos da comunidade, exercida comprovação conforme prevê a lei complementar n. 482/2014, (quatrocentos e oitenta e dois de dois mil e quatorze) terão o direito a palavra também apenas uma vez, na sua ordem de inscrição, com o tempo de 5 (cinco) minutos para manifestação, podendo ser prorrogado por 30 (trinta) segundos, apenas para encerramento do raciocínio e após o tempo acabar, a fala será encerrada. Importante ressaltar que o participante inscrito não pode ceder o seu tempo para somar ou mesmo para transferi-lo para outra pessoa. A gravação, ata, lista de presença e fichas de inscrição, serão publicadas no site da Prefeitura Municipal de Florianópolis no prazo máximo de (3) três dias úteis. As audiências públicas iniciarão com apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência, por meio audiovisual, no início do evento. Seguirá com as manifestações de cidadãos que procederam as inscrições prévias, durante a audiência, dentro do prazo e por ordem de inscrição. Então seguirá para considerações finais pela mesa diretora, e então o encerramento. Além disso, para segurança e garantia da manifestação de todos, as condições de acesso e permanência no ambiente, da tá realização da audiência pública são os seguintes: Instrumentos musicais, mastro de bandeira, objetos, bebidas alcoólicas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar a prática de ato de violência; Não arremessar objetos de qualquer natureza no interior do recinto, não portar ou utilizar fogos de artifício, ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogo; Não incitar e não praticar atos de violência física ou verba. Para ter acesso ao regimento interno, com as regras das audiências, conferir os locais, além dos materiais para cada

audiência distrital, datas e outras informações sobre a revisão do plano, entre no site que está aparecendo aqui na tela: acesse bit.ly/planodiretor2022. Participe e contribua com as discussões.” O conteúdo do referido vídeo poderá ser acessado no site <http://ipuf.pmf.sc.gov.br/pd2022/noticias.php#campanhas>. Dando continuidade, cumprimentando o Vereador Leonel David Jesus Camasão, e especialmente eu gostaria de cumprimentar os Coordenadores da Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor – CRMPD, que são servidores do município de Florianópolis, a Coordenadora Técnica Geral Cibele Assmann Lorenzi (Arquiteta e Urbanista), o Kalil Teixeira (Geógrafo) - Coordenador de Gestão Territorial, a Ivana Carla Tomasi (Arquiteta e Urbanista) - Coordenadora Técnica do Desenvolvimento Urbano - DU, Vereador Josimar Pereira “Mama”. Inclusive convidá-lo para compor a mesa. Obrigado pela sua presença Vereador. Reforçando que as regras passadas nos vídeos foram pactuadas com o Ministério Público. Antes de nós retomarmos todo o trabalho de revisão do Plano Diretor, nós fizemos uma reunião e pactuamos com o Ministério Público, que foi homologado judicialmente. Semana passada, inclusive, nós fizemos a prestação de contas presencialmente no Ministério Público, por dois dias, dia 22 (vinte e dois) e 23 (vinte e três) de junho de 2022 (dois mil e vinte e dois), onde eles se certificaram o cumprimento do acordo que nós estamos fazendo. Isso é importante reforçar para vocês, e para toda a sociedade, que nós estamos fazendo semanalmente. Essa semana nós repassaremos novamente as informações ao Ministério Público. Então, faremos um repasse dessas regras, que inclusive elas estão expostas nos *banners* nas paredes laterais, assim como o Regimento Interno está exposto na porta de entrada. Para ter direito a manifestação e preciso assinar a lista de presença e entrega de formulário de manifestação com os representantes da FEPESE, até o horário das 20h45min (vinte horas e quarenta e cinco minutos). Após este horário não será mais permitido novas manifestações. O uso da palavra será por ordem de inscrição. Aqueles que preferirem registrar suas manifestações por escrito deverão preencher o formulário de consulta pública disponíveis nas mesas de inscrições. As Audiências terão duração de 4 (quatro) horas, podendo ser prorrogadas por mais 2 (duas) horas. Os presidentes e/ou representantes de associações representativas dos segmentos da comunidade terão 5 (cinco) minutos para manifestação, podendo prorrogar por 30 (trinta) segundos para encerramento de raciocínio. Já, todos os demais participantes, terão 2 (dois) minutos, podendo prorrogar por 30 (trinta) segundos. O participante inscrito não poderá ceder seu tempo para somar o tempo com outra pessoa. As sugestões, opiniões e críticas e informações realizadas durante a audiência terão caráter consultivo e não vinculante, destinando a motivação do executivo municipal quanto a tomada das decisões em face das manifestações apresentadas. E por fim a gravação dessa audiência, não sendo transmitida ao vivo. A gravação, ata e lista de presença serão disponibilizadas no site da Prefeitura. Estando expostas as regras de participação da presente audiência, informo que daremos seguimento explicando as ideias que embasam nossas sugestões de diretrizes de propostas, para a revisão do Plano Diretor. Para em seguida



iniciar as manifestações das pessoas inscritas. Passamos então a apresentação das explicações do **Sr. Michel de Andrado Mittmann (Secretário de Mobilidade e Planejamento Urbano - Membro Executivo da Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor – CRMPD)** tratando dos 10 (dez) Pilares que embasam as necessidades de revisão do atual cenário socio-urbanístico de Florianópolis, para que se possam compreender as motivações e aspirações de mudanças e ajustes em nossa Política de Desenvolvimento Urbano. Passo a palavra ao Secretário Michel para proferir suas palavras. Boa noite a todos, bem-vindos. Este é um momento importantes para o planejamento urbano da cidade. É um ato que parte de um processo. O Plano Diretor. O Professor Nereu do Valle Pereira está aqui, não é de hoje, independente de nós termos um Plano passado a nossa história conduziu ao momento que estamos. Conduziu um desenho dessa cidade. E o que estamos fazendo é olhando a nossa Lei atual, identificar como a gente pode melhorar ela, para que a gente possa atender melhor a cidade. Vou passar rapidamente para o que a gente chama de alguns pilares, com alguns breves comentários. Posteriormente a gente vai ter um vídeo para demonstrar. Na medida que o Sr. Michel de Andrado Mittmann vai falando ele vai apresentando slides que demonstram figuras ilustrativas de sua fala. Seguindo com a fala do Secretário: A gente tem aqui uma organização de ideias que são os pilares, são as ideias que norteiam as perspectivas de transformação do Plano Diretor. A gente está aqui para discutir e ouvir. A cidade de Florianópolis tem diferentes formas de ocupação, a Ilha é belíssima, tem um cenário magnífico. Só que ela é uma ilha desigual na forma de ocupação. A gente tem o centro da cidade que é bastante denso, com bastante prédios, o próprio continente já tem essa transformação. Por exemplo a Beira Mar Norte ao fundo o Morro da Cruz. Temos o Continente em transformação evidente, com áreas de baixa ocupação, com muito mais infraestrutura do que outros lugares da Ilha. Gradativamente a cidade caminhou, ela foi andando no território. Claro que já existia a ocupação tradicional da Tapera, dos Ingleses, de todas as comunidades. Mas a cidade foi quase que buscando ligar estas pontas e ir se conectando. Essa imagem ilustra bem isso, a SC 401 (quatrocentos e um), ali perto onde fica a sede do Governo do Estado, no Saco Grande, mais atras, o Monte Verde, mostra uma antiga estrada que organizava o bairro e a SC que ligou mais recentemente, não tão recente, na década de 1970 (mil novecentos e setenta), mas mostra como nós temos eixos, que organizam e que ligam territórios que ainda estão bastante confusos na forma de ocupar e na forma de organizar. Ao mesmo tempo vejo que temos ocupações de moradia de baixa renda que avançam sobre os morros, inclusive por faltas de oportunidades. Enquanto nós temos territórios junto a SC ocupadas por empreendimentos que não tem nenhuma moradia. E esse é o eixo fundamental de transporte e a gente vai querer demonstrar ideias de como revisar e apresentar esse modelo. Ingleses por exemplo ou outro bairro, é muito comum. Vejo que a ocupação que a gente tem tido é baseada em um parcelamento. O que é um parcelamento, é como a gente vai dividindo a terra, passa do pai para o filho. Ou o pessoal faz um loteamento. A maioria desses loteamentos tem sido feita de forma irregular. É culpa de quem fez? É





culpa de quem fez. Mas será que a nossa Lei te propiciado ou favorecido para que esse movimento seja feito de forma organizada? Será que a gente tem conseguido dar oportunidade para que essas pessoas construam de forma regular? Ao longo do tempo, desde a aplicação de 2014 (dois mil e quatorze), iniciou de forma muito severa um processo que é muito ruim para a cidade. É um processo que a gente chama de espraiamento. E esse espraiamento é isso, a gente vai diluindo a cidade. A gente disse que é proibido construir prédios em toda cidade, praticamente é proibido qualquer prédio de mais de 2 (dois) andares. Isso foi uma alternativa no momento, mas parece não ter sido uma alternativa equilibrada. O ruim da cidade é não construir prédio em todo lugar. Mas porque não organizar melhor os bairros para que a gente consiga equilibrar um pouco isso. O que está acontecendo, a gente está espalhando a cidade. Quando a gente achata a cidade, pessoas vão continuar vindo e a gente diz que não deixa ocupar de forma organizada e elas acabam indo morar e cima de áreas ambientalmente frágeis. Sem infraestrutura e o que dificulta cada vez mais o investimento, e o que dificulta proporcionar um processo com dignidade. Esse território, em Capivari, Ingleses chega a ter 86% (oitenta e seis por cento) de irregularidades. E o nosso Plano Diretor não tem conseguido fazer, não tem sido certo, de como a gente pode trazer isso de volta, como é que a gente pode retornar a mão da cidade para que, cada vez mais, a gente não pressione as nossas áreas ambientais. Aqui tem o mesmo padrão de ocupação, em direção ao Santinho e ao Rio Vermelho. Campeche a mesma situação. A gente tem aqui uma estrutura fundiária de como foi construída as ruas, que a gente tem que andar quilômetros para acessar uma outra via pois não tem ligação entre as vias. Isso foi fruto de uma desorganização do parcelamento. Agora gente quer ouvir as comunidades para entender os problemas. A gente vai ter equipe técnica para traduzir esses problemas. A gente tem a Lei do outro lado. Não é necessário que todo mundo conheça, não é Vereador Marquito? A Lei, pois ela é difícil. Mas as pessoas sabem dos problemas, aonde dói. As dores do bairro. Então a gente quer ouvir essa leitura comunitária que tem uma visão bastante diferente da parte técnica. A gente vai ter que fazer um encontro. E essa audiência é um primeiro passo para esse encontro. Então a gente está aqui para ouvir, colher manifestações, para que a gente consiga gradativamente mudar esse cenário. E que a gente ocupa a partir de uma rua, de uma rua principal e vai cometendo crimes ambientais em sucessão. Subindo o morro ou indo em direção ao mangue. E isso se repete em vários lugares. E a culpa é dessas pessoas? Talvez não, a culpa é talvez da cidade que constrói um Plano Diretor que permite pouco e somente para poucos. Então a ideia é que a gente tenha a provocação de um Plano Diretor que seja mais inclusivo. E a busca disso é o que a gente chama de 10 (dez) Pilares. Os 10 (dez) Pilares são o que? O que a nossa mente pretende organizar. O que gostaríamos de agregar enquanto motivação. O primeiro dela seria: **1. Garantir a efetivação dos objetivos e diretrizes do Plano Diretor.** Vou fazer um breve comentário. Se alguém puder ler as diretrizes e as políticas do Plano que estão bem no começo do Plano. Elas são bastante interessantes, elas falam exatamente sobre o que a gente sempre tem falado, da necessidade



do processo ser mais equilibrado, das centralidades. Mas só que o próprio Plano depois, nega tudo isso. Ele diz que precisamos fazer isso, mas a burocracia, as formas de fazer e os usos, formas de ocupação não tem nos permitido cumprir o que que a própria diretriz propõe. Só por causa disso já temos motivação suficiente para alterar o Plano Diretor, pois ele não está sendo suficiente naquilo que ele se propõe. **2. Fortalecer o Planejamento e a Gestão Territorial.** Fortalecer o planejamento e a gestão territorial aqui a gente quer valorizar a parte técnica da gestão urbana da cidade o que que é isso por que que a gente precisa definir 100% (cem por cento) de todas as regrinhas do Plano Diretor e criar uma grande burocracia quando seria talvez criar grandes regras importantes que define o limite sem imposições. E aí vim trabalhar aqui com vocês aqui o desenvolvimento mais detalhado uma situação o técnico participando mais da gestão dos indicadores sociais daquele que o bairro tá precisando acontecendo porque que não tá acontecendo aí eu tenho que esperar uma mudança de 10 (dez) anos de Plano Diretor para vir resolver um problema que poderia ser resolvido de uma forma mais eficiente. A gente tem que provocar que o Plano Diretor, fortalecer a gestão territorial e a gerir o espaço da cidade ou seja quase que administrar a cidade através de análise de indicadores. De ouvir a comunidade mais próxima ao longo do tempo de existência do plano. **3. Promover bairros mais eficientes, inteligentes e sustentáveis:** Talvez esse seja um grande motivador do país. O que é um bairro mais inteligente? Bairro mais inteligente, com pessoas mais inteligentes, acha que o ambiente que expressa um pouco né do que que é a Escola Inteligente, a Escola do Futuro né? É um ambiente de troca, o ambiente em que a gente pode fazer as coisas, pode desenvolver uma cidade mais inteligente e eficiente. Essa cidade que não faz as pessoas saírem de um bairro, todas praticamente, toda a população da Tapera tem que sair para ir trabalhar em outro lugar porque que a gente não consegue ter oportunidades econômicas dentro do bairro para trazer algum incentivo de alguma troca, por que que a gente não consegue. Aí fica aquele problema do trânsito, porque não quer arrumar envolvimento no meu bairro. A provocação é: será que nós não estamos desenhando errado a cidade? Porque dá problema no trânsito. A gente não pode mais tirar sessenta mil pessoas por dia do Norte da Ilha e levar para outros lugares da cidade ou porque tu não podes dar mais oportunidades econômicas porque a gente não pode reinventar e estruturar o próprio bairro do Carianos que sofre com a perda do aeroporto e vai precisar sem inventar. Ou até aqui no Sertão do Ribeirão, encontrando as virtudes. São momentos de encontrar virtudes. Problemas que podem ser oportunidades. A gente corrigir também, e aí chega o momento de encontrar virtudes e por idade para quem te construiu uma cidade mais eficiente mais inteligente e que incluía mais, além de conservar as áreas de preservação. precisamos fazer isso, mas a burocracia e as formas de fazer e os usos e as ocupações não tem nos permitido cumprir o que as próprias diretrizes propõem. Só por causa disso já é motivação suficiente para alterar o Plano Diretor **4. Conservar as áreas de preservação permanente.** Aquelas imagens que eu mostrei é um pouco o relato do que eu falo esse modelo equivocado de cidade de baixa densidade espalhada vai levar



e tem levado a maior crime ambiental talvez do Sul do Brasil que é saída espalhamento do território não tá na pauta Ambiental de qualquer cidade do mundo né das mais verdes as mais pesadas e construídas é uma forma errada de ocupar o território e a gente quer provocar Que eu vi mas é para decidir nesse sentido Talvez o futuro que nos reserva aqui para as crianças sejam Ilha cada vez com menos oportunidade de preservação que a gente quer chamar atenção que existe possibilidade de reverter isso que a gente quer entender como fazer existe instrumentos previstos no próprio Plano Diretor que é possível instalar de escrito. Que a gente tem que incentivar os proprietários de áreas de preservação com alguma recompensa e o Plano Diretor não permite não tem instrumento para esse então uma das possibilidades a gente buscar mecanismo de quem é dono de uma área de proteção que ele sinta valorizada e que a cidade valoriza essa troca é um dos que a gente tem muito forte que é realmente preservar esse cenário natural que suporta que dá a eficiência do sentido dá é a nossa virtude não é o mais belo é realmente a natureza e o povo naturalmente. **5. Promover a geração e valorização de espaços públicos**, ou seja, em tudo que a gente tentar fazer durante a revisão do Plano. A gente gostaria de ver isso aqui tá gerando mais espaço público que forma que a gente consiga com essa regra traduzida em benefício da comunidade. Espaço público principalmente para as áreas comunitárias funcionais que faltam muito, especialmente nas áreas de parcelamento irregular, porque quando faz parcelamento regular a gente consegue dizer ela tem que reservar um espaço para colocar uma escola, mas quando feito de forma irregular, me restam poucas oportunidades. A gente vai ter que repactuar para encontrar oportunidade, e talvez, conforme vocês vão ver, fazer possibilidade de trocas e incentivos. **6. Criar as condições para uma mobilidade sustentável.** A gente necessita e é obrigado a buscar melhores condições para uma mobilidade sustentável. Mobilidade sustentável mais eficiente. Carro deixado de ser o ator principal, buscar valores ao transporte coletivo. Reestruturar os bairros para que o transporte coletivo consiga fluir, andar nas vias e criar fundamental Pessoas pedestres e ciclistas, tá isso é mobilidade sustentável. **7. Favorecer as moradias de interesse social.** Favorecer moradias de interesse social nosso Plano Diretor, propiciar incentivos para construir habitação social. Recebe uma valorização do terreno que se pode construir um pouquinho mais e quem não constrói habitação social só que não conseguimos atrair ninguém porque a nossa Política de Habitação Social não é suficiente para fazer frente ao valor da terra e outras e outras situações. A gente quer efetivamente para nós isso é muito importante ter uma cidade mais democrática. A gente não pode expulsar habitantes. Ter espaço para todos para que todos consigam até superar. Estar próximo das coisas, estar próximo da Escola do Futuro. Dar oportunidades para participar e transformar a sua vida e melhorando e habitação social para nós é um pilar Fundamental. A gente vai perseguir e queremos muita contribuição de vocês, para que a gente pode obter isso. **8. Garantir a segurança jurídica e o equilíbrio econômico.** O Plano Diretor está cheio de regrinhas que conflitam uma com a outra a gente. Tem que fazer uma limpa no plano e evitar conflito jurídico para proteger o cidadão, mas proteger o técnico





também proteger. A gestão é que a gente tem um pacto mais seguro de como caminhar. **9. Valorizar a arquitetura sustentável e de qualidade.** São muito mais voltados para produção da arquitetura dos prédios das coisas, mas que seria hoje. O projetor não teve uma série de possibilidades de inovação em arquitetura que poderia reduzir, produzir energia, reciclar mais água, produzir tratamento de determinadas situações, ou seja, precisa valorizar a arquitetura. A arquitetura mais saudável é aquela que conversa mais com a comunidade, que conversa com a rua, inclusive tirar do Plano aquilo que não precisa estar no plano. A gente deve buscar regras dentro do plano de forma que a gente pode adaptar inclusive coisas que não precisam estar no plano, pode ser detalhes de construção. Quando está regulado em outros decretos e os instrumentos nas plantas é muito inchado com detalhes que acabam travando. A ideia é melhorar. **10. Promover a inclusão social e redução de desigualdades.** Promover a redução social que é mais ou menos um resumo de tudo. Esse é o foco principal, que forma que a gente pode encontrar uma lei que reduz as desigualdades sociais promover oportunidades dos bairros. Eu finalizo por aqui, pois a gente tem o vídeo que apresenta as estratégias que a gente imagina que estamos aqui colocando como possibilidade de construção de um caminho de uma rota a seguir e reforço as propostas que vocês vão ver se embrionárias no sentido de provocação a comunidade tem que fazer a leitura comunitária esse é o momento também Carlos, presidente da mesa, que é o momento de ouvir tem muita pessoa que tá aqui que não vai falar às vezes por inibição. As vezes tem uma certa vergonha, não tem problema, mas é bom ouvir. Nós estamos aqui para ouvir, mas gostaria que todos ouvissem também. Ouvir que expôs, e depois com calma se não quiser se manifestar agora. Seria muito bonito se todos pudessem falar aqui. Pode falar sobre qualquer coisa. Se tiver alguém que não quer expressar agora, quer pensar melhor, a gente tem a consulta pública. A gente está divulgando a consulta para ouvir. Então ouve, vê as audiências daqui do Ribeirão, a próxima de Canavieiras, depois do Campeche. Mas vai manifestado, olha tive mais uma ideia, então vai lá e bota lá. A gente vai olhar tudo, vai analisar tudo. Quem tiver questionamentos nós vamos responder, quem tiver sugestões vamos tentar enquadrar para ver se é factível. Tudo é um compromisso que a gente tem e é super importante para que os técnicos consigam entender as comunidades para que as propostas deles tenham resposta adequada. Dito isso eu encerro e passo a palavra para o presidente continuar a condução. **O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga** agradece o Secretário Michel pela sua apresentação e de suas explicações. Eu queria pedir desculpa a todos por que eu cometi um pecado mortal. Na minha visão porque eu esqueci de me apresentar, para quem não me conhece, meu nome é Carlos Alvarenga - Superintendente do IPUF e Coordenador Geral do Processo de Revisão do Plano Diretor. Então dando continuidade. Eu quero dar continuidade ressaltando a presença de algumas autoridades que chegaram posteriormente Vereador Diácono Ricardo (Ricardo José de Souza), muito obrigado pela sua presença. Vereador Adrianinho (Adriano Analdino Flor), muito obrigado pela sua presença. Vereador Marquito (Marcos José de Abreu), muito obrigado pela sua presença. Vereador Maikon





Costa, muito obrigado pela sua presença. Vereador Jeferson Ruchter Backer, muito obrigado pela sua presença. Sr. Maurim Firmino Martins (Intendente do Distrito Ribeirão da Ilha), muito obrigado pela sua presença. O Secretário Juliano Richter Pires (Secretário Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico), muito obrigado pela sua presença. Obrigado por todos os presentes do Colegiado que da Prefeitura Municipal de Florianópolis que estou largamente vendo a presença. Lívia Guilardi (Coletiva Bem Viver/Câmara de Vereadores de Florianópolis), muito obrigado pela sua presença. Marilda Tonetto (Presidente da Associação de Moradores da Praia de Naufragados – AMOPRAN), muito obrigado pela sua presença. Hélio da Silva Leite Júnior (Gerente de Articulação e Negócios da Câmara dos Dirigentes Legistas - CDL), muito obrigado pela sua presença. Gostaria também gentilmente agradecer o trabalho dos intérpretes de libras que estão prestando serviços para nós, Mike Oliveira, Walquíria Amorim e Thatyana Santos, muito obrigado por esse trabalho. Trabalho essencial e que faz toda a diferença social na nossa opinião. Faço um registro que, uma das línguas oficiais desta escola e a libras. Parabéns a Secretaria de Educação de Florianópolis. Queria também agradecer, de forma especial, aos servidores do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF, na pessoa da Maria Teresa, Juliana e do Maurício, muito obrigado por estarem presentes aqui, para mim é essencial a presença de vocês. Estou vendo daqui mais membros da Comissão Multidisciplinar: a Beatriz Campos Kowalski (Coordenadora Técnica Ambiental da Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor – CRMPD/Advogada e Administradora). A Kelly e a Julia, muito obrigado por vocês estarem aqui com a gente. Dando continuidade aos trabalhos. Com a apresentação que a gente viu do Michel, esperamos, de coração, ter elucidado um pouco sobre a atual problemática que nos motiva a uma necessidade de mudança e adequação do novo Plano Diretor. Após esclarecimentos que acabamos de ver quanto aos 10 (dez) pilares ou eixos, que nos ajudarão orientar a análise do atual plano visando a construção de uma proposta de visão. Nós vamos passar um vídeo de forma geral que explica os estudos preliminares que estão sendo desenvolvidos, e que, ao mesmo tempo, complementam a justificativa anteriormente apresentadas, acabam por guiarem as diretrizes de revisão a serem propostas. Eu vou pedir uma gentileza, cometi mais um pecado, quero registrar nomes de pessoas especialíssimas para a realização deste trabalho que estamos desenvolvendo que são, Tatiana Filomeno (Diretora Geral do IPUF/Coordenadora Institucional da Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor – CRMPD/Arquiteta e Urbanista), a Vanessa Santos Costa (Secretária do IPUF e Secretária Executiva da Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor – CRMPD) e Aline Cabral Vaz, da Superintendência da Comunicação (Jornalista/Coordenadora de Comunicação da Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor – CRMPD), que para mim faz um trabalho excepcional. O Rafael de Lima (Gabinete do Prefeito/Administrador) também, obrigado por seu trabalho. Então, por favor, vamos passar o vídeo explicativo dos estudos técnicos.

AUDIOVISUAL EXPLICANDO ESTUDOS TÉCNICOS PARA REVISÃO





PROPOSTA DIRETRIZES DE REVISÃO. Estamos apresentando a diretrizes de revisão do plano diretor. Essas diretrizes servirão de base para acolher as manifestações e sugestões da população. Lembrando que são 13 (treze) audiências distritais, 1 (uma) audiência final e mais a consulta pública que se dará ao longo de todo o processo. Todas as diretrizes da revisão estarão sendo apresentadas junto com os outros materiais no site disponibilizado para o plano diretor. Importante frisar que estamos em revisão da Lei 482 (quatrocentos e oitenta e dois), ou seja, é a parte dela que deve se dar toda a avaliação. As diretrizes gerais servem de orientação conceitual geral, grandes temas e o que a gente pode buscar melhorar na lei. Isso servirá também para os distritos. Estamos apresentando um conceito geral de possibilidade, os quais através da consulta e audiências públicas, a população poderá se manifestar, mas também poderá e deverá propor inovações. Outros temas que podem ser incluídos na reestruturação do plano diretor. Somente a partir das consultas e audiências públicas, com análise técnica é que será feita uma estruturação final da proposta. A consulta pública e as audiências públicas formam a base de análise de demandas comunitárias. Isso tudo será integrado com uma leitura técnica, junto com diagnóstico final que formará as bases para estruturação e consolidação da proposta. Essa proposta que será encaminhada, tanto para apreciação do conselho da cidade, e posterior a ele, a apreciação da câmara de vereadores. Precisamos encontrar formas de ajustar o Plano Diretor. Precisamos que a população nos ajude a encontrar as maneiras de realizar ajustes e correções de erros materiais, como melhorar dispositivos que permitam uma melhor gestão do território, como promover a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política do município, que embora previsto no plano, não tem sido eficiente por motivos do próprio plano. Ou seja, o plano produz dificuldade de implementação dessa política. Além disso, é necessário e extremamente importante, encontrar maneiras dentro do Plano Diretor que garantam a valorização, evitem a ocupação irregular das áreas de proteção permanente. Precisamos identificar forma de desenvolver bairros mais completos, ou seja, oferecer mais comércio e serviços na escala adequada de cada lugar ponto isso aumenta a vitalidade a segurança e as oportunidades econômicas para toda população que vive naquele bairro. Identificamos também que é necessário buscar instrumentos no plano diretor, que garantam a qualificação e maior acesso a orla. Além disso, é extremamente relevante e importante que nós tenhamos terras mais baratas, terrenos mais baratos e acesso à moradia também mais barato, ou seja, o plano diretor tem que encontrar maneiras de efetivar essa política. É necessário mudar um pouco a diretriz do plano que favorece o uso dos automóveis individuais. Como por exemplo a redução do número de vagas estacionamento. Existem imóveis, que muito pequenos precisam um excedente de vagas, isso gera até um preço maior dos imóveis. Ou seja, mudar a política de estacionamentos, mudar a forma como que propomos as vias é fundamental para que a gente favoreça os modais alternativos ao uso do automóvel individual. Nós precisaremos também adequar as políticas e o sistema viário com o modelo baseado do que a gente chama de Desenvolvimento Orientado





ao Transporte Sustentável, ou seja, reconfigurar território, reconfigurar os bairros, e para que o sistema viário atenda principalmente ao caminhar, ao usar a bicicleta, e transporte coletivo. Precisamos saber, claramente o plano para alcançar uma melhor qualidade da arquitetura. O que seria isso? Hoje nós temos uma série de regras, detalhamento que inibem boas práticas de arquitetura mais sustentável. Por exemplo, não existe nenhum incentivo para aplicação de novas tecnologias da arquitetura, também as regras de afastamento de forma geral inibem e produzem sempre arquitetura meio igual. A gente por exemplo inibe beirais, áreas sombreadas, elementos de fachada, que poderiam melhorar como um todo a ambiência da arquitetura na cidade. Fora isso também a gente tem que privilegiar ações que façam uma integração melhor entre o edifício e a cidade. Como por exemplo, o que a gente chama de áreas de fruição, fachadas ativas, ou seja, que a cidade se conecte mais com arquitetura e que tenha menos muros e mais vida nas vias da cidade. É necessário revisar o plano diretor com busca de uma maior regularidade do uso do solo, ou seja, permitindo de forma rápida e efetiva aquilo e as atividades que os bairros precisam e que não causam impacto, mas sim que tragam melhorias da vida como um todo. Também mecanismos de controle da densidade e a forma de ocupação do território. Para tanto, precisamos revisar de forma geral o plano encontrando tudo aquilo que tiver o conflito normativo, para que a gente ofereça maior segurança jurídica, tanto ao município, quanto ao próprio cidadão. A revisão do Plano Diretor é uma ótima oportunidade também, para trazer inovações sobre aquilo que já existe no próprio plano, trazer renovações de alguns instrumentos que ali estão previstos, por exemplo, arte pública, uso misto, ou seja, tudo que possa melhorar as políticas que já existem, e a gente encontrar algumas inovações para que elas se tornem eficientes. Ou ainda possam ser criadas outras inovações que garantam e busquem equilíbrio do desenvolvimento das cidades, sempre respeitando, como falamos antes, a diversidade e a característica de cada lugar. Para propor mudanças é importante observar como a cidade tem crescido ao longo do tempo. Veja que temos uma população que cresce de forma linear ao longo do tempo, mas que tem se espalhado muito para todos os bairros da cidade. Isso gera todo tipo de problema, se não for feito de forma adequada. Essas duas imagens ajudam a esclarecer bastante o problema que a cidade tem vivido. Enquanto na margem esquerda a gente tem a concentração de atividades comerciais de serviços ou seja, emprego para população, muito focado na região central, ali hoje está mais vermelhinho, os bairros tem muito pouco de ofertas nesse sentido. A população residencial, ou seja, onde as pessoas moram, já se distribui bem mais no território. Veja, aqui temos lugares já com bastante concentração, mas faltam ali as oportunidades econômicas para se tornar bairros completos. Ou seja, o Plano Diretor vai ter que discutir de alguma forma os mecanismos de readequação. Nossos estudos têm indicado a conformação de diferentes escalas de centralidade, porém muito aquém da qualidade necessária para atender a população que vive ao entorno delas. O tema de centralidade inclusive já é tema do próprio plano diretor. O plano diretor diz que temos que observar multicentralidades em todo o território, porém não oferece os






Handwritten signature and a blue arrow pointing downwards.

instrumentos para que isso aconteça. O próprio plano inibe aquilo que ele diz que tem que acontecer e assim a cada dia que passa a cidade parece que está cada vez mais distante de alguns dos objetivos de desenvolvimento sustentável, como por exemplo, o trabalho decente, crescimento econômico, indústria, inovação, infraestrutura, redução das desigualdades, cidade de comunidade sustentáveis. Essas por exemplo afetam todas as outras e é necessário revisar esse modelo. Para tanto, a gente acredita que a diretrizes orientadoras da revisão, devem buscar um modelo que já está previsto no próprio plano. Nós precisamos é criar as condições para que isso aconteça. Ou seja, a grande pergunta que fica: como podemos propor adequações para que os distritos consigam contribuir nessa visão integrada de cidade? Como a gente pode propor adequações para que os distritos criem bairros mais completos? Acreditamos que utilizando os dois conceitos integrados o DOTS e o bairro completo conseguiremos oferecer uma forma de reconduzir o planejamento e o desenvolvimento da cidade. O DOTS é Desenvolvimento Orientado ao Transporte e a gente agora vai explicar como isso pode ajudar para que a gente consiga orientar a revisão do plano diretor. O DOTS, Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável é uma estratégia de planejamento que tem sido adotada em muitas cidades, aqui no Brasil e fora do Brasil, principalmente. Ele traz consigo estratégias de desenvolvimento integrado entre mobilidade e planejamento urbano. A gente acredita que seja uma ferramenta interessante e fundamental para reorganizar os nossos bairros. Ela propõe por exemplo, conectar mais a cidade, em especial ao longo daquelas vias ou eixos que configuram o transporte coletivo de massa. Os ônibus, no caso de Florianópolis, em outras cidades, por exemplo, são muito comuns o desenvolvimento ao redor de estações de metrô. O Adensamento. Adensar a cidade não significa construir prédios para todo lugar e subir gabaritos de forma desenfreada. Pelo contrário, a partir desses eixos mais integrados que o DOTS identifica, é possível criar condições de adensamento, ou seja, crescer o gabarito, respeitando a escala de cada bairro, sua perspectiva de crescimento e adequação, naturalmente ao seu lugar. O adensamento próximo as vias de transportes, geram uma facilidade para que promova o transporte coletivo como prioridade. O transporte coletivo no DOTS é essencial, ele se soma a outros modais de transporte, não pode ser pensado só o transporte coletivo, mas sim especialmente, os modais mais sustentáveis como a bicicleta e o andar. Transportar as pessoas de um lugar para outro, de forma eficiente, é fundamental para que a gente consiga mudar a cidade. Isso envolve alterações de conexão no território, ou seja, mais perto ali no bairro. Mudar aquela rua, que a gente consiga valorizar ela para o pedestre, para que a gente consiga conectar mais as vias entre si. É muito comum por exemplo, aqui em alguns bairros termos longas servidões, sem conexões entre elas. Isso gera movimentos bastante grandes do pedestre e, as dificuldades às vezes de acessar serviços, lugares de comércio, acabando muitas vezes as pessoas optando de usar o automóvel até para visitar o vizinho ou ir até o comércio comprar alguma coisa para o uso do dia a dia. Então é fundamental reconectar os bairros, promover sempre as pessoas em primeiro lugar. É fundamental



Florianópolis

também junto dos DOTS a mistura de usos, ou seja, a partir da orientação do desenvolvimento focado no mix de atividades que podem ser feitas no bairro. Não precisa separar tudo porque tem que morar longe do lugar de trabalho? Porque tem que morar longe do lugar que a gente vai comprar as coisas que a gente precisa no dia a dia? Então a ideia que sempre se busca é que pelo menos em alguns eixos desses bairros a gente consiga fazer um mix de uso ou seja morar, trabalhar, ter o comércio, tudo perto, tudo junto e se possível no mesmo edifício. Também é importante fazer a mistura das pessoas que moram no bairro, ou seja, a gente tem que oferecer mistura de padrão social. Nós precisamos ter habitações a preços acessíveis para que os bairros criem condições de absorver pessoas com baixa renda, porque senão cada vez mais elas morarão mais longe dos eixos de transporte, cada vez mais irão para aquelas áreas de proteção ambiental. A gente tem que trazer as pessoas e incluir as pessoas dentro dos bairros. Todos têm o direito à cidade. A promoção da bicicleta como meio de transporte é uma das estratégias fundamentais do desenvolvimento orientado ao transporte sustentável. Usar a bike pode ser uma alternativa bastante eficiente para fazer aquela distância mais longa, que dificilmente conseguiria fazer a pé, e que hoje muitas vezes as pessoas preferem fazer de automóvel e com isso reduzir o uso do automóvel é uma estratégia fundamental. A gente tem que ir mudando a cidade, tem que ir mudando os bairros, para retirar aquilo que é destinado simplesmente para uso do automóvel. A gente tem que redesenhar os lugares e reconfigurar os bairros para que se promova o andar a pé. Ou seja, a gente precisa ter uma cidade e os bairros para as pessoas. Agora de que forma a gente pode aplicar esses conceitos de desenvolvimento orientado ao transporte sustentável dentro dos nossos bairros? A ideia é identificar as carências dos bairros, mas também as oportunidades. As carências seriam por exemplo, praças, uso da bicicleta, está incentivado ou não se a gente precisa mais espaço para elas, conexão entre vias, melhoria de infraestrutura como um todo. Se falta habitação social, se a gente pode criar um corredor de ônibus e assim por diante. E as oportunidades também. Se cabe, onde cabe, de que forma que a gente pode conseguir. Isso tudo está sendo realizado dentro do diagnóstico. Porém para esse diagnóstico técnico, a gente quer a opinião da população para que ajude a identificar essas necessidades, e a participação nas audiências e na consulta pública é fundamental. Falando de oportunidades, temos que identificar aquelas vias que organizam o bairro em suas diferentes escalas, ou seja, desde as mais principais, até aquelas mais locais, mas que tem também sua importância e, a partir delas, identificar de que forma podemos utilizar para desenvolver o conceito de DOTS. O conceito DOTS vai provavelmente conduzir a uma seleção de setores que poderão receber incentivos. Pensando na ideia de concentração, de ocupação, e não o espalhamento, podemos selecionar vias ou até mesmo trechos de vias que poderão receber algum incentivo construtivo, que seria utilizado para compensar trocas daquilo que o bairro necessita. É possível pensar no sistema de incentivos e contrapartidas, ou seja, aliando carências com oportunidades. Por que não pensar numa troca de índices construtivos para criar aquela infraestrutura que o bairro necessita. No

processo de identificação das vias que tem potencial de ser organizadoras dos bairros estamos analisando o cenário tendencial destas. Olhando o que está previsto dentro do plano diretor, vendo se essa via conforme previsto, está sendo alcançada. Se a transformação que também está prevista no plano diretor, está acontecendo. Isso integrado à análise de centralidades vai nos dar uma proposta integrada da via e o equilíbrio para o adensamento específico de cada lugar, também buscando uma adequada política de compensações. As vias, as ruas de uma cidade, são parte importante da sua rede de espaços públicos, que tem como função de conectar pessoas, lugares, oportunidades, ou seja, fazer a vida fluir. A gente pode ter vias de diferentes escalas, desde aquelas mais locais onde todos se conhecem, onde nos identificamos como vizinhos, onde brincamos na rua por exemplo, até outras que começam a ter pequenos comércios, serviços e que já começa a organizar a vida do bairro. Ou ainda aquelas que seriam uma rede principal que organiza os fluxos principais deste bairro, ou seja, os principais eixos do transporte coletivo e suas centralidades e chegar até aquelas que integram a cidade como um todo. A gente precisa ter clareza dessas escalas, desse tipo de via para conseguir organizar os nossos bairros e também identificar quais dessas tem a melhor característica para ser reorganizada, dentro da revisão do plano diretor. O sistema de troca e compensações por incentivos que já foi falado, é instrumento previsto no estatuto das cidades e também no nosso plano diretor. Ele é o que chamamos outorga onerosa do direito de construir, ou seja, normalmente o terreno, a gente tem o direito de construir área igual ao próprio terreno, por exemplo um terreno de 300 (trezentos) metros quadrados permite construir, quando índice básico é 1.300 (mil e trezentos) metros quadrados de construção. A outorga onerosa do direito de construir por sua vez é uma concessão emitida, que permite que a gente construa, mas do que o índice básico, desde que seja feito o pagamento de uma contrapartida financeira, um depósito direto no fundo municipal. As contrapartidas da outorga também podem ser aplicadas em investimento no local da obra. Então a estratégia que imaginamos é agregar uma outorga incentivada para aplicar naquilo que o bairro precisa, é uma outorga geral. Isso geraria possibilidade de investimentos naquilo que um bairro mais precisa. Por exemplo podemos ter oportunidades para a melhoria de geração de espaços públicos, melhor infraestrutura, melhor habitação social, entre outras. Isso tudo ajuda a conformar um bairro completo e íntegra o conceito de DOTS. As alterações do plano diretor podem trazer bairros e uma cidade melhor, com valorização das áreas ambientais, valorização do patrimônio histórico, aumentar conectividades, ocupação de vazios, incentivar o parcelamento, criar uma melhor infraestrutura dos bairros com uma mobilidade sustentável, melhorar as conectividades de ruas locais, gerando inclusive a possibilidade de pequenas praças, incentivar em definitivo a habitação social, investir nos equipamentos comunitários de infraestrutura que são necessários para a vida dos bairros. Definimos 4 (quatro) etapas fundamentais para a proposta dos distritos a começar pelo seu diagnóstico, que busca identificar as carências e oportunidades. Aqui a leitura comunitária e a participação social são fundamentais para identificar as escalas e as virtudes



das vias, através de uma análise técnica, mas também colhendo a opinião da comunidade, para então entender de que forma podemos incentivar quais os limites de cada lugar, as virtudes de cada lugar, para que a gente possa responder as carências daquele bairro. O conteúdo do referido vídeo poderá ser acessado no site <http://ipuf.pmf.sc.gov.br/pd2022/noticias.php#campanhas>

Dando continuidade pessoal eu vou cumprimentar mais algumas autoridades, o André Carlos da Silva (Presidente do Conselho Comunitário da Tapera), obrigado pela sua presença. Douglas Luiz Botelho (Comissão de Subprefeito do Sul da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Florianópolis), muito obrigado pela sua presença. Carlos Renato da Silveira (Intendente da Tapera), obrigado pela sua presença. Carlos Leite (Diretor de Desenvolvimento Urbano das Cidades), obrigado pela sua presença. Secretário Carlos Araújo Gomes (Secretário Municipal de Segurança Pública), eu queria fazer um agradecimento especial responsável pela segurança do evento, além do Ricardo Luiz de Souza (Guarda Municipal/Secretaria Municipal de Segurança Pública) e do Carlos Freiburger Fernandes (Guarda Municipal/Secretaria Municipal de Segurança Pública) também muito obrigado por todo trabalho que tem realizado. Então, agora de qualquer forma eu peço a todos que esse vídeo que nós passamos foi essencial para vocês entenderem os mecanismos que, nós da Prefeitura, estamos construindo para o direcionamento dos Distritos. Porém, a gente não entrou no Distrito do Ribeirão da Ilha. Esse é um raciocínio geral para construção com a comunidade, com a sociedade da revisão. Esse vídeo que a gente vai passar agora, que ele é bem mais curto e é antes nosso intervalo, para dar quantidade de inscrições e a gente iniciar as falas, é um vídeo específico das propostas, das ideias, que nós temos específicos distritos do Ribeirão da Ilha. Então peço que todos agora que prestem atenção nesse vídeo final antes nosso intervalo. **DIRETRIZES DE REVISÃO PARA OS DISTRITOS RIBEIRÃO DA ILHA.** *Proposta preliminar proposta preliminar diretrizes da revisão para o distrito Ribeirão da Ilha. A partir do diagnóstico preliminar de cada distrito, buscou-se se identificar padrões de uso e ocupação do território para vias selecionadas, assim como as morfologias urbanas de cada localidade. Avaliou-se também, como o plano diretor atual tem sido pouco efetivo e como suas projeções e regulamentações estão distantes daquilo que se percebe e necessita a cidade. Ao não ser efetivo quanto à implantação de novos empreendimentos, o próprio plano tem limitado as condições necessárias que permitam a transformação dos bairros, a partir por exemplo, da implantação dos perfis viários. Com isso foram feitos diagnósticos preliminares de carências e potencialidades de limites territoriais, uso do solo, estrutura fundiária, ocupação do solo, habitação de interesse social, áreas de especial interesse social, e zonas especiais de interesse social, como aparecem na tela. Também foram analisados os equipamentos públicos, os espaços públicos, empregos e serviços, e aspectos socioeconômicos do distrito, além de paisagem e patrimônio, proteção ambiental, mobilidade, transporte coletivo, e mobilidade ativa, que você pode acompanhar na tela. Após a análise prévia, três locais do distrito foram identificados como centralidades ou possíveis centralidades: Carianos, Tapera e Alto Ribeirão.*



Handwritten signature and a blue arrow pointing downwards.

Nesses locais foram destacadas as áreas e vias que possuem potencial de servir em diferentes níveis como centralidade de bairro a esta região. No Carianos foram identificados os seguintes locais, mostrados nesse mapa, com potencial para receber incentivos: Avenida Deputado Diomício Freitas, Rua Do Sol, Rua Doutor Zambenhof, Rua Bartolomeu De Gusmão, Avenida Vereador Osvaldo Bittencourt, Rua Saul Silveira Penha, Rua Arco-Íris, Rua José Xavier Da Rosa, Rua Saul Oliveira, Rua João Sallum. Áreas onde já é permitida a construção de no máximo dois pavimentos, poderão somar mediante outorga onerosa, até dois pavimentos, chegando à altura máxima de 4 (quatro) pavimentos com os os incentivos. Já as áreas onde é permitida a construção de no máximo 3 (três) pavimentos, poderão somar até dois pavimentos, mediante outorga onerosa, totalizando a altura máxima de 5 (cinco) pavimentos com os incentivos. As áreas onde já é permitida a construção de no máximo 6 (seis) pavimentos, poderão somar um pavimento mediante outorga onerosa, totalizando 7 (sete) pavimentos com os incentivos aplicados. Vias integradoras e centrais poderão ter acréscimo de mais 1 (um) pavimento, no limite máximo do seu zoneamento, mediante outorga de desenvolvimento econômico. Na Tapera, foram identificados os seguintes locais, mostrados nesse mapa, com o potencial para receber incentivos: Rodovia Açoriana, Rua Das Areias, Rua José Correia, Servidão Da Creche, Servidão Tupi, Servidão Ismael João Da Silva, áreas onde já são permitidas a construção de no máximo dois pavimentos, poderão receber mediante outorga onerosa, até dois pavimentos, chegando à altura máxima de quatro pavimentos com os incentivos. Já as áreas onde já é permitida a construção de no máximo 3 (três) pavimentos, poderão receber até dois pavimentos mediante outorga onerosa, totalizando a altura máxima de 5 (cinco) pavimentos, com os incentivos. Vias integradoras e centrais poderão ter acréscimo de mais um pavimento no limite máximo de seu zoneamento mediante outorga do desenvolvimento econômico. Na região do Alto Ribeirão foram identificados os locais mostrados nesse mapa, com potencial para receber incentivos. Na imagem em destaque, a rodovia Baldicero Filomeno. As áreas onde já são permitidas a construção de no máximo dois pavimentos, poderão receber mediante ou outorga onerosa, até dois pavimentos, chegando à altura máxima de 4 (quatro) pavimentos, com os incentivos. Já as áreas onde são permitidas a construção de no máximo 3 (três) pavimentos, poderão receber até 2 (dois) pavimentos, mediante outorga onerosa, totalizando a altura máxima de 5 (cinco) pavimentos, com os incentivos. Vias integradoras poderão ter acréscimo de mais 1 (um) pavimento, no limite máximo do seu zoneamento, mediante outorga de desenvolvimento econômico. É importante ressaltar que a revisão não está propondo alteração de zoneamento, e que as alterações estão sendo propostas, previamente, apenas nos locais indicados nos mapas. As propostas estão em discussão e serão consolidadas somente após a participação da comunidade, que irá colaborar com os estudos, os incentivos, índices, gabaritos da área, aplicados conforme a proposta e que impactarão, 11,20% (onze vírgula vinte por cento) da área urbanizada, existente no distrito. O conteúdo do referido vídeo poderá ser acessado no site






<http://ipuf.pmf.sc.gov.br/pd2022/noticias.php#campanhas1> Então pessoal, o objetivo dessa apresentação se deve a intenção de parear e homogeneizar as informações técnicas ao longo de todas as 13 (treze) Audiências Distritais a serem realizadas durante os próximos 30 (trinta dias). Ou seja, todos os Distritos receberão, de forma igualitária, as mesmas informações técnicas ao longo das audiências. Evitando possíveis lapsos ou lacunas, nesse sentido. Ressaltamos que todos os materiais, contendo os vídeos e os diversos Cadernos com justificativas de revisão, estudos técnicos para proposições de diretrizes, além dos diagnósticos e das diretrizes de revisão dos Distritos, estão disponíveis no portal do Plano Diretor no site <http://ipuf.pmf.sc.gov.br/> Finalizada a apresentação desses trabalhos desenvolvidos pela Prefeitura de Florianópolis, nos passaremos para o processo de manifestações públicas, por ordem de inscrição. O importante, nesse momento é lembrar a todos que, as inscrições estão disponíveis somente até as 20h45min (vinte horas e quarenta e cinco minutos). Após este horário não serão aceitas novas inscrições. Eu gostaria de cumprimentar novas autoridades que é a Manoella Vieira da Silva/Manu (Vereadora de Florianópolis), obrigado pela sua presença. Rodrigo Vieira (Diretor do Desenvolvimento Urbano da ACIF), Stella Maris da Veiga Pereira (Assessora Parlamentar do Gabinete do Vereador Afrânio Boppré), Maikon Costa (Vereador de Florianópolis), obrigado a todos pela presença. Então, faremos um intervalo de 10 (dez) minutos de forma a organizar a parte das inscrições, e na sequência, voltaremos para dar início as falas das manifestações públicas, na ordem de inscrição. Obrigado a todos. No período do intervalo foi apresentado novamente o vídeo das regras, cito vídeo. **AUDIOVISUAL que apresenta as REGRA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.** O conteúdo do referido vídeo poderá ser acessado no site <http://ipuf.pmf.sc.gov.br/pd2022/noticias.php#campanhas1>. **O Sr Carlos Leonardo da Costa Alvarenga** convida a todos para retornar ao assento de maneira a retomar as manifestações públicas. Vamos colher as manifestações da comunidade do Distrito de Ribeirão da Ilha. Vamos ouvir à comunidade. Pessoal, mais uma vez por gentileza, vamos retomar os assentos para a gente dar sequência as manifestações. Vereador Josimar Pereira “Mama”, você consegue compor a mesa para nós novamente? Secretário Coronel Araújo Gomes vem compor a mesa com a gente por gentileza. Você consegue compor a mesa com a gente? Obrigado, muito obrigado. Estão retomando os trabalhos pessoal, nós vamos dar início as manifestações conforme nosso Regimento Interno e eu vou proceder a chamada pela ordem de inscrição. E a organização funcionará da seguinte forma: a minha esquerda, ao lado aqui do Vereador Marquito, que está em pé ao lado de um púlpito. Esse púlpito vai estar escrito assim: **números ímpares** da inscrição e do lado direito, bem do canto aqui, tem um outro púlpito escrito **números pares**. E nós vamos dividir os números pares dos números ímpares. Quem fez a inscrição recebeu o número de sua inscrição, eu vou chamar pelo nome e pelo número. Vou chamar de 4 (quatro) em 4 (quatro) nomes por vez, sendo 2 (dois) pares e 2 (dois) ímpares para fazerem fila e irem se manifestando. Depois eu vou chamando assim que encerrar o segundo a se manifestar, eu chamo mais 4 (quatro) nomes para







irem fazendo fila, tá jóia? Então eu fico eu peço que todos fiquem atentos a sua chamada. Os primeiros a comporem: Professor Nereu do Vale Pereira é o número 1 (um), que nos vai dar essa honra, por favor pode vir ao público se manifestar. O número 2 (dois) é Eduardo Lock pode vir ao púlpito para se manifestar. O próximo Marilda Tonetto pode ficar na fila atrás do professor Nereu. Roberto Bessa dos Santos pode ficar no atrás na fila do número par. Professor Nereu assim como todos terão o nome é 2 (dois) minutos e 30 (trinta) segundos para poder se pronunciar, pode ficar à vontade da sua fala, professor Nereu. **Sr. Nereu do Vale Pereira:** Bom boa noite a todos, é eu não vou essencialmente fazer uma proposta de alteração ou anexo ao Plano Diretor em discussão, felicitar a prefeitura pela iniciativa de promover este encontro em vários outros vão ter, para que a população possa contribuir de alguma forma para melhoria dos seus trabalhos. Eu desejei nesse momento, simplesmente, cumprimentar os próprios organizadores pela escolha deste local, porque foi aqui neste local que vocês se encontram que o nome de Santa Catarina passou a existir. Sebastião Caboto, a serviço da coroa de Espanha, a nossa ilha foi ocupada pela Espanha até 1640 (mil seiscentos e quarenta). Esse espanhol, Sebastião Caboto, esteve aqui na ilha em 1536 (mil quinhentos e trinta e seis). E ele disse que estando aqui nesta localidade que tem o nome de sítio de Caiacanga Merin que é o nome primitivo aqui da região, dado pelos Guarani e estando em da ilha e sendo o dia 25 (vinte e cinco) de novembro de 1526 (mil quinhentos e vinte e seis), ele entendeu de batizar o local com o nome da Santa do dia, que era Santa Catarina de Alexandria, já que a Espanha na época era, e ainda é hoje, muito devota de Santa Catarina. E ao felicitar o evento que você realizou aqui porque aqui se nasceu aqui em Santa Catarina, aqui deve nascer este novo plano. Já tive oportunidade de participar como disseram aqui em vários outros planos anteriores, é, não só na época que foi o vereador mas também na época que eu fui da Universidade Federal de Santa Catarina com muitas contribuições também na área de planejamento, mas felicitar os organizadores por ter trazido aqui para o início de Santa Catarina, no início no nome de Santa Catarina, no lugar, no lugar que nasceu o nome de Santa Catarina, pela realização deste evento, parabéns e eu espero que o plano seja exitoso. Escutei detalhes apresentados técnicos aqui na ocasião e dizer que o Ribeirão da Ilha espera que essa iniciativa de tomar é um redesenho do de lugares da ilha como o caso do Ribeirão da Ilha, que precisa o redesenho urbano e de organização. E que seja proveitoso e que seja valioso, obrigado pela oportunidade. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga assevera, “nós que agradecemos professor”. Continuando sua fala, diz: “Pode usar de sua fala Eduardo Lock”. **Sr. Eduardo Lock:** Boa noite à todos, boa noite à todas, Eduardo Ló, proprietário de imóvel no sul da ilha na Fragata da Barra do Sul, Cumprimentando o Prefeito Topázio, e nesse momento cumprimento todos os membros do poder executivo. Cumprimentando o Vereador Renato da Farmácia, cumprimento a todos os vereadores que estão representando o legislativo, aqui presente. Cumprimento também os membros das comunidades aqui em nome do senhor Nereu do Valle Pereira, da Presidente da Associação dos Moradores da Praia de

Naufragados, Sra. Marilda. Bom, nós que somos proprietários de imóveis no sul da ilha, principalmente aqueles com imóveis que, de certa forma, estão considerados como unidades de conservação. Por diversas vezes já tivemos presente inclusive em audiências anteriores, pedindo o reconhecimento primeiro da área rural consolidada a região específica. Reconhecimento também da comunidade tradicional. Mas, fazer um alerta aqui ao Poder Público Municipal, que estão se desenhando diversas novas unidades de conservação dentro da ilha e ao mesmo tempo precisamos verificar a responsabilidade e o reconhecimento da propriedade privada destas áreas. Colocou-se, inclusive na imprensa recentemente, de que 58% dessas áreas estão sem valor aos seus proprietários. Veja, como proprietário e muitos aqui que são proprietários dessas áreas tem valor, a eles e também ao município, porque cobra o IPTU, então elas têm valor perfeito. Bom, agora além delas terem o valor, elas estão servindo no Plano Diretor de certa forma para que outras áreas tem um índice maior, porque nós temos uma ilha onde nós não ocupamos nem sequer 16% (dezesesseis por cento) desta ilha, perfeito. Sendo assim, nós precisamos cuidar e cercar essa fábrica de unidade de conservação em Florianópolis, inclusive com a expansão possível de Mona no município dentre outras unidades de conservação, porque é cabível sim a indenização a esses proprietários, pois elas têm valor, perfeito. Então muito obrigado a todos e à todas. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama a Sra. Marilda, representante da AMOPRAN. Relembrando que ela terá 5 (cinco) minutos por favor. **Marilda (Presidente da Associação de Moradores da Praia do Naufragados da Barra do Sul)**. Boa noite a todos, cumprimento à mesa, cumprimento as autoridades presentes e os demais presidentes de outras entidades. Eu trago aqui apenas, eu acho que muito oportuno essa questão da revisão do Plano Diretor, porque justamente a gente traz aqui um anseio da comunidade para reforçar o pedido, que já foi feito na audiência desse plano, que está sendo revisto agora. Então, a gente vem trazer uma interpelação, em que a gente pede, a Associação de Moradores da Praia do Naufragados da Barra do Sul pede nos termos do art. 727 (setecentos e vinte e sete) do Novo Código Civil que interpela se a pessoa jurídica do município para que restabeleça a ordem da lei e a verdade, nos termos desta interpelação, a pessoa jurídica do Estado para que assegure os efeitos jurídicos desta interpelação: primeiro a obrigação é zona rural do mosaico. A primeira obrigação é do IPUF reconhecer a zona rural de 5,35 km² (cinco virgula trinta e cinco quilômetros quadrados) correspondente ao mosaico estadual, comunidade territorial sob tutela do Estado; a segunda obrigação da comunidade rural de Santa Luzia e de São Pedro. Inclusive hoje é dia de São Pedro, que ele continue abençoando os nossos pescadores. A segunda obrigação é do IPUF reconhecer a comunidade rural de Santa Luzia e São Pedro homologada pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina- ALESC e a terceira obrigação, o zoneamento especial de interesse social rural. A terceira obrigação é da prefeitura reconhecer o zoneamento especial de interesse social para fins de assistir o reconhecimento do condomínio rural, de forma que a regularização do título prometido a todos. A quarta obrigação o plano de manejo comunitário. A quarta








obrigação é da prefeitura reconhecer o plano de manejo sustentável, dos equipamentos rurais de lazer e recreação comunitários e o apoio aos turistas que visitam a comunidade. Então essas, na verdade, não são as problemáticas da comunidade, são as soluções. Boa noite, obrigado. O Sr Carlos Leonardo da Costa Alvarenga (Superintendente do IPUF e Presidente da mesa diretora) agradece a fala e salienta “antes da fala do Roberto eu já vou chamar os próximos 4 (quatro): Vereadora Carla Ayres, Sr. João José de Andrade, número 6 (seis), Sra. Dinéia Ricardina de Souza e Arno Gomes. Pode usar a sua palavra **Sr. Roberto Bessa dos Santos**. Boa noite, meu nome é Roberto. Eu represento aqui proprietários também das áreas da região. Como o que foi proposto de fato é uma visão Moderna que possibilita a verticalização e até esse prestigiar, quase que remunerar os proprietários que têm área de APP. Então quem me antecedeu falou muito bem eu estou bem satisfeito com o que foi feito no projeto. E, olha, estão de parabéns mesmo, muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama para falar a Vereadora Carla, evidenciando que, como vereadora possui 5 (cinco) minutos de tempo para falar. **Sra. Carla Ayres (Vereadora)**. Boa noite a todas as pessoas presentes, para aquelas pessoas que não me conhecem eu sou a Vereadora Carla Aires, do Partido dos Trabalhadores nesta legislatura. Eu gostaria de destacar aqui, enquanto parlamentar, juntamente com os meus outros colegas que se fazem presentes também, é: por que estamos aqui? Acho que, cabe aos senhores e as senhoras, o entendimento e o conhecimento de que o Poder Legislativo tem o papel fundamental de acompanhar este processo das Audiências Públicas, da manifestação da comunidade, para que posteriormente, a gente também faça encaminhamentos necessários coerentes com o que a participação popular colocou nessas audiências junto às discussões que vão, em algum momento, chegar na Câmara Municipal. Mas, além disso, eu acho que, cabe nesta nossa primeira audiência e queria saudar aqui a mesa, na figura do meu colega Vereador Mama (Josimar Pereira). Cabe recapitular também, nessa primeira audiência, o processo que nos traz aqui hoje. Lembrar que, em janeiro de 2021 (dois mil e vinte um), foi encaminhado para a Câmara Municipal de Florianópolis 1 (uma) minuta de um Projeto de Lei de revisão do Plano Diretor, sem que este momento aqui pudesse acontecer na cidade. Felizmente, nós conseguimos barrar, naquele momento, que este projeto fosse aprovado sem que a comunidade, as comunidades, participassem conforme prevê o Estatuto da Cidade e outras legislações preveem. Em dezembro de 2021 (dois mil e vinte e um), mais uma vez, foi tentado colocar em discussão, em apenas uma Audiência Pública, realizada no centro da cidade, uma nova minuta para apreciação de uma parcela muito restrita da população; e se hoje nós chegamos a esse calendário, esse cronograma de 14 (quatorze) Audiências Públicas é porque houve certa resistência; também das entidades da população, das comunidades que têm interesse em discutir as propostas e as diretrizes que estão aqui postas. O nosso papel enquanto parlamentares é garantir que este processo aconteça. Entretanto eu também gostaria de destacar que, toda apresentação que foi feita aqui que está disponível a no site do IPUF, que não há nenhuma novidade apresentada aqui





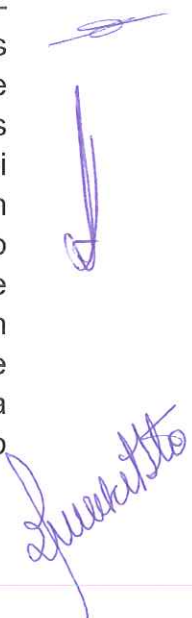
daquilo que, quem pode acessar anteriormente, teve acesso. E nós não vemos muitos elementos, muitas pontas e muitas respostas ainda, inclusive daquilo que foi colocado aqui, para que a gente inicie uma discussão e que as comunidades iniciem uma discussão. Na própria apresentação das diretrizes é dito pelo Secretário Mittmann que estava aqui até agora, que o ponto de partida do diagnóstico e da revisão do Plano Diretor é a Lei n. 482 (quatrocentos e oitenta e dois), que está vigente. Existem vários questionamentos colocados ali sobre os pontos de incongruência da 482 (quatrocentos e oitenta e dois), às dificuldades da 482 (quatrocentos e oitenta e dois), para o avanço do desenvolvimento do município. Os pontos de conflito normativo, mas nenhum deles foi apresentado aqui para que a gente parta da 482 (quatrocentos e oitenta e dois), e construa respostas de uma revisão. Eu acho que a gente precisa ponderar isso para começar qualquer discussão, para além obviamente de um projeto de cidade, que da forma com que está colocada, eu acredito que ninguém aqui tem discordância de que, utopicamente essa é a cidade que nós queremos, mas inclusive o diagnóstico que possa justificar uma antecipação de revisam e que nós temos até 2024 (dois mil e vinte e quatro) para realizar. Também não existem bases concretas colocadas para isso como: a capacidade de suporte do município do ponto de vista da mobilidade, do ponto de vista da saúde, do ponto de vista da educação, do ponto de vista do saneamento. Nos seus 4 (quatro) pilares e, o único diagnóstico apresentado aqui, pelo menos para o Distrito do Ribeirão, que está no vídeo que nós vemos, fala que foi feito um diagnóstico sobre padrões do uso do solo e perfis viários, cuja a única solução apontada como perspectiva é a verticalização dentro da lógica da centralidade. Tantos pavimentos, a capacidade de ocupação de um terreno ou não; mas naquela tabela que foi apresentada no diagnóstico falta equipamentos públicos, falta de equipamento cultural, falta de espaços coletivos de uso público. E quais vão ser as soluções para isso? E quais as respostas a gente vai ter? Eu acho que são parâmetros que eu queria pontuar aqui mesa, nesses últimos 20 (vinte) segundos que me restam, para que a gente comece a refletir sobre realmente a cidade que queremos nos próximos 10 (dez) anos. Obrigada. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e passa a palavra para o **Sr. João José de Andrade (Associação dos Pescadores da Tapera)** Boa noite senhoras e senhores. Boa noite mesa, boa noite aos companheiros vereadores. É na condição de representante da Associação dos Pescadores da Tapera que eu venho trazer sugestões. A Associação pleiteia a construção de 1 (um) trapiche junto ao meio da praia da Tapera, para o favorecimento aos nossos pescadores. Gostaríamos de sugerir também a construção de uma via pela lateral da base aérea, para que futuramente implantados, se um dia for o transporte marítimo, a Tapera possa ter uma via de acesso, contornando a sua região para dar maior sustentabilidade aos usuários. Gostaria de sugerir também a renovação, a repavimentação da Rua do Conselho, tendo em vista que lá tem o Ney Tapera, é um órgão super importante da comunidade, não é que se ela se desloca da Rodovia Açoriana, chegando da Rua Bernardino, João Damásio e ela está em estado lastimável de conservação. Pedir também, que a Intendência da

Tapera, que tantos anos se brigou para que ela fosse implantada, que ela receba pelo menos mais 8 (oito) homens para poder sustentar a mão de obra que se faz necessário dentro dessa comunidade; porque a intendência com 5 (cinco) e 6 (seis) homens que tem ali estão, ela não consegue dar conta de todo o trabalho que temos dentro deste bairro. A comunidade da Tapera, até então, não era conhecida. Hoje ela decide eleições, e por isso, ela tem que ser mais valorizada como vem sendo até o presente momento. Muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e passa a palavra para a **Presidente da Associação de Moradores Barreiros do Ribeirão**, destacando que sua fala será de 5 (cinco) minutos. **Sra. Dinéia Ricardino de Souza**. Boa noite a todos, boa noite a mesa. Meu nome Dinéia e eu estou como Presidente da Associação do Barreiros do Ribeirão da Ilha. Para quem não conhece é o Sertão do Ribeirão. O Sertão é uma comunidade que fica aqui dentro do Sertão. E aí o que gostaria de falar com vocês é sobre o artigo 49 (quarenta e nove) da Lei n.9.985 (nove mil e novecentos e oitenta e cinco) de 2000 (dois mil), a Lei do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Nesse artigo está escrito que as áreas de unidades de conservação, do grupo de proteção integral, são consideradas zona rural para efeitos legais. Para o nosso entendimento o Sertão ele tem, como ele faz parte do Mona da Lagoa do Peri, ele é uma unidade de conservação e de proteção integral; ele também tem que ser considerado uma área de zona rural. Sendo assim entendemos que a tributação aplicada deve ser referente à zona rural que é ITR - Imposto Territorial Rural e não o IPT como nós estamos pagando. Algumas pessoas pagam IPTU outros pagam o INCRA e nós queremos, não é que isso seja legalizado para todos como um é uma área rural historicamente, o Sertão ele é tem todas as características de uma unidade rural, de uma comunidade rural, e até hoje ele continua com essas características. Então nós queremos ficar isento de IPTU; o que a gente quer é pagar o ITR. Obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece a fala e salienta que antes de chamar a próxima pessoa a falar, chamará os próximos 4 (quatro) para entrar para na fila: Marina Caixeta dos Santos, Lina Guilardi, Davi Jesus e Orlando Ferreira. O próximo a falar é o Sr. Arno Gomes que terá 2 (dois) minutos para a falar. **Sr. Arno Gomes**. Boa noite a todos. Eu fico feliz em poder participar da discussão do Plano Diretor e como proprietário de imóvel aqui no Distrito eu queria pontuar, apenas, rapidamente, alguma coisa que merecia ser levado em consideração; não que aquilo que se diz já não tenha sido dito por outras pessoas, e já é do conhecimento de outros, mas é sempre bom refletir. Com isso, para fazer uma proposta, a gente vê que a cidade tem sua concentração populacional, em vários locais e é preciso e ao meu ver, tentar tirar o máximo possível para que não se torne uma verticalização desses pontos; é de forma que venha a dificultar mais e mais a qualidade de vida. Não é também as oportunidades de economia, e vejam então, nesse Distrito do Ribeirão da Ilha, vejo uma grande oportunidade que a cidade tem. Não é porque me parece ser as áreas maiores que temos dos territórios livres ainda é nesse distrito. Então nós precisamos pensar bem para trazer aí esse Distrito a qualidade de vida que a cidade precisa. Tentar expandir o máximo possível,






porque uma coisa é certa, nós vamos sempre receber mais e mais pessoas que vêm de fora morar em nossa cidade. Não tem como impedir, a menos que a Prefeitura viesse ser volte anos sem alvará, 30 (trinta) anos, o que não é permitido, não é possível, não é viável. Então, nós temos que prever o futuro. Neste Distrito eu vejo que nós temos as grandes oportunidades de expansão da cidade, de desafogar as tensões do centro, do Estreito, e tudo isso. Então, nós temos essas áreas aqui, nesse Distrito que precisam ser pensadas e dar a elas a maior aproveitamento possível de construções, para que tenhamos aqui mais construções vindas de outros lugares. Para esse local e ter a economia mais desenvolvidas, para que também esses bairros aqui como Tapera como Pântano do Sul e ou todos os outros. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga e informa que acabou o tempo do amigo, chamando a próxima pessoa, Sra. Marina Caixeta representando a Coletiva Bem Viver. Sendo assim, possui 5 (cinco) minutos de fala. **Sra. Marina Caixeta (Coletiva Bem Viver)**. Boa noite a todos e todas, para quem não me conhece eu sou a Marina, sou uma das co-vereadoras do mandato coletivo do PSOL na Câmara de Vereadores de Florianópolis, a Coletiva Bem Viver. Eu queria começar a minha fala, falando sobre como tem sido registradas as discussões a respeito dessa revisão deste Plano Diretor. A narrativa que tem se construído é a de que quem se coloca, quem coloca contrapontos para a proposta que vem sendo apresentada são pessoas que são do contra, que são contra a revisão, que são contra o desenvolvimento da cidade; o que é por si só um contrassenso porque a revisão precisa se realizar a cada dez anos; e ela a última Lei, a Lei vigente do Plano Diretor, a Lei 482 (quatrocentos e oitenta e dois) de 2014 (dois mil e quatorze) completa 10 (dez) anos em 2024 (dois mil e vinte e quatro), o que faz com que a gente tenha ainda 2 (dois) anos para se realizar esse processo. Eu deixo com esse fato uma pergunta: por que que a gente não utiliza esses 2 (dois) anos para realizar um processo mais amplo, mais participativo, mais robusto? Não é que as pessoas tenham mais condições de participar de forma efetiva do processo; e para começar a elaborar as respostas para essa pergunta eu queria fazer um breve relato de como chegamos até aqui, como a Vereadora Carla já fez na sua fala, mas eu acho que é importante registrar que a primeira vez que a gente teve contato nessa legislatura com qualquer tipo de proposta relacionada à revisão do Plano Diretor foi, salvo engano, no dia quatro de janeiro do ano passado; o que ficou conhecido com um “pacotão” do ex-prefeito Jean Loureiro. Que, junto com diversas outras matérias somavam mais de oitocentas páginas de projetos de lei e alteração de leis que a gente teve uma semana para apreciar. Felizmente as matérias relacionadas as revisões da Lei 482 (quatrocentos e oitenta e dois) foram rejeitadas e em seguida foi apresentada uma minuta no Conselho da Cidade, depois daquela audiência em dezembro, na ALESC, que foi no dia 17 (dezessete) de dezembro, se eu não me engano, foi chamada sem que se respeitasse os prazos legais de convocação de audiências públicas. Depois foram divulgadas que seriam realizadas 13 (treze) audiências todas no mesmo dia, no mesmo horário, o que foi descrito por um dos articuladores da minuta; então apresentada como uma guerrilha. Não é que nos traz um pouco mais de elementos que direcionam o






apresentado

nosso entendimento para quem interessa essa narrativa que tem se construído; é sobre torcidas de quem é contra e de quem é a favor do que está sendo desenhado. Então a bancada do PSOL, dos mandatos: da Coletiva Bem Viver, do Vereador Marquito e do Vereador Afrânio, junto com movimentos sociais, foi articulado através do Fórum das Cidades; entramos com mandado de segurança para suspender essas treze audiências que seriam realizadas concomitantemente que nos trouxeram até o TAC, o Termo de Ajuste de Conduta que foi mencionado mais cedo, que foi elaborado pelo Ministério Público e que hoje rege esse processo que a gente está começando. Hoje, no mínimo tem garantido a legalidade desse processo. Mas, garantir que se cumpra a lei não é suficiente para que a gestão pública se vanglorie da participação; é preciso que a gente avance. Não é no sentido da garantia da ampliação da participação popular e da educação política que vem junto com esse processo da população. A gente poderia por exemplo, ter oficinas que explicam o que é um Plano Diretor e para que ele serve esse. É um assunto que poucas pessoas tem; e como sobre entendem realmente o que é. A gente poderia ter debates entre organizações que apresentam pontos de vista diferentes a respeito do Plano Diretor, projetos de cidades diferentes. A gente poderia ter audiências setoriais que discutam educação, transporte, saúde e meio ambiente; que é um tema central na nessa discussão que a gente vem fazendo. Todos esses elementos, essas ferramentas de participação infelizmente não estão colocadas. E, depois desse resgate, eu quero apresentar um pouco do que eu acho que seria ideal para esse processo as audiências que são promovidas pelo Poder Executivo, como essa que estamos participando agora. Ela deveria ter como objetivo determinar as diretrizes que objetivarão a proposta de revisão do Plano Diretor da e dessa minuta que será construída as diretrizes já estão dadas. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga avisou que a Vereadora possui 30 (trinta) segundos para encerrar sua fala. A Vereadora retoma a sua fala (...) alguns elementos dessa dessas diretrizes como a centralidade são apresentadas como uma solução para ao movimentando, lar ou transporte, mas se ela for feita de acordo com a lógica dos interesses da construção civil elas vão causar o problema contrário; elas vão expulsar da centralidade dos trabalhadores daquele local porque aquela zona se tornará uma zona elitizada e vai se criar uma periferia ao redor dessas centralidades (...) O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga informa que o tempo encerrou e agradece, chamando a próxima pessoa, Sra. Lívia Guillard, a qual também faz parte da Coletiva Bem Viver, tendo também 5 (cinco) minutos de fala. **Sra. Lívia Guillard (Coletiva Bem Viver)** Boa noite, boa noite a todas. Bom, eu sou Lívia. Eu sou uma das co-vereadoras junto com a Marina, a Cíntia, a Jose e a Mayne. A Marina trouxe alguns elementos do processo, da importância desse momento aqui e da importância que esse momento fosse ampliado para realmente a gente conseguir ouvir, entender e elaborar acerca de como o Distrito do Ribeirão quer ter um processo de desenvolvimento, as alterações que querem, as conservações que querem, enfim. É aí que eu quero dialogar um pouquinho com a proposta em si e com o diagnóstico. O que é que foi apresentado, porque como a Vereadora Carla destacou, a gente não tem




um processo de apresentação de capacidade de suporte que é a tal da capacidade de suporte segundo os dados do diagnóstico. O Distrito tem aproximadamente 26.000 (vinte e seis mil) pessoas residentes, tem o número de imóveis, de construções maior por caracterizarem construção de segunda residência. Dessas 26.000 (vinte e seis mil), quantos são atendidas pelos serviços públicos? serviços de saneamento? como é a capacidade de abastecimento para essas 26.000 (vinte e seis mil pessoas)? E, para as mais de 10.000 (dez mil) residências como é a capacidade de atendimento de energia elétrica? Enfim, de todos os serviços? E, dentro dessa proposta que é feita qual é o adensamento gerado? quantas pessoas esse Distrito vai vir a receber? e como está sendo preparado a oferta desses serviços para esse aumento e esse adensamento aqui? Eu não estou trazendo um apontamento que é totalmente contrário; são perspectivas do urbanismo importantes para tentar dialogar com o aumento da infra-estrutura de construção nas áreas de preservação. Por exemplo, são perspectivas urbanísticas e aí a gente tem que entender que o Plano Diretor ele não é só um plano urbanístico, mas, é um plano que traça as diretrizes do desenvolvimento da cidade que envolvem para além do processo arquitetônico, que envolve mobilidade, pensar as vias os fluxos os modelos de construção, distanciamento entre prédios para ver se tem sombra ou não entre um e outro. Todos esses aspectos são os aspectos urbanísticos, arquitetônicos, mas os aspectos sociais a gente está ouvindo falar bastante aqui, nem nos materiais de habitação de interesse social. Para que a gente, eu gostaria de entender, porque é caracterizado habitação de interesse social as zonas que sejam regulares ou irregulares. Onde vivem as pessoas de baixa renda, é isso que é interesse social? Eu sei que há um recorte no Plano Diretor de zoneamento para isso, mas a gente tem que olhar qual é a real demanda de Florianópolis por habitação social; e aí a gente tem que falar de Política de Moradia. Não é a gente tem que falar que tem que ter acesso real à moradia e é isso que é habitação de interesse social. A gente está falando aqui como é, que isso está sendo traduzido. Aí há um questionamento que eu faço, mesmo é porque a gente precisa do diagnóstico da capacidade para entender como é que isso vai ser colocado. Para que vocês entendam como é que é calculado o déficit de habitação de um município o salário da pessoa e o valor que ela paga de aluguel se a pessoa usa mais de 30% (trinta por cento) da renda dela; com o aluguel ela está em situação de déficit habitacional. Com esse dado eu acho que a gente já pode olhar para os preços de aluguel em Florianópolis e entender que mais de 70% (setenta por cento) da população ganha até 3 (três) salários mínimos e aí a gente vê que os dados colocam uma boa parte da população de Florianópolis em déficit habitacional; e aí o plano tem que olhar para isso, para além de uma política onde o setor de construção ganha a possibilidade de construir habitações de interesse social. Mas, para uma reserva de espaço onde o município desenvolve uma política pública de habitação e moradia. Uma política pública ou como financiamento onde as pessoas realmente tenham acesso à moradia, dentro da sua capacidade, dentro da estrutura do município, e é claro que é agora dialogando um pouquinho com as unidades conservação e tudo isso é esse crédito em termos

de pavimento é um caminho (...) O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga avisou que a Vereadora possui 30 (trinta segundos) para encerrar sua fala. (...) mas no Brasil a gente tem exemplos de outros caminhos que também tem questionamentos mas por exemplo o mercado de crédito de carbono super explorado hoje na Amazônia que está se consolidando no Marco Legal Internacional e Nacional pode ser explorado em áreas de preservação em unidades de conservação uma forma de explorar que realmente não vai tocar e aí a gente vai pensar na preservação das nascentes e tudo o que é necessário (...) O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga informa que o tempo encerrou e agradece, chamando a próxima pessoa, Vereador Camasão que também terá cinco minutos de fala. **Sr. Leonel Camasão (Vereador)** Primeiramente, boa noite a todas as pessoas, boa noite a mesa. Meu nome é Leonel Camasão. Eu sou jornalista e nesse momento estou ocupando o mandato de Vereador na Câmara de Florianópolis. Não sou morador aqui do Distrito, sou morador da Prainha, da região do José Mendes; mas vim aqui hoje para tentar contribuir com esse debate (...) está o áudio está dando uma cacofonia (...) aqui é bom a primeira coisa que eu quero dizer para vocês que estão aqui no plenário fica nítido um clima frio com o qual a gente faz esse debate aqui hoje; e não só porque a temperatura está fria, mas porque há uma separação tanto do ponto de vista de como foi montado essa estrutura, de como foi especificado, muito com detalhe nas regras, que as pessoas que estão no plenário não podem por exemplo arremessar objetos na mesa, trazer fogos de artifício; acho que isso é uma obviedade. Não é isto, constar nas regras, já mostra que de certa forma a mesa que representa o poder público tem medo do que os moradores do Distrito têm a dizer. Mas, eu também acredito que os moradores do Distrito também têm medo do que a prefeitura pretende fazer com o Plano Diretor. De qual é o futuro da nossa cidade; porque se hoje nós estamos aqui para ouvir as intenções da revisão, mas também estamos aqui para falar o que pensamos. Nós só estamos neste espaço para ouvir e para falar na “marra”. Esta reunião aqui hoje foi obtida na “marra”, foi obtida na justiça, como bem falou a vereadora Carla Ayres. A primeira proposta de revisão do Plano Diretor apresentada com três anos de antecedência. O Plano Diretor só vence em 2024 (dois mil e vinte e quatro). Ela foi apresentada em janeiro de 2021 (dois mil e vinte e um) e não passou na Câmara de Vereadores por um voto; por um voto sem cumprir o que diz a Lei que é o Estatuto das Cidades. Então, as sucessivas tentativas de burlar a Lei nos trouxeram aqui hoje, num processo, repito, que foi obtido na “marra”. Quando nós assistimos a apresentação é difícil discordar dessa apresentação porque ela parece uma carta de boas intenções. Vamos melhorar a cidade, pensar a Florianópolis para o futuro. Mas, como foi dito aqui anteriormente, além do alargamento de vias, além de permitir mais pavimentos e outorga onerosa. O que não está respondido aqui no plano é quantos postos de saúde a mais nós vamos precisar fazer nos bairros para suportar o impacto desse crescimento; quantas linhas de ônibus a mais nós vamos precisar para tentar desengarrar, o que já é uma das cidades com a pior mobilidade urbana do mundo. Como nós vamos manter o que sobrou de praias limpas se não temos a capacidade de tratar o esgoto e muito menos de



limpar as praias que já estão sujas? Como eu falei eu moro na Prainha, eu moro de frente para o mar, a vista é maravilhosa, mas o mar é poluído. Ali por muito tempo se jogou esgoto e não é por não tem balneabilidade, como em toda a parte central, e em direção ao continente. Então, o que o plano ou essa proposta de revisão do plano, não apresenta é como a cidade vai suportar esse crescimento. Desta forma gente, nós moramos, quase todos os moradores da nossa cidade moram numa ilha; não tem mágica, não tem para onde crescer. Quem mora lá no final da Baldicero Filomeno vai fazer o quê para chegar no centro da cidade, ou para chegar na Tapera? Que seja, não é um dos pontos das centralidades, não tem por onde gente, não tem por onde, então nós precisamos de fato é restabelecer um processo aqui de debate, que ele seja de fato aberto. Não é hoje aqui a sensação que muitos têm, que nós estamos aqui cumprindo um protocolo porque a lei exige, mas assim não está havendo de fato um momento de escuta real; de planejamento urbano compartilhado, já tem uma intenção predeterminada que este governo. Porque é a Prefeitura é transitória, não é gente, aliás, a Prefeitura é permanente, mas os governos são transitórios. Este governo já tinha uma intenção, já tinha um projeto pronto. Então, assim, é a grande questão é se nós vamos de fato fazer um processo de escuta ativa da comunidade ou se nós só vamos cumprir tabela para passar uma proposta que já está pronta há muito tempo; e que não deixa claro para quem mora nas comunidades quais são as reais intenções desse plano. E quais são os impactos dessa prometida, de haver verticalização, em tese organizada, em tese é controlada, mas a verdade que na história da nossa cidade, toda a expansão urbana é por nunca teve um controle efetivo, não é pelo contrário. Obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama a próxima pessoa. O próximo a falar é o Sr. Orlando Ferreira. Mas o Presidente da mesa pede, antes do Sr. Orlando proferir a fala, para chamar os próximos 4 (quatro): Sérgio Araújo, Pedro Henrique Simas, Eugênio Luiz Gonçalves e André Carlos da Silva. Na sequência passa a fala reforçando os 2 (dois) minutos. **Sr. Orlando Ferreira** Vereador Mama, eu queria agradecer toda mesa em nome do Vereador Mama. E quero dizer que o debate aqui é por pessoal do Ribeirão da Ilha, para o povo. Nem para o comando, nem para vereador. Vereador tem a Câmara de Vereadores, tem que “se bater” na Câmara Vereadores; aqui o debate é para nós. Quero dizer que o povo do Ribeirão da Ilha tem vinte e duas obras paradas. Estão abandonadas, primeiro que o Plano Diretor tinha que olhar o acabamento das obras, para depois então fazer o Plano Diretor. Todo ano tem reunião do Plano Diretor e nunca foi resolvido nada. Até a nossa cidade, da nossa capital 40% (quarenta por cento) está abandonada. Da Praça XV para o sul está abandonada; 80% (oitenta por cento) das lojas e do comércio tá fechado; o Continente está abandonado; 50% (cinquenta) do Continente está abandonado. Como é que pode fazer um Plano Diretor se a própria Prefeitura, não tem Prefeitura; e a única capital do Brasil que não tem a Prefeitura. A nossa capital, então não pode fazer do nosso Ribeirão da Ilha; aqui tem um tratamento de esgoto; que não foi ligado o tratamento do esgoto, está abandonado. Corre tudo para o nosso mar. Nós temos criação de ostra e marisco que também não funciona; fizeram uma

maricultura no Riberão, está vinte anos fechada, está abandonada. Por que que a prefeitura não olha para isso? Só quer fazer Plano Diretor. Fizeram o Novo Campeche, que a outra cidade, que aterrou, e onde que vamos buscar água. Como o vereador acabou de falar, não tem não. Tem como a nossa água sai de Lagoinha do Peri e água vai toda fora. Que nunca fizeram uma barragem, para atacar água. Por que que não faz uma barragem? Eu tenho uma casa lá no Ibiraquera, lá todo o desaba a barra e esgota na Lagoa. Para fazer as coisas eu acho que não tem engenheiro que entende disso, só pode ser! Então eu quero perguntar para o Michel e o Plano Diretor, para poder fazer o Plano Diretor, tem que primeiro fazer as coisas que estão abandonadas para depois poder fazer o Plano Diretor, muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o **Sr. Sérgio Araújo**. Boa noite a todos, a todas, e autoridades também. Eu gostaria muito que no Plano Diretor levasse muito em consideração as áreas agricultáveis, as áreas agrícolas. Florianópolis, como dizia Franklin Cascaes, o povo de Florianópolis, o ilhéu é como um anfíbio, ele vive tanto no mar quanto ele está na terra. E hoje, a gente vê, esse pessoal que planta, a população tradicional está sendo esquecida. Hoje a gente sabe, eu sei, que hoje tem 5 (cinco) engenhos de farinha ativos. Na ilha somente 5 (cinco). A gente está perdendo a nossa identidade; então eu gostaria que que existem formas, não é mais moderna de praticar agricultura, com o mínimo impacto ambiental ou com nenhum impacto ou até com impacto positivo. Isso a gente já faz no Sertão do Ribeirão. Não é e eu acho que o Ribeirão, também tem, essa vocação agrícola além da pesca né. Então eu gostaria muito que levasse em consideração no Plano Diretor as áreas agricultáveis e de preservação, os planos de manejo dessas áreas de preservação; para que a gente possa ter água, que a gente possa ter ar, que a gente possa ter a natureza do lado da nossa casa, muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o **Sr. Pedro Henrique Simas (Conselho da Cidade)** Boa noite a todos, eu sou o Pedro Henrique Simas e eu estou no Conselho da Cidade como suplente; e sou da região do Distrito de Pântano do Sul. Trabalho com Plano Diretor há mais de 26 (vinte seis) anos. Eu posso dizer para vocês que eu ajudei a produzir um Plano Diretor para o Distrito de Pântano do Sul, que só de oficinas de capacitação foram mais de 42 (quarenta e duas). Fizemos um plano com a ACIF, com os índios com comunidade e naquela época nós fizemos um pacto social; porque um Plano Diretor é um processo pedagógico, exige conteúdo, conhecimento. Todos os que me antecederam aqui, eu também trabalho com população tradicional, naquela época nós mapeamos as áreas econômico- cultural, que é tudo o que vocês falaram aqui. Quem trabalha com área rural e as regiões de pesca; e sobre esse plano eu vou fazer um só parecer, um parecer técnico. Eu estou como suplente justamente para dar esse suporte técnico, esse não é um Plano Diretor, ele é um plano concebido para dar conta de apenas um único setor econômico da ilha. O resto dos setores econômicos foram esquecidos. Ele é um plano setorial, que envolve uma transformação do Código Urbanista, o resto não tem como dizer que é um Plano Diretor. Sinceramente eu rasgo tudo o que eu produzi durante esses 26 (vinte e seis anos). A respeito de Plano





Diretor, ele é voltado para acelerar a construção civil e a verticalização. Eu vejo aqui que, muitos técnicos, eu sou Ecólogo de Paisagem; falam em cidades modernas, vamos transformar; Florianópolis é moderna. Só que isso vai trazer um efeito rebote e vai trazer um efeito rebote principalmente para as populações tradicionais quem trabalham com o meio de produção primária como, maricultura e como pesca. Que em um ano de outras atividades, então eu só colocaria essa questão, não é simplesmente é um plano setorial com mudança do Código Urbanístico, muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o próximo, Sr. Eugênio Luís Gonçalves. Como ele é um representante comunitário do conselho comunitário, possui cinco minutos de fala. **Sr. Eugênio Luís Gonçalves (Conselho Comunitário da Costa de Dentro)** Obrigado Senhor Presidente. Então, eu fiz uma leitura em relação ao Plano Diretor, da Constituição Federal, da Constituição Estadual, do Plano, da Lei Orgânica do Município de Florianópolis, do Estatuto da Cidade, da Resolução n.25 (vinte e cinco), e cheguei e fiz um estudo também em relação ao TAC, e também dos 2 (dois) Decretos que fizeram, que regulamentaram o TAC. Então cheguei à seguinte conclusão: eu gostaria de trazer isso para vocês: 1. descumprimento da cláusula segunda que garante a aplicação da Resolução n.25 (vinte e cinco) e da recomendação número n.83 (oitenta e três) do Conselho das Cidades, por esta cláusula é garantido a aplicação integral da Resolução n.25 (vinte e cinco), que diz essa Resolução n. 25(vinte e cinco)? diversidade de debate por segmentos sociais, por temas e por bairros em articulação com orçamento, com ações de sensibilização, mobilização e capacitação. Isso não foi feito pela Prefeitura. Descumprimento da cláusula terceira e do artigo dez do Decreto n. 23.874 (vinte e três mil oitocentos e setenta e quatro) que regulamenta o TAC, o processo no caso, de revisão do Plano Diretor deverá contar com ampla divulgação, em linguagem acessível para toda a sociedade. Por essa cláusula, a Prefeitura Municipal está violando a Lei Municipal n. 7.801 (sete mil oitocentos e um) de 30 (trinta) de dezembro de 2008 (dois mil e oito), vencida desde 2009 (dois mil e nove). Senhores e senhoras, pasmem o Portão Eletrônico do município inibe o acesso de pessoas com restrições visuais, direito garantido pela Constituição Federal e pelo artigo 34 (trinta e quatro) da Lei Municipal n.7.801 (sete mil oitocentos e um) de 2008 (dois mil e oito). Decreto n.10.048 (dez mil e quarenta e oito), assim como o Decreto 10.098 (dez mil e noventa e oito) de 2000 (dois mil) e também a Lei Federal n.12.146 (doze mil cento e quarenta e seis) de 2015 (dois mil e quinze). A Prefeitura está inadimplente com estas leis citadas, com o TAC e com as pessoas de redução visual. Elas não fazem parte da sociedade? Descumprimento da cláusula sexta, apresentação de estudos técnicos para a revisão do Plano Diretor, a letra "e" e a letra "a", da cláusula dez. Estes estudos foram alterados sem a devida comunicação aos municípios, aos munícipes em 23 (vinte e três) de junho de 2022 (dois mil e vinte e dois). O cidadão que acessou o portal do dia 15 (quinze) de junho encontrou um tipo de informação, aquele que acessou após o dia 23 (vinte e três) encontrou outro tipo de informação. Além do descumprimento das cláusulas citadas, impactou na Lei da Transparência da Informação e da publicização dos atos administrativos.








4. Descumprimento da cláusula nona que diz que o material de audiovisual deveria ser distribuído aos Distritos ou ao Distrito aqui do Ribeirão foi publicado somente em 23 (vinte e três) de junho de 2022 (dois mil e vinte e dois), descumprindo os quinze dias de antecedência a esta audiência. Reafirmando que a Prefeitura descumpriu esse prazo determinado, descumpriu a cláusula 10 (dez) por não apresentar o conteúdo da minuta da revisão do Plano Diretor. Nesta audiência onde é que está a minuta? a revisão do Plano Diretor para a gente discutir artigo por artigo? Reforçado pelo inciso “e” que diz, determina a exposição da proposta da revisão do Plano Diretor por esta presidência. Queremos discutir a minuta. Descumprimento do item “b” da cláusula dez que deve propiciar a realização e discussão de debates anteriores as audiências, questionamos foram realizados debates neste Distrito ele foi divulgado? O artigo dezesseis do Decreto n.23.784 (vinte e três mil setecentos e oitenta e quatro) reduz a participação da sociedade nas audiências numa simples oitiva apesar da cláusula dez do TAC determinar que as audiências devem informar, acolher, debater, rever e analisar; questiono, aí eu questiono Ministério Público e Defensoria se avalizaram esse Decreto inconstitucional que regulamentou o TAC. E para concluir seu presidente, o gestor público não devem agir influenciado por interesses escusos e inescrupulosos, mas fazer o que a Lei autoriza de conhecimento do Ministério Público e da Defensoria. Se isso já foi encaminhado para a Defensoria e o Ministério Público portanto aqui temos indícios de conflitos de interesse violação do TAC, do artigo 34 (trinta e quatro) da Lei n. 7.801 (sete mil e oitocentos e um) de 2008 (dois mil e oito) que é de redução, de é questão que não consegue enxergar, correto? Constituição Estadual, Estatuto da Cidade que na Resolução n.25 (vinte e cinco), na Lei Orgânica de Florianópolis que não garante a participação da cidade comunitárias no processo do Plano Diretor. O artigo quinto da Constituição Brasileira é bem claro, todos temos direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade num ambiente saudável, como preconiza o artigo n. 225 (duzentos e vinte e cinco) da Constituição. Pelo esclarecimento formulado acima Senhor Presidente está audiência está violando estes direitos constitucionais, cabendo ao Ministério Público e a Defensoria a adoção de medidas saneadoras no âmbito da legalidade e moralidade da publicitação esperamos que a Defensoria, o Ministério Público, como os órgãos fiscalizadores do TAC cumpram o seu dever certo, o que a gente viu aqui na verdade foi um plano voltado para as construtoras, não tem nada a ver com o plano de saneamento com plano de vida, de qualidade de vida para toda a cidade, é só um segmento aqui que está. Muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e ressalta, antes de chamar o André Carlos representando o Conselho Comunitário da Tapera eu quero chamar os próximos quatro: João Carlos da Silva, Rodrigo da Silva Vieira, Vereador Marquito e Vanessa Valéria Bonasa. Passando a palavra para o **Sr. André Carlos da Silva (Conselho Comunitário da Tapera)** com 5 (cinco) minuto de fala. Boa noite para todo mundo, prazer meu nome é André Carlos, sou Presidente do Conselho Comunitário da Tapera. E, hoje eu quero trazer para vocês uma realidade que a gente vive, vou falar aqui da região, mais específico



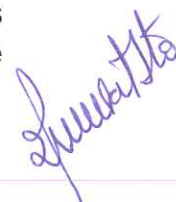


André Carlos

do nosso bairro. O Plano Diretor que estava vigente é um dos maiores crimes sociais que já existiu para nossa região. Eu falo em defesa do morador local, em defesa do comércio local, para vocês terem uma noção esse Plano Diretor que está vigente. Na cidade só tem uma rua, que é área mista de serviço na Tapera. Uma rua que não tem nem comércio, o resto dos bairros, eles estão à beira de ser, são irregulares. Nunca tiveram um apoio, nunca tiveram um debate. Quando foi feito, igual hoje em dia, a Prefeitura de Florianópolis vem fazendo, e diferente do que as pessoas acham ou não, eu vou falar o que a gente sente; através isso dependente de pessoas do lado político ou não. Desde o início com o nosso Prefeito Gean, agora com nosso Prefeito Topázio, com o nosso vereador Mama, a gente trouxe dignidade para essa região. Hoje em dia, a gente tem mais de 2000 (dois mil) escrituras públicas que a gente conseguiu trazer do ar legal. Hoje em dia a verticalização na Tapera ela é muito importante. Se não, eles vão estar indo para o meio de mangue, indo para o morro, porque as famílias não têm condições financeiras de comprar um terreno para 200 (duzentos) ou 300 (trezentos) mil. A verticalização e a regularização vão possibilitar de financiar uma casinha junto com o pai dele, construir a casa dele no mesmo terreno que o pai, porque a maioria dos nativos daqui está correndo para fora; não tem lugar para onde ir. A gente tem que apoiar o nosso povo. A maioria que está falando, as vezes contra, não é nem daqui. Está morando aqui, foi recebido num terreno aqui de Florianópolis, uma hora é muito bem-vindo, o nosso povo recebe e agora é que vamos ver; o nosso povo fica agoniado porque não tem condições de fazer nada diferente. Eu acho que a verticalização é muito importante, eu acho que esse Plano Diretor, igual foi apresentado aqui, também e outras sugestões que a gente vai dar sobre as áreas de serviço, a Tapera foi considerada sempre um bairro dormitório. É por isso que a gente não poderia receber as empresas, a gente não consegue trazer uma empresa para gerar emprego para o nosso povo, a gente foi de alguma forma escravizado. A gente foi ignorado; disseram que a gente não existia nem no mapa de Florianópolis; e a gente provou que a gente é gente, trabalhadora. Elegemos um dos vereadores mais votado em Florianópolis. Mostrou que a gente pode ser a diferença e vamos fazer a diferença, porque o povo não pode estar sofrendo por conta de briguinha política. A necessidade é agora! Muita gente fala: vamos conversar, vamos ver, é porque tem um lugar bom para morar tem uma cama quentinha. Mas não é que está passando necessidade de frio no meio do mangue. Eu convido, eu sou o Presidente do Conselho Comunitário, eu convido para vim fazer um debate aqui no bairro comigo que eu mostro, eu mostro a realidade da nossa comunidade. E, eu estou aqui, falando a minha opinião tem vários comerciantes locais que estão aqui. Muitos não pode estar presente porque está trabalhando; não tem o luxo de poder participar de uma audiência pública porque tem que levar alimento para sua casa, e enquanto isso fica à mercê de muita jogada política. Então, aonde estiver agora o Plano Diretor de toda a cidade eu vou acompanhar, vou levantar essa bandeira e a gente vai até o fundo, se Deus quiser, passar em defesa do morador de Florianópolis porque chega do pessoal vim aqui nos usar e depois dizer que o benefício que a gente

quer é para eles mesmo. Que as construtoras que estão vindo, que venha o emprego, que venha desenvolvimento, que a gente trabalhe junto com eles para dar apoio, para ter esgoto, para ter luz, para ter água; porque outra coisa, se não, a gente não regularizar o que já existe, a gente vai pedir melhoria de rede para a CELESC e eles falam que não tem como a gente melhorar está irregular, dá é gato de luz, gato de água, no pesado e uma das provas que o povo quer é regularizar e deseja isso. Foi a legalidade de mais de 2002 (dois mil e dois)/1000(mil) escrituras públicas que o povo pagou não foi nada gratuito. Então o povo quer regularizar, quer se desenvolver. A gente não é bicho para ficar vivendo no mato a gente quer desenvolver. Quer o mesmo que tem lá em Jurerê Internacional a gente quer na Tapera aqui na região também todos os direitos, obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o **Sr. João Carlos da Silva**. Boa noite pessoal, sou João Carlos da Silva, nasci aqui no Ribeirão, no Alto Ribeirão. Hoje moro no Campeche. Nós temos propriedades aqui na região do Alto do Ribeirão. Sou Engenheiro Civil, tenho uma empresa de engenharia que no sul da Ilha. E primeiro quero parabenizar a Prefeitura pelo formato que vem tratando o Plano Diretor. A gente sabe que teve um equívoco lá em janeiro, sim; mas foi corrigido. Parabenizo a todos pela “tocada” dessa oportunidade que a gente está tendo de chegar até as Audiências Públicas e expor, cada um a sua, as suas intenções e suas contribuições, inclusive com a chancela do Ministério Público Estadual é em toda essa “tocada” aí do Plano Diretor. De forma propositiva, eu queria fazer algumas colocações, do jeito que está não está funcionando, a gente está vendo aí a irregularidade tomando conta, o Ribeirão da Ilha, a Tapera, muito forte. Sinal que o Plano Diretor, da forma que está não está funcionando a gente tem que corrigir, tem que fazer algo. A gente está 25 (vinte e cinco) anos discutindo o Plano Diretor e não está funcionando na prática; a gente tem que intervir, não esperar de forma como os 10 (dez) anos. Facilitar o parcelamento de solo; muitas famílias procuram o escritório lá dizendo: tenho aqui cinco ou dez casas dos meus irmãos, e toda essa gleba para trás eu não consigo regularizar. Então que tem que incentivar o parcelamento do solo para que essa área dos fundos possa vim para a legalidade, porque se não quem vai quem está de olho nela lá é o pessoal do irregular para parcelar da forma que sempre foi. Hoje, o Ribeirão tem dois loteamentos regularizados: o Portal do Ribeirão e o Villas do Ribeirão, no restante todo é parcelamento da forma irregular. E é isso que nós queremos? Será que quando o diretor está certo? Sistema viário hoje precisamos sair do Alto Ribeirão pra ir tem que dar o balão ou na SC na frente do FORT ou pegar aqui a Tapera para ir. Porque só vai sair a ligação da Baldicero Filomeno com o aparelho Santos Cordeiro com as intervenções da iniciativa privada com os empreendimentos, se não, não vai ligar a Baldicero Filomeno com a Paris. Temos que incentivar esses empreendimentos. Os usos mistos como muita gente na irregularidade de hoje. Precisa sim verticalizar onde é possível. Verticalizar e os botam os usos mistos nessas regiões e as compensações não é que essas compensações desses empreendimentos, os pavimentos a mais que fique, obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e

chama o Rodrigo da Silva Vieira (representando da ACIF), assim sendo, possui 5 (cinco) minutos de fala. **Sr. Rodrigo da Silva Vieira (diretor de desenvolvimento urbano da ACIF)** Boa noite pessoal, cumprimentar a mesa, cumprimentar a todos, não vou me alongar muito nisso. Sou Rodrigo da Silva Vieira, estou como Diretor de Desenvolvimento Urbano da ACIF, faço parte do Conselho Municipal de Saneamento e também do Conselho da Cidade. Também sou manezinho da ilha, família toda tradicional da ilha e a gente vem aí discutindo o Plano Diretor há muito tempo. Eu queria primeiro parabenizar a estrutura da Prefeitura aqui com essa Audiência Pública, porque contrário do que a gente até já escutou aqui; quem diz que tem que assegurar, lançar um objeto aqui na frente; de repente nunca participou realmente de uma Audiência Pública. O ambiente de Audiência Pública em Florianópolis foi tornado em ambiente de algazarras; e a gente tem que parar com isso. Então, parabéns por essa atitude e pela “tocada” que está sendo feita aqui. Em primeiro lugar, tem que ser um ambiente de ordem e depois também queria colocar que eu estou participando do estudo do Plano Diretor desde, como interessado realmente desde do PL 1.715 (mil setecentos e quinze) que foi colocado em 2016 (dois mil e seis). Poucas alterações foram sendo feitas, construídas, mas quem estava participando do processo sabe que já teve a opinião popular e participação desde 2016 (dois mil e seis). Tem uma série de Audiências Públicas feitas, oficinas e está no site da Prefeitura. Se alguém quiser ver, não podemos aqui alegar que é fato novo. Tem poucas alterações do 1.715 (mil setecentos e quinze), tem, mas quem construiu o raciocínio em conjunto sabe bem do que que a gente está falando. Não adianta a gente falar aqui que não, depois o Plano Diretor, a gente não pode enfrentar ele como uma ferramenta de freio e atraso, por que surge o Plano Diretor numa cidade, a civilização se acomoda precisa se organizar, precisa dizer como vai crescer, onde que o carro vai andar, onde que vai ter o comércio, onde que eu vou jantar, onde que eu vou estudar meu filho. Então a gente tá falando disso, desenvolvimento. O Plano Diretor vem para frente, para desenvolver; então a gente não pode usar essa ferramenta como uma ferramenta de trava, de tranca da cidade, de forma alguma; a cidade está sangrando. Quem não sabe disso é porque não acompanha, então a pergunta que primeiro que eu queria colocar é fazer do jeito que está ? bom quem, é contrário do jeito que está, a gente tem mais de dois anos para ficar discutindo isso, para que a cidade já sangra hoje; cidades sangra com obra irregular, as cidades sangra com parcelamento de solo irregular , não tenho mais tempo pra gente estar colocando aí gente da Lei de 2014 (dois mil e quatorze), último instaurado até aqui a gente teve 30.000 (trinta mil) inscrições imobiliárias abertas na ilha, 900 (novecentas) delas apenas são regular as outras são tudo de forma irregular. Alguma coisa não está certa do plano de 2014 (dois mil e quatorze) para cá onde o Campeche, a Tapera, virou uma mancha de RP 2 (dois)., onde só se permite o uso unifamiliar e não uso multifamiliar que foi usado como uma ferramenta de tranca, de trava. Travou a cidade, hoje cresce 10.000 (dez mil) habitantes ano não para de chegar. Gente, se a gente quiser fazer aqui um freio para a cidade, pessoal nós temos que trancar a ponte, é o único jeito, a cidade vai continuar








crescendo, mas ela vai crescer de forma errada, se a gente continuar batendo na mesma tecla de 2014 (dois mil e quatorze) para cá. Nós fizemos um levantamento pela ACIF cadastrados já referenciado 4.500 (quatro mil e quinhentas) unidades clandestinas só no sul da ilha, se a gente frear agora nós vamos virar o Travessão do Rio Vermelho. Aqui na Tapera, em todos os outros lugares, em pouco tempo, é só uma questão de tempo. E para a gente chegar lá queria dar dois exemplos aqui de urbanização. Pessoal, a gente vê aqui o regular irregular quem é do Ribeirão aqui que ainda espera, não gosta da urbanização que foi feita no Portal do Ribeirão: estação de tratamento de esgoto, própria totalmente organizado, já tem uma associação, até em posto de saúde sim colocado lá no meio. Comparo isso, para quem conhece bem o Ribeirão vai olhar o Morro da Caixa d'Água do Ribeirão APP com o lote lançado irregular até lá em cima. No apagar das luzes, feito no sábado de manhã, feito no domingo à tarde, é assim que a cidade vai se desenvolvendo irregular. Se a gente quiser somente preservar todas as áreas que a gente está falando aqui de planície intermares e, tudo mais, quem cultivou aquela sua terra de geração a gerações e não vai poder passar para o seu filho, vai fazer o quê? vai cruzar o braço? vai esperar ir para o cachão? não vai, essa pessoa ela vai acabar indo para o irregular; aquela terra vai acabar invadida da mesma forma como acontece na maioria das regiões. Aí, então, é que eu queria colocar mais um dado aqui: são hoje a ilha está colocando aí para o Plano Diretor, se a gente pegar um mapa da ilha a gente tem 50% (cinquenta por cento) dela como a APP, 50% (cinquenta por cento) mais da metade da ilha metade da ilha é APP - Área de Preservação Permanente, 23 (vinte e três) ela é urbana 6% (seis por cento) é corpo hídrico e 21 (vinte e um) está nas áreas mais sensíveis ambientalmente a PL que estão acontecendo. A gente precisa pensar diferente, a gente precisa sim, pensar no adensamento, de verticalidade, mais adensamento para otimizar o serviço público, o transporte público, extensão de rede de água e coleta de resíduo sólido. Tudo isso com parte verticalizadas, elas otimizam o serviço público. Quem passar na Pequeno Príncipe sabe o que eu estou falando, nove minutos para chegar do centro até o trevo do Campeche. A Pequeno Príncipe é campeã, conspira é o trânsito para a Pequeno Príncipe, então precisa de mobilidade urbana para comprar o seu pão, ir na farmácia de bicicleta; se não, isso daqui a pouco, vai acontecer na cidade toda. tinha mais dois itens aqui mas eu encerro a minha fala pessoal. A gente precisa refletir, a palavra do jeito que está não está bom. Obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o próximo a falar, Vereador Marquito, o qual terá 5 (cinco) minutos para emitir suas palavras. **Sr. Marcos José de Abreu/Vereador Marquito.** Queria primeiro cumprimentar a todos e todas que estão aqui, falar que todo mundo quer nessa cidade viver melhor e quer uma cidade melhor, não tenho dúvida disso. Também espero que, todos que estão aqui, todos e todas, estejam aqui com esse objetivo e não apenas com objetivo individual, apenas um objetivo comercial, um objetivo econômico, porque eu acho que essa é a grande questão que a gente está vivendo aqui. Sou o Vereador Marquito, sou natural de Florianópolis e tenho aí a bandeira da questão ambiental muito bem definida, todo mundo sabe.





Também da questão social, e aí eu concordo com André, as pessoas que não têm casa, que não tem habitação, que não tem onde morar, que não conseguem colocar uma casa para o seu filho ou para sua filha que casou morar, são pessoas que tem que estar na prioridade; tem que ser uma diretriz do Plano Diretor. Da alteração do Plano Diretor. Essa diretriz está bem estabelecida. A gente tem que ter Programa de Habitação Social. Faz mais de cinco anos que a gente não tem uma casa popular, uma casa construída para uma pessoa sem casa, isso é uma questão que a gente tem que discutir. Vai estar colocado na diretriz? Está colocado nessa diretriz? Essa é uma questão que quero colocar, todas as colocações feitas aqui anteriormente as minhas, a minha, ela vem no sentido da diversidade de quanto é complexo o Distrito do Ribeirão da Ilha, que vem do Carianos pega a Tapera, pega parte dessa baixada, pega toda a Baldicero Filomeno, vai até o final, vai até o nosso Naufragados que precisa sim de uma resposta. E, eu quero trazer algumas questões que eu estou vendo, aqui que é a proposta colocada de diretriz. Ela apresentou uma proposta de algumas ruas para aumentar gabarito e criar centralidade; agora outras propostas não apareceram como por exemplo o grande problema da Tapera que é a questão de que os comércios se centralizaram em área mista ou área residencial e que a partir da diretriz colocada aqui não vai alterar o zoneamento é isso que está colocado como uma diretriz. Para que a proposta seja definida agora vai alterar os critérios, o zoneamento é outra coisa. Então eu acho que a Audiência Pública, senhor Álvarengo, que é um momento que precisa culminar a partir de oficinas prévias para ouvir essas diferenças que o território e que o Distrito presente está colocando muito claramente. O Distrito já colocou em três falas que quer retornar o zoneamento rural porque tem essa característica no Distrito. Já colocaram aqui claramente que precisam que o município acolha a comunidade Naufragados e cria os critérios dentro da unidade de conservação. Está colocado isso claramente, então, olha, como uma única audiência traz tantos elementos que precisavam ser discutidas em oficinas temáticas. Eu acho que esse Distrito merecia ter uma diretriz muito bem definida sobre a sua relação com o mar porque parte da atividade econômica que está colocada aqui é a maricultura, é a pesca e agora as macro-algas que estão sendo produzidas aqui. A gente garantiu diretrizes de infraestrutura VereadorMama para o pescador? para o maricultor? para quem vai produzir algas beneficiar, transportar? Esse Distrito está todo voltado para a Baía Sul, quase toda a Baía Sul do município. A gente está prevendo como diretriz o transporte aquático ou transporte marítimo? a gente está prevendo que daqui dez anos a gente vai ter que ter estações para isso? para a gente conseguir desenvolver realmente essa cidade com essas características? eu pergunto isso porque eu gostaria de ver isso, eu acho que por exemplo a Baldicero Filomeno como está colocado ali onde há dois pisos vai para quatro pisos, onde é três pisos vai para cinco pisos ou cinco pavimentos. A maior reclamação que me chega lá no gabinete é que não tem uma praça, uma área verde de lazer em toda a extensão da Baldicero Filomeno. Eu queria ver na diretriz ampliação de áreas verdes porque quem mora lá na Caieira da Barra do Sul não consegue ir numa praça para poder







levar sua criança, seu filho. Tem que se deslocar em outros lugares, obviamente que a gente tem outros lugares para fazer isso. Mas o que eu quero colocar aqui é que merecia o município e o Distrito do Ribeirão da Ilha, merecia reuniões ou oficinas temáticas que conseguisse contemplar as características desse Distrito e, aí, partir dessas oficinas condensar propostas de diretrizes em conjunto com o município para apresentar numa audiência como essa. Eu acho que vai ficar capenga, vai ficar faltando todas aquelas pessoas, obrigado a todas aquelas pessoas que precisam falar, todas as ideias e as propostas que o município apresenta. Eu quero agradecer a presença de todos e quero dizer que é que com isso que a gente está comprometido; não vou é trazer o tema do processo Plano Diretor já foi colocado aqui, mas espero que a revisão contemple o que a gente quer da cidade para daqui dez anos, eu quero que todo mundo seja feliz e muito bem vivido nessa cidade, obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e faz a chamada dos próximos 4 (quatro): Maria Maristela Costa, Eduarda da Silva Freitas, Ailson Antônio Coelho e Fábio Deocali. Diante do exposto, passa a palavra para Vanessa Valéria Bonanza, não aparecendo passou para **Sra. Maristela Costa**. Boa noite a todos, boa noite a mesa, as autoridades é eu não sei se eu vou conseguir falar em 2 (dois) minutos e vai ser o suficiente ou será pouco. A questão que me traz aqui é uma preocupação. Eu gostaria de agradecer os Vereadores que falaram antes de mim. Eles colocaram as questões que eu tenho escrito aqui para perguntar: saneamento básico, água, luz; é meu texto está escrito aqui, eu não estou lendo, é hoje já falta, é o crescimento desordenado no bairro principalmente no Alto Ribeirão. Hoje eu convidando um morador para vir participar da audiência ele me disse quando eu expliquei o que acontece, com o que querem, o que está acontecendo com a cidade, vai faltar luz? vai faltar água? E ele disse: já está faltando. Os prédios que estão construindo, eles ainda não estão ocupados, eles só estão em construção. Se não houver melhorias, eu não vejo nenhum representante da CELESC aqui hoje. Mas assim, essas pessoas já estão sofrendo hoje que falta luz às 9:00 (nove horas) da noite e eles ficam, ele me falou, em meia fase e a luz só retorna no outro dia por volta das 9:00 (nove) e 10:00 (dez) horas da manhã. Então isso já é um alerta, como alguém falou aqui que a cidade está sangrando; faz tempo que está sangrando. Não é agora; eu vou tentar ler aqui. Primeiro eu gostaria de parabenizar a quem construiu quem escreveu porque no papel que aceita tudo o texto ficou maravilhoso; agora a implantação disso, eu já participo desses dessas reuniões há muito tempo e o que a gente fica muito triste é que o se debate, a gente sai de casa, vem participar das audiências e na hora da provação não é outra coisa. A construção civil que impera são eles que estão lá no Conselho da Cidade. Então, a preocupação que eu gostaria de falar é qual foi o planejamento para esse adensamento para essa população que vai morar no sul da ilha, nesses Distritos que estamos discutindo aqui hoje? foi pensado um saneamento básico? energia elétrica? em água? A Lagoa do Peri, ano passado, já ela entrou em colapso o Ministério público já pediu alternativas não é para casar então vamos ter água. Muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o Sr.





Eduardo da Silva Freitas para realizar sua fala. Boa noite, meu nome está errado lá, eu sou um homem. Boa noite eu sou morador do Ribeirão da Ilha, eu vim aqui, futuramente, para ver a possibilidade, eu como morador, como outros moradores, que também são do Ribeirão da Ilha. Nós, não temos a possibilidade de futuramente adquirir escritura pública, sendo que a gente paga o IPTU, assim com outras pessoas pagam. E, relatar também, assim ó, a invasão irregular, não só no Ribeirão, mas no sul da Ilha todo. Vai futuramente causar um problema para todos nós. É uma tragédia, hoje a gente vê outras cidade, e a possibilidade também, de a gente ver no Plano Diretor a possibilidade da gente ter moradia popular; porque tendo moradia popular, automaticamente a pessoa mais necessitada não vai invadir mangue, não vai invadir morro, vai ter uma moradia digna que é para morar. E, se nós não tivesse incluído no Plano Diretor a possibilidade, de futuramente, já estão invadindo o morro, o mangue; é ter uma tragédia numa ilha que, futuramente vai ter como já tinha outros lugares. A possibilidade de ter vai ser igual aos outros, porque nós não estamos de frente de lugar de nenhum, entendesse? Quero agradecer a todos pelo projeto de nós, morador do sul da ilha, de estar dialogando aqui. Obrigado pela oportunidade de estar falando com vocês. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e passa a palavra para o **Sr. Ailson Antônio Coelho**. Boa noite a todos e a todos, boa noite aos senhores da mesa. Meu nome é Ailson e estou presidente da UFECO, que é a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias aqui de Florianópolis. Também sou do Conselho da Associação de Moradores da Ponte Norte, da Ponta das Canas, Lagoinha, imediações da Praia Brava. Bom, primeiro eu gostaria de desmistificar algumas coisas, porque a mídia não fala e, me parece, que aqui tão pouco falarão. Que esse momento bacana, bonito que a gente está vendo, não é graças à Prefeitura que isso acontece. Nesse momento, essa reunião democrática não foi graças a apoiadores da prefeitura como a ACIF, CDL e Conselho de Desenvolvimento, não, porque eles apoiavam sim, aquilo que foi proposto, aquele absurdo antidemocrático que foi o plano proposto no início do ano e felizmente não passou graças a um conjunto de entidades e políticos que trabalham com a gente; e outras forças que conseguimos fazer um processo ser levado à justiça. Ela acatou para travar aquele absurdo que estava sendo proposto no início do ano, e agora, com o TAC, que foram colocações feitas por todo esse grupo e muitas coisas que poderiam melhorar, o debate ficaram de fora, infelizmente. E, hoje, nós estamos aqui. Nós não somos contra o Plano Diretor. Mas, nós somos contra a maneira que está sendo colocado; porque nós somos a favor de uma cidade para todos e, realmente para todos. Aí eu posso pensar na parte, o que precisa realmente de mais atenção? porque eu não vejo no Plano Diretor. Eu vejo que a população vai crescer, mas pensem vocês, onde estão os espaços para essas pessoas de poder aquisitivo um pouco mais baixo? Onde está o espaço para educação escolas, das creches? Onde está o espaço para saúde? Onde tá o espaço para hospitais? Onde está o espaço para várias coisas que são os equipamentos públicos necessários? Quando a gente pensa em edifício vai dar emprego? gente eles estão digitalizando tudo é Câmera hoje um controla dez prédios. Vocês pensam que

vai dar muito emprego? O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e sinaliza que antes de chamar a próxima pessoa a falar, chamará os próximos quatro: Hercílio Poli, Graciele Fernandes, Vera Lúcia Hole Bridge e Carlos Alberto Silva Justino. Na sequência, convida o **Sr. Fabio Dagoli (Federação das Empresas de Aquicultura)**, sendo assim, possui 5 (cinco) minutos para expressar suas ideias. Boa noite a todos, eu sou representante da Federação de Empresas de aquicultura. A Aquicultura envolve a maricultura, como Vereador Marquito falou há pouco, é uma das atividades econômicas que se desenvolve aqui no Ribeirão. A maricultura reverteu um processo que aconteceu aqui, acontecia aqui no Ribeirão, que era um bairro, um alojamento, não se ocupava as pessoas desse bairro. A maricultura veio valorizar a comunidade do Ribeirão e, depois da ostra, do mexilhão apareceu a rota gastronômica, apareceu os restaurantes e houve uma inversão, uma valorização do espaço e nesse momento, a maricultura é totalmente esquecida nessa proposta que foi apresentada aqui. Não é como já foi dito, é um Plano Diretor interessante, mas ele não aprofunda. A gente não sabe como vai ser a questão do saneamento básico que é essencial para a maricultura, para a pesca. A questão do saneamento básico não se toca nesse assunto. Agente vive numa ilha e de novo se projeta o crescimento da ilha um planejamento mínimo, mas virado de costas para o mar; não é a ocupação. Já se deu assim uma inicialmente, era usado como lixeiro e volta a ser. A gente já tem áreas de cultivo no Ribeirão da Ilha que não permitem o consumo mais de molusco in natura. A situação se agrava rapidamente e se a gente faz uma verticalização essa atividade econômica tende rapidamente e se acabar e, com ela está se associada ao turismo. O turismo na cidade cresceu muito, a ostra de Florianópolis 90% de sai da Bahia Sul e 80% (oitenta por cento) sai dessa comunidade do Ribeirão da Ilha. A gente está fazendo uma discussão sem levar em consideração essa atividade. Concentrando uma proposta apenas numa atividade, então acho que é necessário se fazer uma discussão mais profunda de todos os setores que envolvem essa comunidade. Os catadores de berbigão que existiam aqui na Tapera não existem mais porque acabou. A atividade o berbigão é impróprio para consumo porque a área que ele existia hoje está totalmente degradada ambientalmente. Não é então essa discussão levar em consideração o meio ambiente, as atividades que hoje existem na comunidade são extremamente importantes. Era isso, obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama a próxima pessoa a falar. **Sr. Hercílio Poli.** Boa noite a todos, meu nome é Hercílio, nasci na Conselheiro Mafra e mais uma vez foi comprovado que o velho não tem valor. Eu fui o primeiro a me inscrever e estou sendo quase o último a chamar. Estive na Prefeitura em todos os setores dela, por isso tenho apanhado todos os dias porque a mais (...). Eu tenho mal de Alzheimer, tenho 2 (dois) tumores, mas não tem valor porque estou velho. O que tinha que fazer, nossos vereadores, simplesmente não, simplesmente arrumar uma rua. Não, é fazer leis para que este povo que está morrendo de fome, possa receber, pelo menos uma cesta básica por mês, nada disso tem sido feito. Então gente, mais uma vez eu estou decepcionado. Esta não é a Florianópolis que eu conheci. Eu nasci na



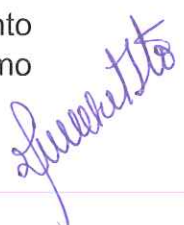




Conselheiro Maфра, época boa. Hoje tenho certeza, que e perigo eu sair daqui da rua morto. Por que ameaçado de morte eu estou. Sair de casa eu não posso, apanho todos os dias e o que fazem os nossos vereadores, o que fazem nossos políticos, nada. Não adianta, nós estamos vendo pela política gente da dívida falar mais que tem do que do que falei. Eu posso dizer o seguinte, velho hoje não tem valor. Muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama Sra. Graciela Fernandes, a qual possui 5 (cinco) minutos de fala por representar a AMOSAD. **Sra. Graciela Fernandes** Boa noite, eu sou Graciela, moro no Carianos e sou da Associação de Moradores de Loteamento Santos Dumont e também sou representantes do sul da ilha no Concelho da Cidade, estamos no segundo mandato. Assim eu fico preocupada e estas preocupações já foram colocadas na reunião do conselho, é sobre todo este processo. No ano de 2018 (dois mil e dezoito) a gente assumiu no concelho e como falarão antes, outros representantes, a gente trabalhou no projeto de Lei 1.715 (mil setecentos e quinze), que era para corrigir erros do Plano Diretor, a de Lei 482 (quatrocentos e oitenta e dois), e foi este material que hoje trago para ser um pouco mais explícita, artigo por artigo, com relação ao que vai ser proposto. Como vai mudar esses artigos e na justificativa por artigo do Plano Diretor. O Plano Diretor pode ter problemas (...), e tem para além de cada artigo e da aplicação de seu artigo. A Prefeitura deveria ter feito inúmeros planos auxiliares que contemplariam uma série de situações. Isso é, por exemplo, o artigo n. 289 (duzentos e oitenta e nove) fala sobre o plano específico da organização para aquelas regiões que tem diferenças, como poderia ser a Tapera ou ser uma zona frágil. Não foram feitos, então, a gente observa nos dez Pilares da revisão, como vários falaram foi excelente, ninguém pode discordar, muito bem apresentado. Mas, quando a gente olha o fluxograma e, a gente já falou sobre essa situação no conselho, a gente vê que não vai ter nesta audiência, num bairro como esse que tem muito temáticas diferentes que foram apresentadas, não por uma pessoa só. E nessa reunião, logo vamos terminar lá na audiência final, em que momento vamos poder conferir se a nova minuta contemplou nossas necessidades? Em que momento vamos receber a informação da Prefeitura de que não pode ser contemplado no Plano Diretor porque depende de um plano regional? Não vamos ter esta oportunidade e logo passa a apresentação da minuta no Conselho da Cidade. Eu queria confirmar, eu suponho que muitos artigos vão ser igual ao da Lei 1.715 (mil setecentos e quinze) e a análise de 270 (duzentos e setenta) artigos que era só para corrigir erros nós tivemos nove meses no Conselho da Cidade, e não foi um tempo perdido. Foi um tempo muito rico, então você se novamente como foi solicitado na reunião do conselho, que a Prefeitura avalia todo este processo e que possa acolher todas as necessidades dos diferentes bairros da cidade, por exemplo a reclamação de zona rural eu estou ouvindo desde a época do plano gestor, antes da 482 (quatrocentos e oitenta e dois) já foi colocada por nós mesmos e não foi contemplada na 482(quatrocentos e oitenta e dois). Então vamos fazer uma revisão novamente e novamente não vai ser contemplada. Essas são questões que realmente afeta nosso dia a dia. Sobre o resto do que eu penso sobre

[Handwritten signature]

determinadas questões eu novo não vou falar, porque já muitos explicaram, de como seria suas dúvidas ou alguém não concorda. Eu insisto, nós vamos ter tempo material para fazer a revisão adequada da próxima minuta? E isso é um problema, muito obrigada. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga e chama a **Sr. Vera Lúcia Bridge, representante da Associação de Marinheiros e Pescadores** a qual possui 5 (cinco) minutos de fala. Boa noite a todos, sou representante do Distrito de Ribeirão e gostaria de dar destaque aqui que a minuta não está publicada dentro do site, é difícil você fazer uma análise, vir aqui para ver e ouvir sobre o Plano Diretor e sobre a minuta, debater a minuta se ela nem está publicada. Não foi feito nenhum debate nas comunidades. Como é que o corpo técnico vai analisar as carências? as dificuldades dos planos? o que quer uma comunidade se não houve uma reunião sequer? Nós estamos num bairro que tem 35 (trinta e cinco) km de comprimento então é necessário que no mínimo forneçam as informações básicas para você começar um planejamento. Ninguém faz planejamento sem dados. Se você não tem os dados demográficos, como é que se vai saber se a estação de tratamento do Campeche, que é uma da questão do saneamento, é a coisa mais impactante dentro desse Distrito todo, porque? uma estação de tratamento que só tem capacidade de no máximo para 90.000 (noventa mil) pessoas que é a população que já está dentro do Distrito hoje, sem que haja um crescimento desordenado, tanto do ponto de vista de ocupações irregulares como uma expansão imobiliária sem precedentes, sem analisar se as infraestruturas são suficientes ou não são suficientes para dar conta daquela demanda; nós, com certeza, vamos impactar e nós vamos fazer uma destruição da produtividade econômica que tem mantido e tem dado uma inovação da pesca artesanal. E vai contaminar as águas marinhas. Porque? Porque a estação de tratamento da maneira como ela está projetada e que ela deve entrar em funcionamento, mas o destino final dos influentes delas é do montante de 17.280.000 (dezesete milhões e duzentos e oitenta mil) litros por dia dentro do Rio Tavares. Vai ser um Rio de esgotamento dentro das áreas marinhas, com (...) de algas tóxicas que vão contaminar a balneabilidade são tóxicas são elas de causam neurite, causam hepatites fulminantes e você não pode nem, e dermatites, nem tomar banho. Então toda o balneário que poderia ser usufruído como área de lazer da Tapera vai estar contaminado por isso. E a maricultura não vai subsistir, nem a pesca artesanal a não ser que se queira morrer, porque mesmo com tratamento terciário não elimina vírus de hepatite, não elimina bactérias de tuberculose, não tira os retira os materiais pesados e tudo mais, então o planejamento precisa que tenha todo esse ordenamento e sobreposição de planos e amplos debates. A questão da regularização fundiária só o polígono da Tapera é uma “zei” se o governo realmente quer fazer uma regulação para diária ele não precisa nem ir avançar no Plano Diretor, está no Estatuto da Cidade. Ele devia ter mandado as equipes para fazer os estudos antropológicos e fazer as pesquisas de ver quem é que está naquelas “zeis” para dar os títulos de propriedade para aquelas pessoas e fazer um grande é recuperação ambiental e colocar o sistema de esgotamento a funcionar; mas para isso nós precisamos dos espaços e de no mínimo



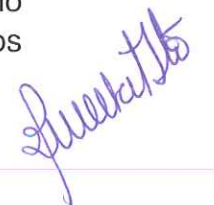




espaço de debate o que estamos discutindo aqui aquelas projeções de mapinhas, dois ou três mapinhas de outorga onerosa. Quanto vai ser o adensamento? quanto as pessoas não vão está? tão projetadas para virem para cá vai o escoamento vai ser para onde os mananciais de água. Nós eu fazia parte da Comissão de saneamento do Plano Diretor do Núcleo Gestor lá em 2006 (dois mil e seis) estava comprometido abastecimento de água para a grande Florianópolis; que vem lá dos Pilões é daqui do Aquífero do Campeche da Lagoa do Peri. Vamos colocar mais gente, vamos trazer água da onde? vamos colocar o esgoto para ser tratado aonde? não vai melhorar não vai piorar e aí e o nosso futuro? o nosso trabalho? e a maricultura? é toda indo a “pique”. E as contaminações? Era pra ter uma Escola do Mar já implementada aqui para fazer uma inovação tecnológica, nessa lida com o mar é a tradição e não tem nada por que? Porque não está visto, é isso que nós temos que debater? Para mim é inconstitucional estar aqui fazendo uma avaliação de Plano Diretor sem minuta, sem planos, sem debates. É direito de toda a população é de representação é um é uma gestão participativa e não representativa em todos os processos elaboração: gestão, acompanhamento e implementação e aonde que está? Nós temos que dizer “a, tá!” isso aqui é um simulacro está claro para todo mundo que não? Porque nós não participamos do plano. Teve oficina sim, para os empresários, teve oficinas, teve debates, mas para a população não teve. É o direito nosso também de estar ali e ganhar todo o material e tendo um apoio técnico de todas as secretarias da educação, da saúde, da construção, da arquitetura. Todo mundo ajudando e trazendo o material para ver se aquilo é impactante ou não, se é promissora ou não. É assim que se planeja, fora isso falácia, é isso. Obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e avisa que o próximo a falar é o Sr. Carlos Alberto da Silva Justino, mas antes ele chama os próximos 4 (quatro): Paulo Horta, Maikon Costa, Vereador, Douglas Luiz Botelho, do Conselho Comunitário Tapera e Aparecido Galdino de Camargo. O **Sr. Carlos Alberto Silva Justino**, 2 (dois) minutos. Boa noite a todos, eu sou morador da Freguesia do Ribeirão da Ilha e não vim falar na Freguesia, quero falar só do Carianos, da Tapera e do Alto Ribeirão. Mas antes eu queria parabenizar a Senhora que falou ainda pouco. Ela falou muito bem e o vereador Eduardo Kamasão, parabéns pela palavra de vocês. E eu quando eu me inscrevi, eu queria saber exatamente quando vai ser concluído o sistema de esgoto que leva até a Freguesia. Ali nós estamos esperando há anos e eu acho que fica difícil a gente falar em Plano Diretor, em aumentar o gabarito para cinco pavimentos sem saber como vai ficar a infraestrutura, o que que tá planejando de ruas, o aumento de estradas. Então, eu acho que é difícil a população aqui avaliar sem ter o que que vai ser feito, não adianta só aumentar o número de pavimentos e não tem condições de ter a população atendida com a saneamento básico e a infraestrutura toda necessária. Basicamente é só isso eu queria falar, muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o próximo a falar, **Sr. Paulo Horta**, com dois minutos. Boa noite para todas, todos e todes. Primeiro é fundamental um Plano Diretor participativo, a cidade que a gente quer e precisa só vai ser construída se todo





mundo participar. Para fazer isso, pessoal, a gente precisa ter educação e a ciência do nosso lado. Eu sou professor da Universidade eu trago para vocês por exemplo, modelo sobre elevação do nível do mar, elevação do nível do mar que em Florianópolis, em uma ilha costeira, precisamos considerar. Essa região considerando uma elevação de meio metro já tem impacto sobre as vias de acesso, já tem impacto sobre infraestrutura de esgoto. Se por exemplo nós fragilizamos a situação do esgoto, nós temos um problema grande para a pesca, para o turismo e para a própria maricultura. Então, eu acabei de voltar da Europa, participei de reuniões das Nações Unidas e esse é um problema planetário. Esse planejamento vai colocar Florianópolis na vanguarda. Um planejamento participativo, um planejamento que de fato considere as questões globais nos coloca na vanguarda da sociedade, da humanidade, atraindo para nós interesses, inclusive de financiamento. Então, um bom planejamento, um planejamento que envolva todo mundo, que traga academia para dentro, que a gente viabilize maior proximidade da Universidade Federal de Santa Catarina, da UDESC desse processo. Nós temos mais pelo menos dois anos para fazer isso, e podemos fazer isso com muita qualidade, produzindo aquilo que nós estamos cunhando, chamamos de economia regenerativa. Podemos resolver os problemas de esgoto, problemas de habitação, de mobilidade, gerando emprego e renda. Gerando emprego e renda de qualidade e produzido uma cidade que de fato vai se orgulhar, para seus filhos filhas do que nós produzimos hoje. Então aquilo que a gente está fazendo agora pessoal, concluindo, tem efeito transgeracional. Não é só agora, nós não estamos construindo um prédio que impacta o hoje, esse prédio impacta o futuro e esse futuro não pertence a nós, pertence a nossas crianças. Então é nosso dever produzir o futuro que as nossas crianças merecem e, têm direito e inalienável é constitucional, então qualquer coisa que fira a Constituição é contra a lei, é crime. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o próximo a falar, **Sr. Maicon Costa (Vereador)**. E relembra os presentes que faltam apenas 7 (sete) minutos para finalizar as inscrições. O Vereador, terá 5(cinco) minutos para falar. Boa noite aos presentes, cumprimentar aqui a mesa, todos ainda presentes aqui nessa noite fria e dizer que talvez a gente nem tenha completado a maior idade, ainda do ponto de vista da discussão de ocupação de solo da regulação, vamos chamar assim, fundiária já que só a partir de 2006 (dois mil e seis) com a emenda constitucional 46 (quarenta e seis) que nós tivemos a possibilidade de deixar de ser terreno de marinha. Uma emenda constitucional do Edson Andrino. Até 2006 (dois mil e seis) toda a Ilha de Santa Catarina era considerada terra de marinha, inclusive o maciço do Morro da Cruz, o Morro da Costeira, toda a região. Então, a gente tem dezesseis anos e nem completamos a nossa maioria ainda, vamos chamar assim, para discutir questões fundiárias é muito recente e, eu queria (...) o professor Nereu do Vale Pereira já foi embora, mas eu queria trazer um contexto histórico para dizer que nós temos alguns erros num processo de discussão desse Plano Diretor e nós voltamos à 1.747 (mil e setecentos e quarenta e sete) no dia 6 (seis) de janeiro, Dia dos Reis, para quem é católico e comemora. Depois no dia 22 (vinte e dois), quando depois de passar a quarentena os açorianos



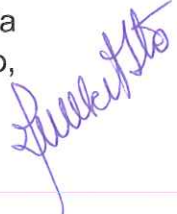




estabeleceram um modelo de freguesias dessa cidade. E, nós, utilizamos um modelo de 1.747(mil e setecentos e quarenta e sete), que começou em 1.747(mil e setecentos e quarenta e sete), para discutir o nosso Plano Diretor distrital. Vejamos, vou dar um exemplo o Carianos, bairro que eu moro, faz parte do Distrito do Ribeirão da Ilha. Minha avó, Mariazinha, bisavó parteira do Ribeirão da Ilha, tinha uma conectividade com a Freguesia do Ribeirão da Ilha. Porém, hoje, o Carianos, depois da abertura da Avenida Diomício Freitas, em direção ao distrito sede, tem muito mais conexão com o distrito sede, com a Costeira, Saco dos Limões, inclusive a nossa água e o abastecimento da água do Carianos vêm do Costa Leste, não vem do Peri. Por que nós estamos aqui discutindo com o Distrito do Ribeirão da Ilha ? Será que não teremos que ter um Distrito específico do Sudoeste? Para não ser bairrista eu quero trazer aqui o Distrito da Barra da Lagoa, a Barra da Lagoa vai fazer uma discussão num pequeno Distrito. Distrito muito pequeno, então nós já temos um erro do ponto de vista histórico e geográfico aqui. Nós precisamos fazer uma revisão distrital e, eu vejo a mesa balançando a cabeça afirmativamente, porque há um erro das regras do jogo. Se isso não bastasse, nós temos um segundo erro. E, esse não é um erro histórico, nem geográfico, é um erro de estatística. O Plano Diretor, aprovado pelo Senhor Coronel Paixão, na época, vereador em 2014 (dois mil e quatorze), para outros vereadores presentes, estava na luz de um censo elaborado pelo IBGE em 2010 (dois mil e dez). O censo deveria ser feito em 2020 (dois mil e vinte), mas no momento pandêmico nós não tivemos censo do ponto de vista estatístico. Nós não temos dados ainda por um processo de revisão do Plano Diretor porque o censo vai ser feito em 2022 (dois mil e vinte e dois). Mas, o prefeito Gean Loureiro o seu staff continua insistindo em fazer um processo no afogadilho. Eu entendo que há coisas que precisam ser revistas para um Plano Diretor. Pior que um plano ruim é não ter um plano, mas por que esse afogadilho? porque se afogadilho? Os dados do IBGE não são importantes para a concepção do Plano Diretor? Vamos descartar os dados de incremento populacional? Eu faço essa pergunta para os senhores e para as senhoras. Senhores, senhoras, dentro de todos os pontos colocados aqui desses dois o histórico, estatístico e geográfico e ocupação do solo do modelo construído das freguesias, há também que se registrar que a Prefeitura Municipal de Florianópolis com os seus secretários, seus superintendentes, Senhor Coronel Araújo Gomes, senhor que é o homem da lei, não cumpre lei específica. Como é o caso, respeitosamente a Senhora Beatriz a Senhora que não cumpre lei específica e num “canetaço” mandou derrubar três árvores com lei específica. A Lei n.10.136 (dez mil cento e trinta e seis), aprovada na Câmara, passou na CCJ comissão de meio ambiente e criou imunidade para três árvores que foram cortadas num “revogaço” pela superintendente. O que nós estamos construindo de legislação senhores e senhoras? Será para agradar uns? apenas para homologar o desejo de alguns? ou nós teremos uma cidade realmente que respeita a lei afincos? Vale registrar que o Prefeito Gean Loureiro desrespeitou o artigo 42 (quarenta e dois) da Lei Orgânica do município, a Constituição Municipal, a nossa lei maior, quando o quis fazer várias reuniões no mesmo dia e hora. Já diz, os vereadores terão acesso às








repartições públicas para se informar de qualquer providência, eu não sou, eu não posso mandar o Maicon para um lado ou costas para o outro. Eu quero participar das reuniões da cidade. Se um Prefeito que ainda se diz prefeito, com dois mandatos, foi cinco vezes vereador, presidente da cama, está por trás desse processo. Esse processo no meu entendimento não é legítimo apesar do Michel Mittmann ser um grande nome e um grande profissional, faço aqui o registro. Deixo essa dúvida, essa pouquinho atrás da orelha para vocês. Obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o **Sr. Douglas Luiz Botelho, Presidente do Conselho Comunitário da Tapera**, o qual terá 5 (cinco) minutos para expressar sua fala. Reforçando ainda que falta um minuto para encerrar as inscrições. Boa noite a todos, quero agradecer a todos. Boa noite a todos, meu amigo, irmão, Mama, grande Vereador, que vem lutando pela nossa comunidade. É gente, eu vou dizer aqui para vocês, quem está machucado fica com medo. Quem já foi machucado, tem medo. Plano Diretor, quando eu escutei pôr o Plano Diretor dá polêmica em TV, polêmica e tudo. A gente fica com medo desse Plano Diretor, que vem hoje; não teve um lá atrás? também teve, então o que eu quero dizer para vocês: a inteligência e a vontade, elas têm que andar junto. Como nosso amigo João falou, foi o segundo falar, a intendência da Tapera tem que ter mais gente para trabalhar. De inteligência, mas faltava vontade. Gente que já foi ferida, esse povo que foi esquecido hoje, nada me prova que a Tapera por muito foi esquecido. Aí, muita fala. Aí a tem gente que já estudou o Plano Diretor há 30 (trinta) anos atrás, por que que a Tapera está em desenvolvimento. Dede quatro anos, de hoje para trás, eu quero fazer uma pergunta para Sr. Araújo Gomes, que é um excelente que Coronel. Há dez anos atrás quantas ocorrências tinha na Tapera? Tinha menos pessoas do que hoje. Hoje tem de 35 (trinta e cinco) a 40.000 (quarenta mil) pessoas na Tapera. Antigamente, tinha 12 (doze) a 15 (quinze). Eu duvido, se não tinha mais ocorrência do que hoje, sabe porquê? Mudou seu Araújo. A inteligência e a vontade de quem já foi ferido, porque correu atrás de projeto social, de mover a comunidade. Junta com nós, mover isso. E quando para o senhor fazer um grande trabalho eu tenho 35/36 (trinta e cinco/trinta e seis) anos na cara. Amigo meu já morreu, hoje não está aí, porque foi pro lado errado. Graças a Deus que eu fui pro lado certo. Sou essa ferida sempre essa doendo de quem já viveu aqui. Eu estou falando pela Tapera, com outros bairros já tem essa ferida também. Para quem está falando, espero que mora aqui porque eu moro aqui, eu amo esse bairro. Então, eu dirigi a palavra ao Araújo Gomes porque eu era pequeno, eu vi ele passar. Aí o Araújo Gomes. O Major Nilton, todo mundo viu e hoje eu pergunto para ele? pergunto puxa ocorrência de antes e a de hoje. Hoje os moradores aqui se envolveram. Quem foi ferido se envolveu, sabe a dor de muitos. Muito vem aqui para à moradia popular, nada como meu amigo Dudu falou, sim tem que fazer a moradia popular. A moradia popular se for feito na Tapera, primeiro da preferência para quem mora na Tapera, porque eu pergunto mais uma vez? ninguém seja um hipócrita. Se aqui, se antigamente fosse fazer uma moradia popular no lado da casa de alguém, o pessoal da Tapera vai morar no lado de vocês; vocês não ia fazer. Você não ia aceitar, não seja hipócrita, nem a ninguém aqui falar isso,

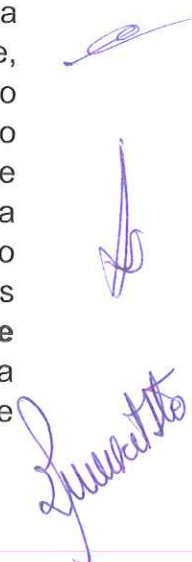
ninguém é que todo mundo ia fazer abaixo assinado e a mover a população. Da Tapera não pode! antigamente tinha uma história da favela do Siri, vai bater a Pedra porque é igual a pessoa lá que vão se matar sozinha. Era isso que eles falavam. Isso que a gente escutava, morador e a vontade graças a Deus: tem pai, meu vô meu tio, amigos meus lutaram para isso. Que a gente ia ter que ir aceitado eles. A gente pode aceitar eles porque a gente é igual nós. A gente ia aceitar de coração, a gente tem sofredor. Então aqui vem muito fazer moradia, mas ninguém específica como devemos fazer a moradia popular. Tem gente aqui que é na ativa aqui, que não tem casa. Pode fazer moradia popular aqui. Pode ser moradia no Campeche, pode ser moradia lá em em Canasvieiras, pode fazer moradia em qualquer lugar. Mas que dê preferência para a sua raiz. Que não vem jogar um povo de lá, um povo lá que está vindo aqui. Está vindo ali, aqui. Chega, joga e todo mundo tem que aceitar. Então, aqui também, eu venho nome lá do nosso Valmeci, que ele é um comerciante do bairro. Eu era pequeno, era menor, eu ia comprar a linha pipa para saltar. Ele foi um dos primeiros mercado expressivo do bairro, hoje até hoje, eu acho que o comércio dele não é regular. Eu acho que falta alguma coisinha, né Valmesinho? Sem levar meses para conseguir um para raio, ele teve que andar de lá para cá, para cá, para lá. Então, o Plano Diretor hoje, pô! Para Tapera é um desenvolvimento, é uma alegria. Que aqui a gente não pode ter um posto de saúde, a gente não pode ter uma casa da água, aqui um comércio expressivo para gerar emprego. Claro que tenha algo que tem que ser estudado, não vamos ter também, tem que ser estudado. Só uma rua para liberar tudo isso não tem como. Eu tenho vizinha que faz lanche, tenho vizinha que costura, que isso também tem que levar em frente, não é só uma rua que tem que dar o direito de fazer um comércio. Tem a Rua do Juca, que é uma das mais antigas, com o nome do amigo, do vô do nosso amigo Mama, que é nativo aqui. Então, isso gente. Cara, eu vejo gente falar aqui que prova, mais que muita gente via que a Tapera não estava no mapa. A gente veio aqui, escutei, eu escutei hoje. Hoje mais do que provou que a Tapera não estava no mapa; mas aí onde eu digo: a inteligência e a vontade elas têm que andar junto; porque a vontade ela vai subir a inteligência. Que vocês podem ter certeza, porque o amor a vontade de fazer o certo. Tá bom, eu quero agradecer todos e desculpa aí uma expressão. Boa noite a todos. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga chama o próximo Sr. Aparecido Galdino de Camargo, mas avisa que antes da fala dele vai chamar mais 4 (quatro) pessoas: Maria de Lourdes Leite, Roseane Panini, Davi Guilherme Wegner Silva e Valmeci Alfredo de Freitas. **Sr. Aparecido Galdino**, 2 (dois) minutos. Boa noite a todos, eu subi, eu me chamo Aparecido Camargo, eu sou morador do Campeche. O que eu queria colaborar com o Plano Diretor é colocar a minha condição que eu sou comerciante no Campeche, eu tenho lojas comerciais lá no Campeche Na avenida Pequeno Príncipe, o que eu sinto assim ó, quando tem uma placa de aluga-se, a gente sente a dor da população. O que a população precisa na verdade é de espaço para sobreviver. Precisa de espaço para abrir o comércio, para trabalhar. Então assim ó, eu fiquei muito triste quando ocorreu aquele o Plano Diretor de 2014 (dois mil e quatorze) onde


tirou a área de parque tecnológico. Onde viria as indústrias não poluentes para o Campeche; porque ficamos vinte anos ali na espera do governo aprovar esse parque tecnológico; aí mudou o zoneamento para área (...) onde que pode fazer condomínios. Então assim, a gente precisava na verdade é de área comercial. E estou vendo isso aqui na Tapera também, foi o que o André falou, aqui o espaço comercial está muito limitado, está muito escasso. É muito pouco a área mista de serviço, é muito pequena é só a rodovia SC 405 (quatrocentos e cinco), a avenida Pequeno Príncipe e Avenida Campeche; as outras regiões são tudo área residencial. Então assim ó, eu vejo que é temos que pensar na área de parque tecnológico, para que essas indústrias venham para o Campeche e desenvolva o Campeche, desenvolva toda essa região, é só isso obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga chama a **Sra. Maria de Lourdes Leite**, e lembra dos 2 (dois) minutos. Boa noite a todos as autoridades e a toda a comunidade, eu também sou moradora do Campeche e também sinto a mesma dificuldade do seu Aparecido e também gostaria de falar a respeito da questão dos comércios para que melhorasse o saneamento da SC 405 (quatrocentos e cinco), com igualdade para que tivesse mais desenvolvimento na questão, para ter mais empregos, mais comércios e mais igualdade no zoneamento. Porque uns podem fazer tantos pavimentos outros não e, para ser com igualdade. E também falar sobre a questão da mobilidade urbana, que tem algumas ruas que elas saem de uma rua e não tem encaixa em outra rua; a pessoa fica travada na situação. Um exemplo é a Servidão Jaborandi, na nossa região tem 1 (um) km e meio de extensão, e os moradores não conseguem acessar o Campeche sabendo que elas saem na SC 405 (quatrocentos e cinco), tem que voltar todo aquele tempo de quase vinte minutos caminhando. Então, o que eu gostaria de pedir se fosse possível seria uma linha de ônibus para a Servidão Jaborandi, um acesso para a Servidão Jaborandi e também a questão de melhoramento da área comercial, muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama a **Sra. Roseana Panini representando a AMOCAM**, 5 (cinco) minutos. Boa noite a todas e a todos. Eu queria começar falando que aqui é uma ilha, não é - a Ilha da Magia, é um título que criado há 35 (trinta e cinco) anos, pena que o professor Nereu já saiu, mas alguém falou aqui sobre Franklin Cascaes (...) A ilha da magia foi um título criado há 35 (trinta e cinco) anos pelo Peninha, que é um grande pesquisador que nos trouxe à luz, a obra de Franklin Cascaes. Sobre bruxas, sobre boitatás e as diversas outras lendas. Ele começou a procurar essas lendas na ilha, ele morava lá no centro da cidade e aí ele viu um patrimônio histórico sendo demolido. Demolido para construir um grande prédio no local; ele falou assim: "nossa então eu acho melhor eu começar a pegar a minha na época uma Kombi, né" - e a cada bairro, às vezes ele demorava dois ou três dias para chegar num bairro. Dizem que tem uma história longa para chegar lá na Barra da Lagoa para escutar as comunidades tradicionais, as histórias que elas contavam sobre bruxas, sobre boitatás e tudo mais, né. Porque ele percebeu que a Ilha estava sendo invadida por especulação imobiliária. Naquela época já, e hoje em dia a gente sente que essa Ilha da Magia, ela está sendo desencantada. A Ilha da Magia ela está




sendo grotescamente destruída, tá! Pois, todo mundo sabe aqui, não é? Então, é assim, há construções para tudo quanto é lado; é irregular, mas uma coisa que não está sendo dito aqui nesse novo Plano Diretor, é uma coisa que, é única maneira da gente regularizar é só ReUrbi, ou se não é, como é que fala? uso campeão. Então quer dizer assim, quem está pensando que o Plano Diretor vai regularizar as suas casas, vai trazer esse benefício vocês? estão enganados, tá. O Plano Diretor aqui, pelo que eu estou percebendo, que eu estou acompanhando, ele está mais voltado para a construção civil ele quer cinco prédios de cinco andares, e ele fala assim: "há, esse se você contribuir para o fundo é imobiliário você vai conseguir mais dois andares". Não é e esse fundo imobiliário, não necessariamente vai ser uma construção que vai ser aqui do lado aonde está construindo esses prédios, nessa rua aqui. Cinco andares, quem tem dinheiro para comprar um prédio desses? eu acho que não tem dinheiro e quem é daqui quem recebe até três salários mínimos não está sendo contemplado com essas moradias. Então é uma coisa que a gente tem que pensar e inclusive uma coisa que eu queria saber: quem é que daqui veio com propostas já definidas para as suas ruas, ou coisa tal? Ninguém, porque não teve nenhuma preparação, que nem a nossa Vera Bridge falou, né! Não teve participação da comunidade para construir esse plano. Essa minuta não teve. A gente só vai ser ouvido nessas assembleias, aliás desculpa, nessas audiências. Eu tenho cinco minutos porque eu sou uma Presidente de uma Associação ao lado do Campeche, mas quem mora aqui só está tendo 2 minutos e meio. E nem sabe o que que está acontecendo, porque que nem a Vera falou, não existe uma minuta. A minuta que que existiu anteriormente. ela sumiu. E, essa minuta era de se espantar com as coisas que estavam escritas lá! A gente precisa sim, a gente tem consciência que a gente tem que mudar é tem que melhorar a cidade. Tem que ter mais qualidade de vida. A gente tem até 2024 (dois mil e vinte e quatro) para fazer isso, não em 3 (três) meses. Eu já escutei alguém falar que, uma rua para ser nomeada leva mais de 3 (três) meses, imagina então um Plano Diretor que vai modificar, e vai é fazer com que a cidade toda mude. Então, a gente precisa de tempo. A gente tem tempo. Eu não estou querendo que é o Plano Diretor não vá para a frente, imagina! A gente precisa discutir, cada pessoa que está sentada aqui, que mora na Tapera, que mora no Ribeirão, que mora no Carianos, que mora nesse Distrito; que tem que saber o que que eles estão querendo mudar para poder dar a sua opinião e, a sua opinião é que vale para esse Plano Diretor. Não uma construtora que a gente não sabe nem da onde, que vem aliás a gente sabe, né?! A gente sabe quem são as construtoras daqui que tentam ganhar dinheiro às nossas custas. A nossa qualidade de vida, a nossa natureza. Ontem mesmo eu fui ali na praia da Tapera, acabou de chegar um baita barco com um monte de peixes, e aí, eu fui caminhando pela praia, tinha um bueiro que era para água de chuva e estava fedendo esgoto, saneamento básico, água todo mundo aqui já sabe que a gente já teve colapso ali na Lagoa do Peri. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o **Sr. Davi Guilherme Wagner da Silva**. Boa noite amigos, eu moro aqui na Freguesia do Ribeirão da Ilha faz alguns uns anos. Na verdade, o Plano Diretor não é o Plano Diretor, ele






tem um nome muito bonito, é a Lei Complementar 482 (quatrocentos e oitenta e dois) de 17 (dezessete) de janeiro de 2014 (dois mil e quatorze). Como é que um ano podia ter começado tão mal, não é? Mas eu gosto de chamar ela de Lei Salvador Dalí. Não porque é uma obra de arte, mas porque ela é surreal. É sem brincadeira a maior geradora de pobreza e irregularidade que a gente tem no município. E isso é um fato. E uma prova disso é essa Escola Vereador Marquito. Se ela fosse construída do outro lado da rua, ela não poderia ter a área que tem. Se ela fosse construída duas ruas para trás, ela sequer poderia existir; porque ela está em uma zeis. Zeis é a Zona Especial de Interesse Social, mas não se engana pelo nome, não tem nada de interesse social é conforme as tabelas do Plano Diretor. As 400 (quatrocentos) tabelas têm um Plano Diretor é específica tem dezesseis páginas e as três maiores, tipos de comércio que a gente tem Florianópolis, são lojas de roupa, corte de cabelo e lanchonetes o os três teriam restrição de tamanho, ou seriam proibidos nas zeis. Isso quer dizer não pode trabalhar, não pode ter emprego. Ela é assim. O Ensino Fundamental Técnico e Superior também não pode. Para fazer isso, ou seja, o pobre que se vire comprar um carro e ir bem longe para estudar. É a gente precisa seriamente revisar esse padrão de restrição do solo. Isso não faz o menor sentido. A gente não é mesmo, tá na hora de revisar para o bairro, para não só para o bairro, mas para a cidade inteira. Desde que a gente aprovou a Lei Salvador Dali, tem-se 3,6% (três vírgula seis por cento) dos imóveis irregulares os outros 96 (nove e seis) não seguiram a Lei Salvador Dali, eles ignoraram. A minha casa tem irregularidade, a casa de bom, 96% (nove e seis por cento) de vocês também tem. É isso, porque nós somos criminosos? nós queremos destruir o meio ambiente? a cidade? Não, é porque é impossível ser sério nessa cidade. Isso não é justo como a gente. Pode simplesmente ignorar, fingir que tem que mandar todo mundo embora, fechar a ponto explodir tudo e mandar todo mundo embora. Quem que a gente vai mandar embora primeiro? Eu não vou sair. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e diz que antes de chamar o próximo Sr. Valmeci Alfredo de Freitas, vai chamar os próximos quatro que são: Valdinei Marques, Afonso José Christ, Sérgio Machado Wolf e João Paulo Rocha Netto. Pode falar **Sr. Valmeci Alfredo de Freitas**, 2 (dois) minutos. Boa noite a todos e a todas. Cumprimentar a mesa na pessoa do Coronel Araújo Gomes, que foi meu Comandante na Polícia Militar. Eu sou da reserva da Polícia Militar de Santa Catarina. Muito boa noite, e quero aqui cumprimentar e parabenizar a fala do nosso "Mai", Prefeito aqui do Sul da Ilha e do "Carlos Ed Carlos", aqui o Presidente do Conselho Comunitário, foram muito felizes aqui na fala e falaram toda a realidade e, mais um pouco. Dizer para vocês que eu sou morador da Tapera desde 1989 (mil novecentos e oitenta e nove), aonde o bairro tinha mais ou menos 4.000 habitantes e hoje já está na casa de mais de 30.000 (trinta mil), isso. Sou comerciante desde 1997 (mil novecentos e nove e sete), eu e minha família, é claro, que não poderia exercer como comerciante. Eu tinha um comércio e a minha esposa que tocava, eu só ajudava. Por ser militar o nosso regulamento não permitia, mas o comando sempre tinha conhecimento deu está ajudando, digamos assim. E assim criamos nossos








filhos aqui no bairro, com dificuldade. E dizer para vocês que é um desafio muito grande ser comerciante. É um desafio muito grande. As barreiras que vem para a gente para ter um comércio, gerar emprego no bairro, para ajudar as famílias para gerar emprego e renda e consequentemente, gerar também renda para o município, para o Estado e para União. É desafio é grande devido a essas demandas que tem de documentação e; não tem meios de a gente conseguir por conta de um Plano Diretor mal executado, mal feito. Por conta de diretrizes feitas por prefeituras e etc. É complicado, eu passei muito trabalho ali para obter alvará de Vigilância Sanitária, para obter alvará de Polícia Civil. Eu tenho hoje o prédio aqui que tem o alvará do bombeiro, com *habits*, daí eu gostei 40.000 (quarenta) mil reais de documentação. Corre para cá corre para lá e conseguir legalmente. E mais uma coisa, um “apendicezinho” aí, a lombada foi retirada, quando foi feita a pavimentação da Rua Juca que até hoje não foi colocada, tenho medo de vir a notícia de uma criança ser atropelado do lado da creche, ali ó. A hora que acontecer será tarde. Que coloquem a lombada no local que está precisando; a placa tá lá! Obrigado O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga e chama o **Sr. Valdinei Marques**. Olá, boa noite a todos. Cumprimentar a mesa. Eu mudei um pouco que eu ia falar, primeiramente eu queria que a mesa escutasse aquele senhor que veio aqui, que seja exemplo a próxima Audiência Pública dar preferência para o pessoal da terceira idade e com deficiência física. Peguei a fala dele e eu mudei completamente que eu ia falar, porque não adianta a gente falar bonito aqui e a gente esquecer desse pequeno detalhe. Peço a mesa para botar os idoso sem preferência e também deficiente físico para falar primeiro, para não ficar até esse horário da noite. E eu queria parabenizar a Vera Bridge pelas palavras, eu aprendi muito hoje e a primeira audiência pública do plano, não é! Nessa discussão do Plano Diretor a gente aprende, a gente tem que participar para aprender. Escutar para depois falar. O Paulo Horta também falou muito bem; eu queria agradecer ao Paulo Horta, não sei se já saiu. Primeiro a gente agradece, depois a gente fala. Queria agradecer também o que já foi feito até agora na Tapera pelos líderes de pessoas que vieram porque, não é só falar e sim agradecer o que já foi feito. Eu queria falar agora, começar ao aquilo que realmente eu anotei aqui. Eu estou morando há pouco dentro na Tapera, há cinco anos. Nós temos hoje, eu tenho uma fossa, um sumidouro na minha casa que eu quis colocar; mas todo mundo sabe que a Tapera não tem um saneamento sanitário. Temos pescador que eu escutei muito, que tinha fazenda de berbigão. As pessoas pegavam berbigão aqui e conforme foi esgotamento sanitário foi mudando tudo isso. (...) Eu tenho cinco minutos, eu botei lá como representando o PSOL. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga disse que estava sim, e poderia continuar com mais três minutos (...) OK, então pessoal é esse esgotamento sanitário assumiu o berbigão. A Tapera era referência para cultivo de berbigão. Hoje tem maricultura, tem outras coisas que estão acontecendo. Eu participei essa semana do Conselho de Saúde da Tapera. O Conselho de Saúde da Tapera está pedindo socorro, não fizeram mais concurso público para os agentes de saúde, não fizeram concurso para os técnicos de enfermagem, tem um médico só trabalha no posto e também a

se tornou referência para a vacina no sul da ilha. Então aumenta a população num posto de saúde para atender. Já com o jeito que está sendo atendido então o Plano Diretor é pensado junto e vamos pensar junto. Eu sou também aqui funcionários da COMCAP. A COMCAP está sendo terceirizada, quarteirizada. O serviço público que é faz coleta de lixo a mais de 50 (cinquenta) anos da cidade e ela está sem terceirizada. Aumenta o número de pessoas, aumenta o número de lixo e a gente vai deixar esse tipo de trabalho sendo terceirizado? sendo feito por outras pessoas? Não! A regularização fundiária hoje; tem o Lar Legal. Eu tenho um exemplo eu peguei, um exemplo não da Tapera, mas em cima do Monte Cristo. Eu acompanhei o Lar Legal do Monte Cristo. Tem uma Senhora chamada Bela, ela é aposentada; gasta o dinheiro dela a maioria nos remédios e ela está pagando o mesmo valor no Lar Legal como uma pessoa que tem dez quitinetes no mesmo local. Onde feito foi feito o Lar Legal e pelo que eu sei, acompanhando uma reunião que tive semana passada, com o com o Lino e outras pessoas com a Procuradoria Pública, ela falou que tem um projeto chamado ReUrb que é dever da Prefeitura dar toda a documentação para as comunidades e regularizar toda a comunidade. Então não é pago pelo programa do Reurb, isso é gratuito. A criação de serviços no sul da ilha, descentralizar luz, a água, o SINE, emprego; porque tudo o que você quer, você quer regularizar alguma coisa no centro; você tem que ir até lá. Tem que marcar agenda na CELESC para você ser atendido. Isso tem que mudar. Eu fui até lá, cheguei lá e bati com o nariz na porta. Oficinas e preparação dos moradores para discutir o Plano Diretor, como foi falado anteriormente pelos nossos camaradas. Nós precisamos, eu sou morador da Tapera, se botar e pedir aqui quem é morador da Tapera vai aparecer poucos para 30.000 (trinta mil) pessoas que tem aqui na Tapera. Então, para concluir, nós precisamos fazer as oficinas, que foi falado aqui. Discutir um Plano Diretor, mas com a comunidade descentralizada. Para gente chegar no resultado que é o Plano Diretor que todo mundo quer, melhorias para cada bairro; que cada um está representando aqui. Obrigado O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o **Sr. Afonso José** representante da **Comissão Ecológica da Tapera**, tem 5 (cinco) minutos. Boa noite a todos eu acho maravilhoso a gente vê o povo aqui reunido, que bom a prefeitura poder escutar a sua população, só que ele felizmente a gente está aqui porque a justiça exigiu que isso acontecesse. Dessa forma, então, eu quero aqui estar sugerindo algumas coisas que são importantes. Quando nós começamos a discutir hoje, as pessoas, quantas pessoas da comunidade aqui da Tapera estão aqui? Só poucas. O que eu quero colocar aqui, por exemplo, nós temos um Conselho Comunitário aqui representado pelo André, porque nós não começamos discutir, nós ainda temos doze audiências? Se não for possível alterar o regulamento apresentado aqui das outras doze audiências, porque não todas as comunidades começarem a se organizar e discutir de verdade? Não é fazer com que toda a comunidade participe e ajude na discussão do seu Plano Diretor? Eu acho excelente a ideia que foi apresentada nos seminários, onde tem a partir de hoje, porque que você começa a discutir o Plano Diretor, eu lembro o Luís Marques, nas inúmeras vezes que



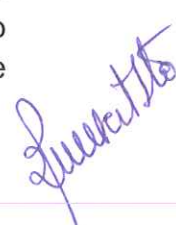




conversamos para discutir, para ver a o que que nós vamos propor na questão da causa ecológica. Nós sabemos que hoje nós temos o saneamento básico; a gente vê, escuta, indo aqui para o lado a do Conselho Comunitário ou ali para Assembleia de Deus, lá para baixo, como aquela Senhora falou que viu a toda água indo lá para o mar; aí quando chove leva tudo para lá e a gente vê o que acontece, não é ?! Então é eu acho o quando “Mai “fala, muita coisa foi feita aqui. Concordo, mas temos que fazer, é isso nosso compromisso. Agora não podemos ficar olhando para trás. Eu fiz mais quando nós conversamos sobre essas questões à procurando buscar soluções, para isso eu peguei liguei na Prefeitura lá no departamento, aqui é a responsável por essa audiência eu ouvi duas palavras, aliás duas frases que eles colocaram para nós: “onde tem prevalecido a lei do mais forte”, essa foi uma frase que eu ouvi de dentro, outra que eu vi assim, “farinha pouca, meu pirão primeiro”. Eu me questiono porque não vamos começar a discutir de verdade. Discutir de verdade é começar a preparar a comunidade para isso. Temos técnicos, alguém aqui é engenheiro preparado? aliás alguém é especialista em leis aqui da comunidade? Então eu acho que é importante a gente a colocar a mão na consciência e nós vamos, estamos discutindo apenas uma coisa para esse ano. Para o ano que vem nós estamos discutindo um Plano Diretor de dez anos; e aí nós temos que ter responsabilidade. Para isso eu não estou querendo me posicionar de um lado e o outro lado criar a torcida. Nada disso; eu acho que nós temos que ter um pensamento coletivo, no sentido de construir juntos e a gente só consegue construir junto quando a gente começa a dar essa oportunidade, de hoje aqui, não e aí isso eu conclamo o André que é presidente do Conselho Comunitário, por que que nós não vamos pegar, reunir todas as entidades da comunidade, as associações, as igrejas, todas as entidades e vamos discutir. Se nós não conseguirmos trazer uma outra audiência para cá, tentar ampliar como tem um projeto maior do próprio bairro e a comunidade como um todo discutir tudo isso. E, quem sabe, a gente poder apresentar nas outras audiências é possível apresentar nas outras doze audiências, propostas daqui do bairro lá vamos ver? O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga informa que consulta pública está aberta e você pode fazer a manifestação até o dia doze de agosto em todas elas, qualquer pessoa pode fazer. Sr. Afonso José, retoma a fala: OK então a gente poderia estar fazendo isso, se não for possível criar esses seminários e ter mais tempo nós; temos que pensar em soluções. Buscar soluções, fazer a comunidade participar da verdade. Então, eu conclamo que a gente faça isso; e a partir disso a gente buscar soluções efetivas. Mas não apenas algumas pessoas têm interesse específico no Plano Diretor, mas fazer a comunidade toda a participar. E, é isso que eu acho que é importante. Realmente ela ser participativa e fazer com que a gente possa ter um Plano Diretor de verdade, que seja de Florianópolis, que seja do povo de Florianópolis e não de algumas pessoas. Além disso, eu me impressiono, quando nós vamos começar a ter moradia popular em Florianópolis? Então acho que vou deixar essa pergunta, porque não adianta discutir o Plano Diretor do povo de Florianópolis se o essencial é a moradia popular, muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga ressalta: só para que fique claro a





minha resposta ao senhor é a contribuição da população não depende apenas das audiências públicas desde o dia treze de junho está aberta a consulta pública tanto na sua forma física em qualquer unidade Pró-Cidadão do município como virtual pode fazer qualquer contribuição independente do bairro, tá. Na sequência, chama o próximo a falar, o **Sr. Sérgio Machado Wolf**. Boa noite a todos, queria cumprimentar todos. Enfim, eu antes de mais nada, queria agradecer todas as pessoas responsáveis pela ampliação desse debate necessário, nesse momento democrático, lindíssimo de ver. Eu acho que é por aí que a gente tem alguma chance de futuro. Se é fácil de entender que a intenção de todos aqui é viver melhor, em uma cidade melhor, e enfim; eu me senti representado numa série de falas, dada a riqueza do debate. Fica difícil aqui elencar todas elas. Mas muito bem referenciadas, principalmente eu queria reforçar no que tange a regularização do que está posto em virtude de poder organizar. Nós temos que pensar no futuro e quando pensar no futuro, fica aqui, eu sou do meio da educação. Fica aqui o meu apelo, nós temos que pensar em educação, sim! Porque a gente, a nossa passagem aqui é temporária. Então, nós temos que pensar nas próximas gerações. De todas as formas, de tudo o que foi conversado, a única esperança maior é de educação. Porque eles, lá na frente, não vão precisar de um Plano Diretor; eles vão ter consciência própria do que é bom para eles, do que é bom para a cidade, do que é bom para viver em conjunto. Então fica o meu apelo, para que todo o esforço seja em cima de educação. Enfim só cabe agora mais, aqui é pedir uma representação consciente das pessoas, daqui para a frente, que vão levar nossa voz para organizar essas ideias; de que a gente foi com muito esforço, não é que todos estiveram aqui e ainda tem uma sequência de reuniões que ainda há o tempo de colaborarmos. Nesse sentido, muito obrigada. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama o Sr. João Paulo Rocha Neto, mas, antes de sua fala, vou chamar os próximos 4 (quatro): Jéssica Costa Fernanda Haskel, Carine Bergman e Zoraya Guimarães/es. Pode falar **Sr. João Paulo Rocha Neto** por 2 (dois) minutos. Muito boa noite a todos, eu sou João Paulo, morador do Distrito do Pântano do Sul. Ao vir para audiência pública de hoje a gente vê, eu vim contornando uma importante unidade de conservação. Então minha fala é para que a gente dê mais atenção nas nossas áreas protegidas. Parabenizar a Prefeitura que esteja fazendo audiências públicas para decidir o futuro de dez anos da cidade, um processo que vem lá de 2014 (dois mil e quatorze). A gente sabe cumprir, o cumprimento não é a responsabilidade do cumprimento que vem pelo Ministério das Cidades que o Estatuto das Cidades, mas sobre pesar também essa balança hoje, porque se a gente tem 50% (cinquenta por cento) do território por área de APP. Na realidade essa APP é o nosso bioma de Mata Atlântica ainda preservado uma cidade que cresce a 349 (trezentos e quarenta e nove)anos completando ainda, tem a metade do município com esse bioma é de uma excepcionalidade. A gente tem que tratar com o maior carinho a respeito disso. Falo isso porque também sou funcionário público municipal, trabalho na FLORAM; e a gente sabe da responsabilidade com essas áreas. Então, o meu apelo, aproveitando até que a superintendente da FLORAM está aqui, ainda prestigiando à noite



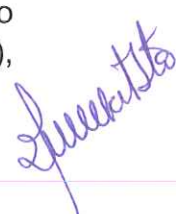




com audiência pública, para que a gente informe esse debate também com os conselhos que precisam ser criados. Não é mais da metade, não tem conselho consultivo ainda, é importantíssimo a gente avançar, como já foi feito de falas anteriores. O pessoal do Sertão do Ribeirão conhece bem a realidade e a falta e o prejuízo que vem trazendo a formação desses conselhos para a formação de planos de manejo. Não adianta a gente pensar a cidade pela metade, infelizmente a meu ver, a gente vem enfrentando, virando as costas para o Distrito do Ribeirão, para um lado o Distrito do Pântano do Sul, para o outro, sendo que no meio a gente tem uma importante área preservada. Então, o meu apelo é para que a população esteja mais ativa nesse processo pensando que estamos crescendo a 7.700 m(sete mil e setecentos) pessoas por ano, segundo dados do IBGE do ano passado. Então é muito importante a gente avançar com responsabilidade de uma cidade por inteiro, não é só a verticalizando, a gente precisa olhar para baixo também, haja vista o processo de maré cheia é de erosão marinha não é de esgotamento sanitário que ainda é precário nossa cidade, muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece. E chama Jéssica Costa. Jéssica Costa? Na sequência chama **Sra. Fernanda Rasckel** é representante do **Coletivo da Unidade De Conservação Da Ilha**, tem 5 (cinco) minutos. Boa noite a todos, todas e todes, cumprimento as pessoas aqui reunidas em um momento tão decisivo para a nossa cidade, a discussão do Plano Diretor, a gente está pensando para daqui dez anos. Meu nome é Fernanda, eu sou artista, administradora e doutoranda. Estou estudando justamente esse processo de revisão do Plano Diretor da nossa cidade. Eu tô aqui como cidadã e também como representante do "Coletivo Cê da Ilha", que trabalha há mais de dez anos pelas unidades de conservação, de uma forma muito atuante e começo perguntando: quais das duas versões dos cadernos de diretrizes do Ribeirão da Ilha que devemos considerar"? A publicada no dia 14 (quatorze) de junho ou a publicada no dia 27 (vinte e sete) do junho, antes de ontem. Se for a de 27 (vinte e sete) de junho, descumpre-se os prazos determinados pelo termo de ajuste de conduta determinado entre a prefeitura, a Defensoria Pública e o Ministério Público. Com essa atitude de pressa, em marcar as audiências públicas, fica inviável a discussão comunitária e a construção coletiva do futuro da nossa cidade tal como indicada pelo Estatuto da Cidade. Porque a pressa? Entendemos que a revisão do Plano Diretor é necessária. Nossa cidade precisa melhorar a infraestrutura, o saneamento, a mobilidade. A cidade precisa ser planejada de fato; a gente reconhece isso. A questão é como está sempre feito e como um assunto, é o assunto é planejamento urbano e o pensar a cidade e o futuro trago aqui três questionamentos: para além da previsão de crescimento verticalização, adensamento o que está sendo planejado para a mobilidade, saneamento que inclui água, drenagem resíduos sólidos. E o que está sendo pensado também para a segurança? o que está sendo pensado para a saúde? para a educação? Não foi possível identificar esses fatores nos documentos disponibilizados pela Prefeitura. Ponto 2 (dois): considerando que a cidade já está desorganizada e crescida porque não organizar o que existe"? reativar imóveis abandonados, cuidar dos espaços comuns e fortalecer os órgãos de





fiscalização e proteção como o da FLORAM? Terceiro: quais são os impactos para a pesca maricultura e o modo de vida local aqui no Rio no Distrito do Riberão, considerando desde o coletivo a unidade de conservação da ilha, um monumento natural da Lagoa do Peri, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, a reserva extrativista marinha do Pirajuba. E a reserva, área de proteção ambiental do entorno costeiro. Naufragados, todos esses lugares e paisagens, águas e mares, que nos são caros e são lugar e lar da fauna e da flora? Gostaria de ressaltar que estamos diante de um colapso climático segundo os cientistas do Painel Integrado do Painel Intergovernamental do clima da ONU, a humanidade está em sinal vermelho e todos apelam para que os tomadores de decisão a seguinte informação: se a gente quiser ter uma vida minimamente sustentável do ponto de vista do clima a gente precisa invariavelmente priorizar a proteção e restauração dos ecossistemas. Isso precisa ser levado em conta pela esfera pública de tomada de decisão. É aqui que a gente está e é para isso, por isso que a gente está aqui! A cidade de Florianópolis que tem que considerar o Plano Municipal da Mata Atlântica publicado pelo IPUF e FLORAM em 2020 (dois mil e vinte), no qual é reconhecida a fragilidade a necessidade de proteger esse importante bioma que é reconhecido como o maior a maior reserva da Biosfera do planeta. Além disso, no artigo n.133 (cento e trinta e três) da Lei Orgânica de Florianópolis preconiza que as decisões sejam respaldadas pela ciência e que é respeito dentre outros o princípio da precaução mas aqui na nossa cidade não está sendo considerado nada sobre dados já existentes sobre o clima e sobre o território. Parece que estamos vivendo em nossa cidade à triste sátira do filme "Não olhe para cima". Estão pensando a cidade sem ao menos mencionar esses fatores que fazem parte da agenda global e mesmo que os princípios apresentados pela prefeitura se dizem concordância com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Não colocam como prioridade a restauração e recuperação dos ecossistemas, que segundo os pesquisadores, do ponto de alavancagem para alcançar todos os objetivos da agenda global. Isso me leva a questionar como a sustentabilidade está sendo compreendida? como que a sustentabilidade na prática vai ser efetivar? E, trago aqui sete pedidos: reconhecimento das áreas rurais proteção e reconstituição de valorização do patrimônio cultural e ambiental que sejam ouvidos os pescadores e maricultores, que sejam ouvidos os comerciantes locais, que sejam ouvidos pesquisadores, que sejam incluídas métricas e indicadores dos ODS e vincular as vozes, as nossas vozes aqui na audiência na minuta que vai ser elaborada, porque disseram que ela vai ser feita a partir das nossas vozes. Por fim, reconhecendo nesse processo que a revisão do Plano Diretor da cidade de Florianópolis é uma espécie (...) Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama a **Sra. Carine Bergman, do Movimento Nacional da ODS de Santa Catarina**, 5 (cinco) minutos. Então, que bom que essa pessoa me antecedeu falou sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Eu vim aqui representar o Movimento ODS de Santa Catarina, vim aqui para representar o Movimento de Santa Catarina é no dia 29 (vinte e nove) de maio a Prefeitura assinou um acordo. Acordo das Cidades de 20 (vinte) e 30 (trinta),

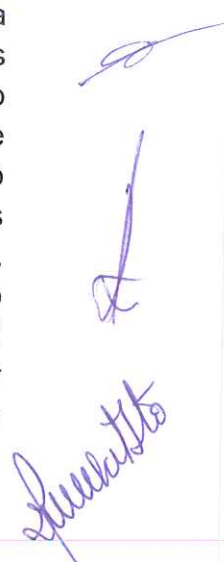




onde ela se compromete a fazer adesão ao movimento até Santa Catarina. Mas também, entrar no Programa Cidades Sustentáveis, ou seja, que a Prefeitura se comprometa a ter um plano de metas e quando ela se compromete com os objetivos de desenvolvimento sustentável não é só para olhar lá para os ícones dos ODS bonitinhos. Ela tem que olhar para metas e indicadores. Então é eu fiquei um pouco confusa quando a gente começou, eu e mais um grupo de lideranças comunitárias, nos unimos para começar a olhar. Então tá vamos olhar o Plano Diretor e o que está contemplando de ODS e o que que tá faltando? Tá, mas cadê a minuta? Tá pra onde que eu olho? Eu fiquei totalmente perdida e, agora hoje aqui eu entendi que não tem uma minuta, que não tem uma coisa correta. Agora você me disse que a minuta vai sair a partir dessa conversa então eu acho que eu fico um pouco mais tranquila. Porque vão ouvir não é as pessoas e, conversei com Topázio e falei olha é esse acordo que foi assinado no dia 29 (vinte e nove) é ainda está em desenvolvimento então a gente precisa avançar com isso né e o Plano Diretor é uma grande oportunidade de ele incluir os ODS nessa pauta né é uma grande oportunidade como falou o professor Paulo Horta de estar na vanguarda, então existe a oportunidade de estar na vanguarda, não tem o porquê perder essa oportunidade. Dizer que eu fiquei feliz esse ano que eu não vi nenhuma baleia morta lá no sul da ilha, lá na Costa de Dentro onde eu moro. Então isso para mim foi uma alegria. Será que vão olhar isso no Plano Diretor? O Pescador Artesanal, como é que isso vai ser visto? como é que a gente vai cuidar para que não morra mais baleias? Outra questão, porque eu fiquei tranquila é que não vi também tucanos mortos neste ano, não é Pedro? Então a gente não viu a destruição ambiental, e aos nossos olhos, a gente não viu seguranças nosso bairro, no amedrontando. Então, assim, é mais do que falar de movimento aqui, e falar como cidadã, como participante também do Conselho Comentário da Costa de Dentro. Pensar em quantas hortas comunitárias a gente vai ter cada bairro? vai ter compostagem? A gente está olhando para o futuro? Verticalização, mais prédios, por que as pessoas vêm para Florianópolis? Não é por causa da natureza? Porque nossas belezas naturais que tem aqui e esses prédios que vão ser construídos para essas pessoas. Eu estou indo embora de Florianópolis porque eu não consigo adquirir um imóvel aqui. Eu não tenho condições de adquirir um imóvel aqui. É meu sonho morar na ilha, mas não dá. Eu estou saindo daqui e essas pessoas que vão vir, essas casas que estão sendo construídas, é pra quem? É para uma elite? Para uma minoria? Espero que não. Eu acredito que agora é que a Prefeitura se comprometeu com esse acordo. E a gente se coloca à disposição enquanto o movimento para construir junto. A gente não quer criar uma guerra com ninguém; a gente quer construir junto e existe um documento. Até hoje a gente fez uma *live* falando sobre como incluir os ODS no Plano Diretor e nessa *live* a gente trouxe um documento do CAU que é o Conselho de Arquitetura e Urbanismo e que eles são um guia de como colocar os ODS no Plano Diretor não é então a gente quer construir junto com o CAU. Chamar é esses técnicos, mas ouvir também as pessoas e fazer essa construção de forma conjunta. Então é isso, assim que eu queria colocar que a gente quer mesmo construir e





a gente coloca o movimento à disposição e não vamos só pensar no embate; vamos pensar em criar pontes e onde a gente encontra sinergias. A gente está vivendo um momento tão polarizado, né gente! Vamos superar isso. Eu acho que todo mundo tem capacidade é e claro a gente precisa preparar as comunidades para isso. Era isso que eu tinha para falar gente, obrigada. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece. Antes da gente chamar a **Sra. Zoraya Guimarães**, vou chamar os próximos 4 (quatro): Marcia Fernandes, Carlos Berenhauser Leite, José Adacir Paganini, e o último Felipe Solei. Zoraya você é a próxima a falar representando a **Associação de Moradores da Lagoa do Peri**, 5 (cinco) minutos. é bom primeiro queria dar meu boa noite né a todas as guerreiras e guerreiros que tão aqui até agora né debatendo esse tema tão complexo que é essa questão do plano diretor. Então eu sou a Zoraya, eu estou aqui como presidente da associação de moradores da Lagoa do Peri, né, e quero primeiro começar falando é desconstruindo alguns argumentos: primeiro, assim, dizer que o plano diretor é o que vai salvar essa cidade, isso me desculpem, é uma grande falácia, não é plano diretor que salva uma cidade, né, se fosse assim quantas cidades nós teríamos sido salvado como planos diretores, não é o caso, o plano diretor que está aí não é o grande vilão, e, esse argumento está sendo colocado para que se em três ou quatro meses se se faça um processo de plano diretor. Por favor vamos ser responsáveis. É preciso fazer um plano de um processo de plano diretor com o mínimo das etapas que são exigidas inclusive pela lei, e a gente precisa ter coerência, não precisa de lei, né gente, a gente precisa ter coerência, entender que uma, que uma matéria dessa complexidade não pode ser tratada dessa forma. A gente está aqui no Distrito do Ribeirão da Ilha, eu quero saber quantas pessoas da comunidade tem aqui, daqui realmente que tão aqui, que tão aqui para discutir a questão da sua atividade principal, econômica, né que a questão da pesca, né, da maricultura, e do que seja, quantas pessoas aqui estão sendo ouvidas para tratar disso, quanto temas importantes tem aqui, não é nossa audiência que a gente vai resolver isso e vai tocar um projetor e vai aprovar. Então assim, o Plano Diretor não é o grande vilão e essa é uma justificativa para passar rapidamente esse processo. Não é assim, eu acho que assim, o setor empresarial que é o principal interessado tem que entender que não, não vai, não vai conseguir colocar goela abaixo da população dessa forma essa proposta. Tem que entender que tem pessoas disposta, dispostas a debater, a sentar numa mesa, a negociar efetivamente, né, uma saída para essa cidade, porque quem caminha na cidade sabe dos inúmeros problemas que ela tem e não é de hoje, né, todos os rios praticamente dessa cidade estão poluídos e deságua no mar e polui o mar. Quem vai ali no Campeche sabe que o riozinho do Campeche contamina a Praia do Campeche. Quem está ali no Matadeiro sabe que o riozinho que vem do pântano que traz todos os gostos dos do que seja lá o restaurante, casa se contamina a Praia do Matadeiro. Todo mundo sabe que no verão, tem um problema no norte da ilha, com o Rio Papaquara que contamina. Então minha gente, o Plano Diretor não é que vai salvar, não vai salvar, também a regularização das pessoas, vai regularizar todas as casas agora no plano diretor não, eu fiz um mestrado tratando da



questão de planos diretores em 1996 (mil novecentos e noventa e seis), tratei sobre a capacidade de suporte da cidade de Florianópolis em relação ao abastecimento hídrico, isso desde planos diretores quando você quer mudar onde está nessa cidade você vai lá na Câmara de vereadores e altera o zoneamento, então, isso é uma falácia porque é possível sim alterar por exemplo uma rua aqui que é uso só residencial vamos alterar para uso misto não há problema quando há vontade política, então, o problema não é plano diretor, é vontade política para resolver os problemas da cidade. Nós nessa cidade, o IPUF foi reduzido em 80% (oitenta por cento) os seus funcionários, o órgão responsável por planejar a cidade, poder públicos tem interesse em planejar a cidade, reduzindo o seu número de funcionários de 80% (oitenta por cento)? O poder público tem interesse em conservar essa cidade reduzindo os seus funcionários da FLORAM em quase 80% (oitenta por cento)? Nós temos quantos fiscais para fiscalizar as unidades de conservação dessa cidade? Eu estou numa, nós estamos na unidade de conservação a Mona (...) Lagoa do Peri. Tem caçador tá, tem roubo, tem estacionamento irregular, tá acontecendo coisas né, sem falar coisas piores, e não tem fiscalização nessa cidade, não tem fiscalização de obra, é mínima a fiscalização de obra, então a primeira coisa a resolver é a situação da, do nosso funcionalismo público, é recuperar né a capacidade de trabalho da nossa prefeitura, fazer concurso para a FLORAM, fazer concurso para o IPUF, repor os nossos funcionários. Hoje quem vai aprovar um projeto na prefeitura, uma consulta de viabilidade está demorando um ano, isso atrasa a nossa regularização, um ano uma consulta de viabilidade, quem vai aprovar hoje o projeto na vigilância sanitária demora 2 (dois) anos, é uma exigência absurda para uma casa unifamiliar, e eu falo com conhecimento de causa porque eu sou arquiteta urbanista e conheço o setor, então nós temos aqui que fazer um pacto entre todos, área do turismo, todas as áreas econômicas que tem aqui a sociedade dessa cidade, e fazer um plano diretor decente para essa cidade, pensando na cidade de quem ama, e se adensamento resolver esse problema econômico, tudo, Rio de Janeiro seria a melhor cidade do mundo, que mais adensada, né ou São Paulo, não é adensamento, não venham com essa falácia, não venham com essa falácia, não é adensamento urbano que resolve o problema. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece. E chama a **Sra. Márcia Fernandes** obrigado, é 2 (dois) minutos. Observar vocês também tá enquanto eu falo, eu observei vocês muito no celular, não achei legal, não por favor gente tá, consideração que está dizendo é que a cidade quer ouvir você mas eu tive a impressão, até tirei umas fotos depois tá, eu acho legal participar, então olha só, o negócio é o seguinte, eu é interessante que saiu aqui a voz depois da Zoraya o que acontece é o seguinte, a acima de tudo, eu vim aqui prestar um depoimento tá, que eu vim do Rio de Janeiro, eu moro aqui a 20 (vinte) anos, eu sou da área da psicologia forense e de geo sistemas, perícias, então nós vamos observar três fatores para começar, né simples, não houve oitiva das comunidades, não existe nenhum tipo de é, é, preocupação com a questão ambiental, nós não vimos isso em nenhuma situação nem tão pouco com a questão das mudanças climáticas né, eu tive a oportunidade de trabalhar como aeronauta





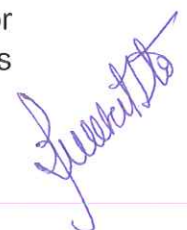


internacional, conheci o planeta e as pessoas perguntaram para mim, nossa Márcia por que que você escolheu Florianópolis para viver com tantos lugares lindos? Pois é sabe o que acontece gente, nós estamos num lugar, num tesouro que vocês não têm noção, verticalizar isso aqui essa proposta que estão tendo aqui é como Zoraya falou, é transformar isso aqui no Rio de Janeiro, eu sou do Rio de Janeiro, eu saí de lá do Rio de Janeiro por causa disso, sabe o que aconteceu gente efeito dominó, eu não sei se vocês sabem, os amantes da verticalização desse modelo de desenvolvimento ultrapassado, obsoleto que é da década de pós-guerra, de um do século passado já era gente, presta atenção nós temos um tesouro aqui que é para ser preservado, modelo de desenvolvimento aqui que tem que ser focado nas nossas riquezas naturais, é um modelo que o professor Paulo Horta falou de preservação, é o turismo, o turismo de conservação, é isso aí é que as pessoas tem que focar, porque não tem isso em lugar nenhum, nós estamos, nós estamos na, na verdade nós temos que estar aqui, isso sermos guardiões disso aqui e não pensar nessa maneira só dinheiro, dinheiro não serve gente tá. Então só para lembrar para vocês que realmente para acender uma luzinha sabe, para vocês sentirem que nós temos uma biodiversidade aqui, nós temos que ser escutados como cidadãos, e que nós temos o direito e o dever de preservar essa terra que nós temos aqui tá, pena que só tem pouco tempo para falar, mas basicamente é isso aí. Obrigada tá, obrigada. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece. **Sr. Carlos Leite representando Sinduscon, Conselho da Cidade**, 5 (cinco) minutos. Tudo isso? Obrigado e boa noite a todos. Eu sou o membro do Conselho da Cidade representando o Sinduscon, e eu me propus, a participar de todas as essas 14 (quatorze) audiências públicas nesse mês de julho e agosto, e da mesma forma né, tô a disposição inclusive, as vereadoras do coletivo como comentaram a questão da habitação com interesse social, e eu faço parte do Conselho de Habitação interesse social do município também, e do Conselho de Saneamento até junto com o Eugênio, e então estou à disposição enquanto, é, membro do conselho de abrir um debate né, ao longo de desse processo todo, seja agora ao longo das audiências, seja depois na Câmara de Vereadores, e, do que eu ouvi aqui né, a cidade quer ouvir você, eu não moro aqui na, no Distrito não é mais do que eu ouvi eu anotei por exemplo, um problema que apareceu lá no início, a questão das unidades de conservação, da sobreposição da unidade de conservação em relação a propriedades privadas que é um problema que várias pessoas relataram então é algo que no desenvolvimento aí do, do projeto terá que ser levado em consideração, tem certeza né Gransello (...), quando chegar lá no Conselho da Cidade para nós analisarmos, vamos botar isso aí como como uma pauta a ser colocada né. O Marquito colocou a questão da falta de áreas verdes aqui nesse distrito, e realmente né, tem muita, a desculpe, área verde de lazer, tem muita área verde né, mas a área verde de lazer, praça né, para as pessoas aparentemente pelo, pelos mapas tá faltando né, a de a questão da habitação de interesse social realmente não dá mais para, não é para deixar isso de lado, eu há quatro anos que eu sou membro do Conselho de Habitação de interesse social, fui relator do orçamento do fundo social, do lá no ano





passado, do orçamento deste ano, eu vou dizer não fiz nada essa porque não tinha dinheiro nenhum para relatar, não tinha verba nenhuma, então uma maneira que nós temos que fazer, em relação à Habitação Interesse Social que para mim é a bola da vez na discussão dessas questões né, emblemáticas de Florianópolis é, como viabilizar efetivamente a possibilidade de nós termos o desenvolvimento de Habitação de Interesse Social em Florianópolis e que não é só a resolver o problema fundiário de quem está morando em área de né, em área de risco não nós precisamos achar uma solução para que em Florianópolis as pessoas efetivamente possam morar mais perto de onde trabalhe ou trabalhar, mais perto de onde moram, um exemplo por exemplo do que foi relatado aqui em relação à Tapera questão de que precisa ter algum tipo de atividade econômica, há a questão do saneamento, né eu acho que isso aí é perpassa por todo mundo, não adianta querer construir mais também sem ter a condição de saneamento e nisso aí a própria legislação já prevê a legislação atual de que para se fazer determinado tipo de projeto para aprovar determinado projeto né em função do seu tamanho tem que ser, ter uma solução de saneamento para o problema que nós temos hoje em Florianópolis é que essa questão da irregularidade né, ilegalidade né, é na questão da construção então tem que organizar e tem que cobrar essa questão do efetivo do saneamento, e quando fala saneamento é a questão do escoamento pluvial, é a água né potável e o tratamento de esgoto, e para encerrar na questão da desse distrito especificamente para esse é um assunto que vai aparecer também lá na região de Cacupé, Santo Antônio questão da, vamos chamar assim da maricultura, né que é uma atividade econômica que realmente botou Florianópolis no mapa, no mínimo no mapa do Brasil, mas possivelmente no mapa do mundo, mas hoje somos reconhecidos né pela produção de ostras e outros né produtos ligados à maricultura e isso realmente é algo que tem que ser levado em conta nos estudos aqui nessa questão do planejamento desse nosso distrito aqui tá, e concordo com a questão de que né o Carianos, ele está uns, ele está mais para o lado da cidade né, até porque ele está isolado pela pista do aeroporto do que do lado de cá e que realmente daqui a pouco tem que começar a ver como é que é essas conexões urbanas vão ter que ser é melhor é analisadas e quem sabe ter que mexer na distribuição geográfica desses distritos de Florianópolis então era isso que eu queria comentar com vocês eu achei muito produtiva essa audiência muito produtiva eu acho que tem muito material né que está sendo coletado aqui para que se possa ao longo do processo de discussão ser utilizado para que o sentimento da necessidade da comunidade seja atendido. Muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga diz: é você **Sr. José Paganini**, 2 (dois) minutos. Boa noite senhor presidente Carlos Alvarenga e boa noite a todos da mesa boa noite senhoras e senhores. Qual é o futuro que você deseja para você? Sim daqui 10 (dez) anos não é só para você é para todos nós e para todos que não puderam vir, é para os que estão vindo, as próximas gerações. Todas as falas que foram bem pontuais precisam ser realmente refletidas como já foi mencionado aqui neste microfone, quero saudar também o nosso Vereador Mamá, saudando ele todos os demais vereadores e as demais autoridades



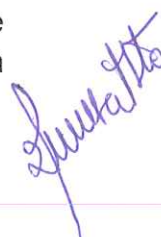




aqui presentes. A cidade quer ouvir você, participe, contribua com as discussões, está bem grande para todos nós aqui vermos, e estamos aqui ouvindo, e quantas falas calorosas, e quanto que temos que aproveitar refletir, e assim como para extrair um bom vinho, a gente precisa primeiro bem as uvas, a gente precisa exprimir o melhor do que cada um falou aqui, passar na peneira, eu sou jornalista, radialista, locutor José Paganini, este é o nome de guerra e quero aqui particularmente parabenizar a fala do presidente do nosso conselho comunitário da Tapera, André Carlos, o Dé (...), muito bem pronunciado e da mesma forma, o nosso Subprefeito o Douglas, nosso amigo Mai (...), gente como morador da comunidade a gente sentiu na pele nesses últimos anos muita discriminação, mas ao mesmo tempo a gente viu o avanço nesses anos mais recentes que o Douglas como presidente do conselho comunitário e toda a diretoria, agora a nova gestão com o Dé, é a importância das lideranças se unirem como já foi falado aqui pelo nosso amigo Afonso, nosso morador da comunidade, precisamos nos unir, deixar rixas de lado, picuinhas de lado, mas a cidade está avançando e precisa avançar, precisa evoluir, precisa progredir e nós precisamos contribuir para isso, de forma consciente, de forma responsável. Quero parabenizar o nosso ex-prefeito Gean e quero parabenizar o nosso atual prefeito Topázio com toda as pessoas que são envolvidas neste processo, parabéns para você que está aqui e você que também está ajudando a construir uma cidade melhor. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga fala: muito obrigado, antes de chamar o próximo que é o Felipe Soller, vou chamar os 5 (cinco) últimos a se manifestarem: Vereadora Manoela, Vereador Renato, José Agrício Gonçalves e Elon Heidrich. Pode falar **Sr. Felipe Soller** que é representante da **AMAPRE - Associação de Amigos e Moradores do Portal do Ribeirão** e tem 5 (cinco) minutos. Boa noite pessoal boa noite a mesa boa noite a todos ainda presente a pessoal vem aqui meu nome é Felipe Soler eu venho representar a AMAPRE - Associação de Amigos e Moradores do Portal do Ribeirão. Muitas reuniões estão sendo feitas tanto internamente ali no portal quanto com outras associações daqui do sul da ilha, o João, o Carlos, a Fernanda aqui, muitas informações desconhecidas também a gente tem encontrado junto com a prefeitura alguma alguns materiais que chegaram ontem à tarde, mas eu vou ser sucinto aqui também, e pontual porque muita coisa já foi falado então até falando a respeito aqui que o presidente do conselho da Tapera falou, como AMAPRE, a gente tem muitos pontos positivos que a gente entende que tem agora no Plano Diretor, uma definição de zonas mistas né, para comércio e residência que hoje é muito complexo, é muito complicado, joga muita gente pra ilegalidade, então isso é algo urgente para ser resolvido né, facilitar a legalização de terrenos, lotes, glebas que o João já falou ali, a Manu fala muito disso, pode pintar de um lado, não pode pintar do outro, não é Manu, só que aí a gente tem um outro lado muito negativo que a gente traz aqui que é adensamento e verticalização sem antes falar em mobilidade, falar em saneamento, falar em saúde e falar em escola não faz sentido, não faz sentido técnico isso daí, não tem como a gente falar em trazer mais gente, se a gente não tem via para suportar tá, então de verdade, o que eu entendo aqui é que falta um pouco de estudo técnico,

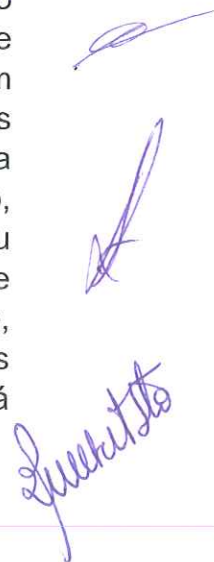







porque a gente viu uma apresentação muito bonita que se for feito do jeito que tá, tá legal agora assim a gente sente falta de estudo técnico para mostrar qual o fluxo de pessoas que vai ter é com esse plano diretor, com esse adensamento e essa possível verticalização é uma dúvida que também que eu tenho e eu trago aqui para depois entender melhor a definição de pavimento, porque quando a gente fala em pavimento, hoje, é onde eu moro são 2 (dois) porém a cobertura não conta. No final da Baldicelo (...) aqui já tem 5 (cinco) Lajes o empreendimento Campeche Rios, e a gente não sabe como está lá subindo, está subindo, e pela construtora, ele tem toda a documentação como ele conseguiu a gente também não sabe tá. Quando a gente fala, isso eu achei muito bom, e eu acho que é super importante ter essas audiências porque muito se falou em habitação popular e eu não vi no plano diretor especificamente falar em habitação popular quando a gente fala para o público específico para a renda específica, e como ele vai ter esse financiamento, porque se a gente entrar na ilusão de quanto mais casas tiverem aqui diminui o preço, isso daí cai por terra é só a gente vê os últimos 2 (dois) anos aqui no sul da ilha, principalmente no Ribeirão e onde eu moro que dobrou o preço, é a gente vê Balneário Camboriú que não falta é prédio grande e, é o metro quadrado mais caro do Brasil, então tem essa definição porque hoje pelo menos até onde eu li não tem no plano diretor é a área que vai ser definida para a gente ter essas moradias populares aí como muito bonito tá na apresentação aqui, mas não tem no plano diretor né, e mais alguma coisa que a gente não tem também, o estudo, e eu acho que faz sentido mas eu acho que vale a gente saber pelo menos a gente ter uma noção de qual é a porcentagem média, é de com a liberação das zonas da verticalização que realmente vai trazer mais comércio, vai trazer indústria e vai trazer algumas coisas nesse tipo, qual é a porcentagem de moradores que realmente vão ficar no seu bairro, né porque hoje o que a gente entende é que é um chute, né então assim é, eu entendo que o plano diretor como eu disse, é muito importante principalmente a definição das zonas de comércio e mistas são muito urgentes mesmo, a gente falar em legalização de terrenos João, que a gente reforçando aqui de lote, gleba é muito importante tá, só que a gente tem alguns pontos muito muito muito importantes que vão como já foi falado aqui, vai ter problema futuro muito pesado para todo mundo, que quem mora aqui e, quem vai vir morar aqui que não está sendo discutido ou não está sendo colocado às claras então pessoal é só isso está tarde já obrigado por quem ficou até agora, boa noite a todos. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama a **Sr. Manoella Vieira da Silva/Manoela/Manu (Vereadora)**, por 5 (cinco) minutos. Boa noite a quem está aqui ainda presente né, parabéns, é eu fiz questão até de me inscrever um pouco por último porque vim aqui para ouvir, eu sou manezinha, sou de Florianópolis, estou vereadora porque escolhi morar aqui, escolhi envelhecer aqui e por isso eu estou tão preocupada com o Plano Diretor e com a minha vontade de ouvir as pessoas vem disso, e apesar de manezinha do centro, eu me sinto muitas vezes turista aqui no sul da ilha, por isso que é tão importante ter audiência no local e entender as particularidades. Eu ouvi alguns dos moradores aqui, e a maioria




dos moradores trouxe uma dor muito real para mim que sou daqui de entender que a Tapera era outra há pouco tempo atrás, isso muda quando nós damos dignidade para as pessoas, isso muda quando nós fazemos um olhar de política pública com eficiência e damos a liberdade do cidadão escolher, é como morar, como empreender e como levar sua vida né, para isso a gente precisa facilitar, então eu vejo o plano diretor como diretrizes para que nós possamos facilitar a vida das pessoas tendo sim como prioridade as características da cidade, por isso respeito muito as falas que vieram aqui no sentido de preservação ambiental, embora eu discorde um pouquinho do tema eu penso em conservação, porque a conservação ela tem que ser ativa, tem que ser uma conservação efetiva, não pode estar só no papel pintada no mapa, ela tem que ser uma unidade de conservação que permita assim que pessoas estejam lá com baixo impacto ambiental mas fazendo a proteção do local, porque no momento em que está pintado no mapa e lá jogado é terra de ninguém, é invasão irregular, e quando a gente fala que aqui não tem um esgoto, essa preocupação me consome, hoje como parlamentar eu tenho essa preocupação viva dentro de mim e quero expor isso para vocês porque quando nós falamos de plano de saneamento, ele está hoje descolado do plano diretor, então são 2 (duas) discussões que precisam andar paralelas, mas a gente precisa cobrar um contrato com uma concessionária que tá contratada para fazer o serviço e não vem fazendo, nesse sentido, a cobrança e aí já aproveita aqui para endossar a prefeitura, essa cobrança tem que acontecer, é impossível a gente admitir que Florianópolis tendo mais da metade de seu território em APP, unidade de preservação, unidade de conservação fecha os olhos para ter 60% só de cobertura de saneamento, e quando a gente não quer discutir quando a gente diz que a discussão pode esperar, o que acontece é exatamente isso, a gente não resolve o problema, porque apesar de alguns colegas parecerem ter descoberto a 482 (quatrocentos e oitenta e dois) só agora, eu moro aqui, e eu vim para a campanha preparada para discutir plano diretor porque eu sabia que ia ser a pauta, voto mais importante dessa legislatura, eu sei que a cidade toda está vivendo o problema e a gente precisa agora se dedicar a resolver, é claro que tem problemas muito mais complexos, e que merecem uma discussão estendida por isso que eu acho que o plano diretor a gente não discute a cada 10 (dez) anos, a gente discute todo o ano, todo ano a gente está aqui tem que estar discutindo o bairro, a gente está discutindo o problema das cidades, a gente tem que estar discutindo possibilidades de empreender, possibilidade de morar, agora fechar o olho e dizer que a gente não pode dar mais possibilidade de moradia aonde tem infraestrutura, aonde tem condição de desenvolvimento, e onde as pessoas hoje estão sendo tratadas como criminosas porque não podem fazer uma reforma na sua casa porque não tem habite-se para ter o seu empreendimento, porque a pessoa não consegue ir a pé até a padaria, tem que pegar o carro ou tem que pegar o ônibus é para ir fazer a compra do pão de todo dia, aí a gente está simplesmente não dando dignidade para o morador da nossa cidade, continuando um problema que não vai ser resolvido, porque o esgoto que nós estamos tanto falando que tanto levantam um problema que ele hoje está



sendo jogado in natura aqui no mar, está sendo jogado in natura no lago, então essa é a realidade que está posta, para cobrar isso eu estou com os senhores, estou à disposição, inclusive dia 7 (sete) de julho nós vamos ter uma audiência com a Casan, porque eu convoquei, que eu não admito que a gente tem rompimento de 5 (cinco) adutoras na cidade em 2 (dois) meses e fica por isso, que a gente não exige os indicadores que já deveriam estar muito mais próximos da universalização do tratamento de esgoto, e fica por isso, essas discussões elas têm que andar em paralelo, então os senhores estão muito corretos em vir aqui cobrar, é que tem que ter infraestrutura para ter crescimento de cidade, vocês estão corretos, o que eu quero dizer é que são 2 (dua) discussões que tem que andar paralelo, de forma conjunta mas que uma não está colada à outra, mas precisa ser cobrada, e de mesma forma, e essa cobrança ela vem ficando um pouquinho deficiente, mas dia 7 (sete) de julho a gente tem uma primeira audiência e eu vou seguir cobrando. Muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga agradece e chama a **Sr. Renato Geske (Vereador)**, por 5 (cinco) minutos. Boa noite a todos que ainda estão aqui, quero saudar a mesa, a prefeitura em nome da Beatriz está aqui atenta, a Vereadora Manu, Vereador Marquito, acho que não tem mais nenhum vereador aqui, e dizer da importância do vereador presente nessa reunião é porque o plano diretor e ele vai para a Câmara, e lá nós temos que na hora de fazer a análise temos que lembrar o que foi falado aqui da Tapera, que precisa de alvará para vender, precisa de moradia, ao Vereador Mamá, até quero aqui dizer que a Tapera tá muito bem representada Mamá, parabéns pelo seu trabalho na Câmara, e dizer que lá nós temos que lembrar o que nós ouvimos aqui hoje à noite, das pessoas que querem área rural, das pessoas que precisam de alvará, de áreas para fazer o seu comércio, enfim a questão da construção, mas eu quero ir mais adiante um pouco, a questão da água, nós podemos aqui verticalizar agora se nós não colocarmos dentro do plano diretor a importância que tem a questão da água, Rio Cubatão hoje, fornece água para 700.000 (setecentos mil) pessoas para a grande Florianópolis, e nós temos 8 (oito) mananciais aqui, se continuar a impermeabilização do solo e a quantidade de construção de foças, daqui a pouco esses 8 (oito) mananciais não vão servir para mais nada, e onde é que nós temos a garantia de que a hora que nós verticalizarmos, a hora que nós abrimos a quantidade de pessoas a virem morar nessa cidade, como é que nós vamos garantir água, eu não estou nem falando de mobilidade, é em outras situações, mas a água em si, nós não temos garantia de água e essa é uma grande importância e aí vai a questão da audiência que a vereadora Manu convocou a CASAN para que isso seja colocado em cada reunião, porque todos nós sabemos que a região leste aqui, a região sul, as que depende da Lagoa do Peri, a cada vez, a cada ano é menor essa quantidade de água disponível e pelos acidentes climáticos que estão previstos na nossa vida, no mundo, tá, como é que nós vamos garantir que o Rio Cubatão vai continuar com esse fornecimento de água, a seca que pode vim, então isso tudo tem que ser debatido dentro do plano diretor, nós temos uma série de ações dentro do plano diretor mas eu considero que proeminentemente, a água é fundamental para a situação. Outra coisa, quais,

que isso nós temos que discutir na Câmara, quais foram os critérios das ruas que podem fazer o adensamento e aumentar o gabarito, tem que ouvir qual é o critério dessa rua, não só por causa da Tapera mas pela cidade inteira, além disso, será que a prefeitura se preparou para o crescimento da Tapera, ao fazer uma rótula aqui na entrada em vez de fazer um elevado, se nós queremos aumentar a população de uma região, existem detalhes que precisam chegar primeiro porque se nós não tivermos, a hora que tiver toda essa mudança do plano diretor aqui, se nós não tivermos aqui um elevado em vez de uma rótula ninguém mais sai da Tapera, ou ninguém entra, então isso vai acontecer aqui vai acontecer no Campeche, hoje para você para atravessar o Campeche para chegar até aqui eu levei 1 (uma) hora da Lagoa até aqui, então o problema da cidade é muito mais sério quando a gente não consegue enxergar o planejamento no todo, nós não podemos aqui apenas decidir o plano diretor, eu posso dizer de cadeira é isso, a cidade ela não foi ouvida, o plano diretor que está aqui posto hoje ele em muitos assuntos ele foi resolvido na ante sala do prefeito, com determinados grupos, e a cidade a maioria das pessoas não foram ouvidos, mas essa é uma outra questão que eu vou trazer na Câmara, eu entendo que várias e várias vezes os senhores fizeram na tribuna, na imprensa, Mario Costa também tá aqui, desculpa Mario Costa, e vocês viram, leram na imprensa que presidente da Câmara e algumas pessoas disseram que o plano diretor terá tantos dias para ser aprovado, e parece até que deram até a data para aprovação, nós não entendemos dessa forma, tudo o que está sendo discutido aqui hoje precisa melhorar a discussão na Câmara, muitos setores que não foram contemplados aqui com a questão da questão rural, que para nós aqui é importante ter ouvido isso aqui hoje à noite porque não tá composto nessa situação do plano diretor além de mais, todas essas reuniões, as 13 (treze) que serão feitas, nós vamos participar, vamos trazer elementos e não acreditamos que em apenas 45 (quarenta e cinco) dias nós temos resolvido isso dentro da Câmara municipal, eu não acredito nisso então, e o mais perigoso ainda nessa história, aprovar um plano diretor antes de uma eleição, onde o ex-prefeito é candidato a governador isso então meus senhores, eu quero deixar dito, isso é gravíssimo. Obrigado Vereador. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga chama o Sr. José Fabrício Gonçalves, constatado sua ausência, chama o próximo inscrito, **Sr. Elton Heidrich**, 2 (dois) minutos. Boa noite, boa noite a todos que se encontram aqui presentes, agradecer o Vereador Mamá está presente, e todos os demais, agradecer o presidente do conselho comunitário André, agradecer a todos que estão na mesa, é, eu sou do conselho fiscal né do bairro, participo do conselho fiscal, e todo mundo aqui debate sobre áreas verdes, concordo vamos preservar, vamos preservar da forma que está, essa pergunta, está sem documentação, comércio não tem documentação, né, agora graças a Deus escritura pública de tanto batalhar, conseguimos, continua pessoas vão vim de fora não sei que tranquem a ponte, porque dizer há mas vamos ampliar para as pessoas, não adianta as pessoas vão continuar vindo morar na ilha, se crescer desordenadamente, vai acontecer igual foi apresentado no vídeo, uma panqueca né, todo mundo sobe o morro, o morrinho verde acaba, acabou a

área verde, aprova um plano diretor, constrói em cima, preserva área verde, comércio regularizado, gerando emprego. Tapera, segundo maior colégio eleitoral de Florianópolis, quase seus 40.000 (quarenta mil) habitantes, mais de 50 (cinquenta) comércio, o único mercado que eu conheço, 27 (vinte e sete) funcionários e ninguém é regularizado por causa de um plano diretor atual, aí só fica a questão né, todo mundo bate, há o esgoto beleza, todo mundo defende o esgoto, vamos lá, faça uma comissão do esgoto né, levem a prefeitura, defende esgotos estão aqui estamos falando da questão do plano diretor que foi apresentado questão de pequenas viabilidade, não vi em momento algum 16 (dezesesseis), 18 (dezoito) andares igual Balneário Camboriú, não tem, é aumentar levemente, porque as pessoas vão continuar vindo, então eu acho que o plano diretor é viável para a cidade, não adianta só bater, só criticar né, porque se ficar criticando no papel vai acontecer o que sempre acontece, vai acontecer de ficar, ficar, ficar enrolando, temos que mudar igual o nosso ex-prefeito Gean veio né, assumiu, mudou a cidade, vamos mudar para uma melhoria melhor. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga chama o **Sr. Carlos Apolar, representante da Associação de Moradores do Novo Campeche**, 5 minutos. Boa noite, boa noite a todos. Primeiro, parabéns aí pela presença de todo mundo até essa, até esse horário né, eu queria agradecer a presença de todos os vereadores né, que mostram a importância que estão dando para o assunto e para ativa da população, oitiva da população, e também queria dar os parabéns para prefeitura, para a mesa né, para todos os presentes. Eu queria trazer aqui, eu acho que tudo já foi falado hoje à noite, muita coisa foi falada né, e eu queria trazer algumas reflexões e fazer algumas perguntas né, e deixar algumas perguntas no ar para que a gente possa levar isso para casa e pensar, eu acho que na grande maioria das manifestações, salvo uma ou outra discrepante, eu acho que a gente tem um só uníssono né, de que existem problemas na cidade, e a gente precisa corrigir, a gente precisa evoluir, a gente precisa buscar o desenvolvimento da cidade né, cada um apresentando um problema, um ponto de vista, etc e tal, a grande pergunta que fica são, a primeira pergunta que eu faço é a seguinte, a prefeitura apresentou uma proposta de plano diretor que foi retirada né e a gente espera que com essas 13 (treze) audiências, 14 (quatorze) audiências venha a ser construído algo totalmente diferente, não é possível que com esse volume de informação, com esse volume de manifestação, com todas essas colocações que vão ser feitas ao longo dessas audiências, a gente tem o mesmo resultado, porque se não, ele não é um processo, e vai ser um processo viciado né, então é fica meio óbvio que o que vai ser apresentado ao final dessas audiências vai ser algo completamente diferente do que foi do que foi apresentado alguns meses atrás, essa é a minha primeira dedução e eu espero que realmente isso aconteça né. O segundo ponto é, o plano diretor hoje responde às perguntas dessa população, será que esse discurso, será que esse plano que está apresentado traz respostas para algumas dessas perguntas? Eu diria que a grande maioria não né, o plano diretor está trazendo resposta para o saneamento da cidade, ele está mapeando áreas que possam implantar os equipamentos necessários para a cidade, a própria CASAN, em





uma reunião recente aqui no sul da ilha, sobre saneamento descentralizado, explicou que eles tentam fazer estudos em áreas da Tapera para saneamento descentralizado para infiltração, e, não consegue entrar nessas áreas para fazer os estudos, não seria o momento desse plano tá casado, plano diretor com plano de saneamento e a gente dispor essas áreas para que possa ser solucionado saneamento da cidade, para que a gente possa ter um saneamento descentralizado, para que a gente possa ter o atendimento dos equipamentos, então esse é o primeiro ponto né, porque o plano diretor não traz essa previsão da solução do saneamento. Segundo ponto, o plano diretor em alguns dos momentos aqui traz uma solução para a mobilidade da cidade, eu acho que não tá, porque a gente tem, por exemplo, tem estudos de vias que não podem ser duplicadas, o próprio governo estadual acabou de dar um parecer aí ou, vai dar um parecer de que a partir do trevo de do Erasmo para o sul da ilha ele não consegue duplicar, então como é que a gente vai pensar num adensamento da cidade se a gente não tem solução para a mobilidade, o que o plano diretor está trazendo de solução ou de planejamento para os próximos dez anos para atender a questão da mobilidade né, e isso a gente pode ir para todos os outros fatores né, com relação a segurança, com relação a habitação popular, é muito bonita a gente falar, precisamos resolver habitação popular, precisamos de centralidade para solucionar a mobilidade, qual é a solução prática do plano diretor, o que é centralidades propostas vão trazer de melhoria da mobilidade, ter uma padaria para eu como alguns citaram, muito bom eu tenho uma padaria para ir a pé para a padaria, essa padaria do lado da minha casa vai solucionar a mobilidade da cidade, não, é uma falácia, a padaria vai melhorar, vai regularizar o comércio, vai regularizar ruas que poderiam já ter sido regularizado durante esses 10 (dez) anos pelos vereadores que poderiam ter apresentado os projetos para regularização dessas falhas do 482 (quatrocentos e oitenta e dois), mas não vai regularizar ou não vai solucionar o problema da mobilidade, talvez solucione o problema da mobilidade se a gente fizer um plano diretor de redistribuição de equipamentos da cidade, então por exemplo, hoje tem um deslocamento para a universidade federal, será que eu não posso descentralizar ou ter escolas ou ter centros de ensino em outros pontos da cidade ou outros pontos tecnológicos e assim por diante o que que está sendo previsto no plano diretor para isso, não responde tá, então assim, a gente não pode cair na argumentação falaciosa de que o plano diretor vai resolver todos esses problemas, ao contrário, o plano diretor hoje só responde o adensamento da cidade e o crescimento populacional, é isso, o último ponto é o seguinte o plano atual já prevê um crescimento de 200.000 (duzentas mil) pessoas para os próximos 30 (trinta) anos então mata. Muito obrigado. O Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga diz: Antes de finalizar a audiência, é uma fala que eu queria fazer como coordenador geral do processo de revisão do Plano Diretor, é que eu termino a noite muito feliz e eu queria parabenizar a todos. Primeiro agradecer né, todos que estão aqui ainda nesse momento, mas parabenizar todos pela civilidade que nós conseguimos realizar esse evento da audiência pública, parabenizar especialmente a comunidade da Tapera, ao Vereador






Mamá e toda a comunidade que você representa né vereador, vocês estão de parabéns, é muito lindo, e insistir, a democracia acontecer dessa forma, onde as pessoas com visões diferentes se pronunciaram com respeito, com civilidade, isso para mim eu vou levar para casa hoje um exemplo, um legado de admiração do distrito e, dessa primeira audiência, espero de coração que todo o processo que a gente realize, todas as audiências ocorram dessa forma, que eu acho que é assim que funciona a democracia, é assim que funciona um processo participativo e construção de um projeto tão complexo que é o plano diretor, então é só essa minha última fala que eu queria dizer, informá-los que todas as manifestações aqui vão ser objeto de análise da comissão, que são formados por técnicos da prefeitura, de carreira, que são membros dessa comissão, inclusive alguns ainda estão presentes até aqui, agradecer a sua presença novamente de vocês aqui, isso é totalmente diferenciado porque estão vendo de perto a comunidade se manifestar e finalizar também informando que a próxima audiência é lá no Canasvieiras, na próxima sexta-feira, dia primeiro do sete, mesmo horário, mesmas regras, será realizada na Escola Básica de Osmar Cunha, situada na rodovia Tertuliano Brito Xavier número 661 (seiscentos e sessenta e um), e todos estão convidados independente de ser no bairro do Canavieiros, e antes de finalizar ainda audiência, eu vou passar a palavra ao Secretário de Educação Maurício para ele fazer as últimas considerações. Boa noite a todos, não quero falar nada do plano diretor, ouvi bastante, e eu apenas quero registrar, é um agradecimento especial a toda a comunidade dessa escola, Escola do Futuro da Tapera, eu não tenho dúvida que cada um que entrou aqui hoje pela primeira vez, deve ter ficado assim bastante impressionado, entrando aqui na escola nós vamos ter uma sala de artes, depois de uma sala de dança, depois uma sala do espaço *maker* que a gente tem robótica, depois um laboratório de informática, um laboratório de ciências, aqui atrás tem uma biblioteca, nesse espaço tem a sala do primeiro ano, aqui atrás a parte administrativa, aqui em cima todo o ensino fundamental II, que nós não trabalhamos com o conceito de sala de aula, a sala do sexto ano, a sala do oitavo ano, do sétimo ano, e sim, o que se chama de laboratórios de aprendizagem, o laboratório de matemática, o laboratório de Geografia ou seja os estudantes é que caminham pela escola, aqui em cima ao lado esquerdo nós temos a sala do fundamental I, com uma sala de artes lá em cima, uma sala de jogos, enfim, essa é uma escola que nos orgulha bastante, e, uma das escolas que nós temos 4 (quatro) línguas oficiais: libras, letramento digital, português e inglês. Nós teremos as audiências públicas em 9 (nove) escolas, na sexta-feira estaremos presentes também na audiência pública da Osmar Cunha, e, eu tenho certeza que vocês se lá estiverem, também vão ficar bastante surpreso. Queria fazer esse registro, é, Alvarenga porque é muito importante para nós valorizarmos os espaços públicos, esse é o espaço da comunidade, quanto mais nós usarmos para a comunidade, é muito bom e por final esqueci de dizer o fundamental 1 é tempo integral e fundamental 2 (dois) não é tempo integral, no entanto no contra turno escolar tem 62 (sessenta e dois) atividades, desde clube de matemática, clube de robótica e assim por diante. Obrigado Alvarenga. Obrigado secretário, e finalizar um agradecimento

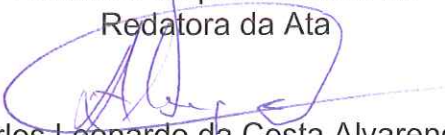




especial a FEPESE que organizou todo esse cerimonial para a gente hoje, vocês estão de parabéns. Muito obrigado. Boa noite, encerro audiência pública do distrito de do Ribeirão da Ilha nossa primeira audiência pública de revisão do plano diretor. Desta forma, encerrou-se a presente Audiência Pública, às 22h 25 min (vinte e duas horas e vinte e cinco minutos) e, lavrada a ata que vai ser assinada por mim, Adriana Zanqueta Wilbert Ito que redigi a presente ATA, pelo Sr. Carlos Leonardo da Costa Alvarenga (Superintendente do IPUF e Presidente da Mesa Diretora/Coordenador Geral Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor – CRMPD e pelo Sr. Alexandre Felix – Secretário Executivo Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor – CRMPD e Geografo IPUF).



Adriana Zanqueta Wilbert Ito
Redatora da Ata



Carlos Leonardo da Costa Alvarenga
Superintendente do IPUF e Coordenador Geral da Comissão Multidisciplinar de
Revisão do Plano Diretor – CRMPD



Alexandre Felix
Secretário Executivo Comissão Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor –
CRMPD e Geografo IPUF

